



FORTALECENDO A AUTONOMIA
POLÍTICO-ORGANIZATIVA DOS
POVOS INDÍGENAS DO CEARÁ

Diagnóstico e Estudo de Linha de Base

**Projeto Fortalecendo a Autonomia Político-Organizativa dos Povos
Indígenas**

Versão Final

REQUERENTE:



CO-REQUERENTE:



FINANCIADOR:



União Europeia

Diagnóstico e Estudo de Linha de Base

Relatório Final do Projeto UruCum Fortalecendo a Autonomia Político-Organizativa dos
Povos Indígenas
Set 2016/Jun 2017

Organização e elaboração: Consultoria IDEIA & PRÁTICA – Oscar Arruda
Revisão: ADELCO E ESPLAR

Equipe técnica

Coordenação

Patrick Oliveira - Coordenador Geral da ADELCO
Adelle Azevedo – Coordenadora do Projeto ADELCO
Magnólia Said – Coordenadora Pedagógica ESPLAR
Mirlândia Lima – Coordenadora Financeira do Projeto ADELCO

Técnicos/as

Artur Alves – Técnico do Projeto ADELCO
Cinthia Moreira - Técnica do Projeto ESPLAR
Ronaldo Queiroz – Técnico do projeto ADELCO
Geny Marques – assistente administrativa da ADELCO

Comunicação

Ivna Girão – Assessoria de comunicação do projeto ADELCO

Articuladora Indígena

Rosa Pitaguary

Endereços

ADELCO:

Rua Barão de Aracati, 2200, casa 44 | Joaquim Távora
CEP: 60.115-082 | Fortaleza | Ceará | Brasil
Fone: (85) 3264.4492
E-mail: adelco@adelco.org.br | site: www.adelco.org.br

ESPLAR

Endereço:

Rua Princesa Isabel, 1968 | Benfica
CEP: 60015-035 | Fortaleza | Ceará | Brasil
Fones: (85) 3252.2410 - (85) 3221.1324
E-mail: esplar@esplar.org.br

© 2017 ADELCO /ESPLAR

Direitos desta edição à ADELCO E ESPLAR

Este relatório pode ser reproduzido em parte, desde que citada à fonte.

Este documento foi elaborado com a participação financeira da União Europeia. O seu conteúdo é de responsabilidade exclusiva da ADELCO e do ESPLAR não podendo, em caso algum, considerar que reflita a opinião da União Europeia.

Biblioteca Esplar

Adelco,

Diagnóstico e estudo de linha de base: projeto fortalecendo a autonomia político-organizativa dos povos indígenas. Adelco/Esplar. Ceará, 2017.

A228d

180p.

ISBN: 978-85-94052-00-1

1. Direitos humanos 2. Direito dos povos indígenas 3. Território I. Título.

CDD 341.27

Apresentação

O Projeto “Fortalecendo a Autonomia Político-organizativa dos Povos Indígenas”, elaborado pelas ONG’s Associação para o Desenvolvimento Local Co-Produzido - ADELCO¹ e Centro de Pesquisa e Assessoria ESPLAR² com subvenção da União Europeia, por meio do Instrumento Europeu para a Democracia e Direitos Humanos (chamada de projetos EuropeAid/150064/L/ACT/BR) está sendo implantado, junto à 14 povos indígenas em 19 municípios do Estado do Ceará.

O projeto pretende contribuir para o fortalecimento das capacidades de gestão e de intervenção social e política das associações indígenas locais e suas três principais representações no Ceará: a COPICE (Coordenação das Organizações e Povos Indígenas do Ceará), a AMICE (Articulação das Mulheres Indígenas do Ceará) e a COJICE (Comissão de Juventude Indígena do Ceará).

O presente relatório apresenta o diagnóstico sobre a situação dos territórios indígenas do Ceará e sobre o desenvolvimento institucional e organizacional das instâncias representativas para o fornecimento de parâmetros para a implantação e avaliação do projeto “Fortalecendo a autonomia Político-organizativa dos povos indígenas”. A seleção da empresa Ideia & Prática para a realização do diagnóstico se deu mediante Tomada de Preço com apresentação de proposta de trabalho de acordo com critérios estabelecidos pelo Termo de Referência em anexo.

O objetivo geral do Diagnóstico é Fornecer parâmetros para a implantação e avaliação do projeto por meio de investigação junto às aldeias indígenas de 14 povos do Ceará e organizações representativas dos povos indígenas do Ceará, identificando e qualificando a situação anterior à intervenção da ação.

¹ A ADELCO – Associação para o Desenvolvimento Local Co-produzido, fundada em 2001, entidade civil sem fins lucrativos, localizada em Fortaleza-Ce, tem como eixos de intervenção: Economia popular e solidária; Participação e organização política; Segurança Alimentar e Nutricional; Desenvolvimento Institucional; Meio ambiente e agroecologia e Habitabilidade, dentre os quais perpassam temas como direitos humanos, igualdade de gênero e etnia. É filiada à Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG). Desde este início de 2014 desenvolve projetos com indígenas no Ceará: Sistemas Agroflorestais, apoiado pelo ISPN (Instituto, Sociedade, População e Natureza), na comunidade Jenipapo-Kanindé; e dois com o apoio da Petrobras: “Etnodesenvolvimento de comunidades Indígenas no Ceará”, implementando ações de agroecologia e turismo comunitário visando a geração de renda e segurança alimentar de seis povos: Jenipapo-Kanindé, Kanindé de Aratuba, Tapeba, Tremembé, Anacé e Pitaguary; e “Águas e Matas da Encantada”, com os Jenipapo- Kanindé, promovendo práticas para recuperação e proteção da vegetação e ecossistemas aquáticos.

² O ESPLAR é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, fundada no ano de 1974, com sede no município de Fortaleza, capital do estado do Ceará. A organização atua diretamente em municípios do semiárido cearense, desenvolvendo atividades voltadas para a agroecologia e o serviço da agricultura familiar, além de realizar trabalhos nas seguintes áreas temáticas: Fortalecimento das organizações de trabalhadores e trabalhadoras rurais para incidência nas políticas públicas de interesse da agricultura familiar; Promoção da igualdade de gênero, com enfoque feminista, de classe e de combate à discriminação de raça e de etnia; Justiça ambiental e qualidade de vida, a partir do direito à terra, à água e à biodiversidade; Desenvolvimento de sistemas agroecológicos; Processamento e comercialização da produção agrícola na perspectiva da sócio-economia solidária.

Este Diagnóstico trata-se, portanto, de um estudo técnico que visa atender a necessidades de informações das organizações ADELCO e ESPLAR, bem como do próprio Movimento Indígena, sobre a situação atual dos 14 povos indígenas do Ceará, de forma a contribuir para a implantação do projeto financiado pela União Europeia, por meio da coleta e análise de dados, identificação de problemas e violações de direitos, proposição de recomendações e estabelecimento de parâmetros de linha de base com base em indicadores definidos no quadro lógico da ação, para orientar a futura avaliação do projeto.

O Diagnóstico perseguiu os seguintes objetivos específicos:

1. Identificar a atual situação do procedimento demarcatório de terras indígenas, conflitos territoriais existentes, ameaça aos territórios pelos grandes empreendimentos, criminalização de lideranças e casos de violação de direitos nas comunidades indígenas de 14 etnias em 19 municípios do Ceará: Tapeba, Tabajara, Potyguara, Pitaguary, Tremembé, Anacé, Kanindé, Tapuia-Kariri, Jenipapo-Kanindé, Kalabaça, Tapuia, Kariri, Gavião e Tupinambá³;
2. Analisar o desenvolvimento institucional e organizacional das organizações e instâncias representativas das comunidades indígenas nos níveis local (associações), territorial (conselhos indígenas) e estadual (COJICE, AMICE, COPICE, OPRINCE). Identificando: tipo e perfil, situação jurídica e administrativa, capacidade gerencial, capacidade de incidência política e principais demandas.
3. Analisar o acesso das comunidades indígenas às Políticas Públicas nos níveis local, estadual e federal, em particular àquelas relacionadas aos direitos indígenas, das mulheres e da juventude.
4. Prover valores de base para os indicadores dos objetivos gerais e específico previstos no Quadro Lógico da Ação (anexo).

Foram previstas a entrega dos seguintes produtos:

Produto 1 – Diagnóstico da *Situação dos territórios indígenas do Ceará*: a) Localização das etnias e das terras indígenas (com produção de mapas); b) Situação do procedimento demarcatório nos 19 municípios; c) conflitos territoriais existentes: situação e impacto nas comunidades; d) Identificação dos grandes empreendimentos (públicos e privados) e ameaça sobre os territórios; e) Como os/as indígenas são vistas pela população das localidades e municípios onde vivem; f) Criminalização de lideranças; g) Casos de violação de direitos.

³ O diagnóstico focou no levantamento de informações referentes aos 14 povos e 19 municípios envolvidos pelo projeto. Importante observar que há relatos, dados e evidências sobre a existência de outros povos no estado do Ceará em um número maior de municípios. Quando o mesmo foi identificado, o diagnóstico limitou-se a citá-los sem maior aprofundamento. O fato de não serem objeto deste estudo se deve tão somente a delimitação do escopo do projeto e do diagnóstico.

Produto 2 – Análise do *Desenvolvimento institucional e organizacional das instâncias representativas indígenas em nível municipal e estadual*: a) Banco de dados contendo o nome, endereço, tipo e perfil das associações existentes (atualmente 27 associações nas 14 etnias e 4 associações Estaduais); b) Situação jurídica e administrativa; c) Análise do Desenvolvimento Institucional das organizações existentes e dificuldades encontradas para o funcionamento da entidade; d) Identificação de grupos, associações e outros segmentos existentes em cada uma das etnias; Quantas comunidades indígenas têm mulheres e/ou jovens organizadas/os em grupos; e) Necessidades e demandas institucionais e organizacionais das associações e dos grupos; f) Em que espaços de participação criados pela sociedade civil ou pelo poder público participam (por exemplo fóruns ou conselhos); g) Com que organizações ou movimentos têm parcerias.

Produtos 3 - Análise do acesso das comunidades indígenas às Políticas Públicas nos níveis local, estadual e federal, em particular àquelas relacionadas aos direitos indígenas, das mulheres e da juventude: a) Mapeamento das políticas públicas dos municípios relacionadas aos povos indígenas e que remetem ao direito das mulheres e da juventude; b) Mapeamento das políticas públicas a nível estadual relacionadas aos povos indígenas e que remetem ao direito das mulheres e da juventude; c) Principais problemas encontrados pelas mulheres indígenas na relação com a comunidade, com a população do município e com os órgãos públicos; d) Atores que interferem na comunidade; e) Situação social e política local. Relação das Comunidades Indígenas com o Poder Público local; f) Atuação do poder público Municipal, Estadual e Federal nas áreas das etnias. g) Principais demandas de cada articulação (COPICE, AMICE, COJICE) aos poderes públicos; h) Conquistas já efetivadas em relação a direitos para os povos em geral, para as mulheres e para a juventude.

Produto 4 - Prover valores de base para os indicadores dos objetivos gerais e específico previstos no Quadro Lógico da Ação⁴.

⁴ Os valores de base dizem respeito aos valores iniciais, ou registrados antes do início da intervenção do projeto, para os indicadores previstos no Marco Lógico da Ação, quadro apresentado no Anexo C da proposta aprovada pela União Europeia. O provimento de valores de base para os indicadores, visa possibilitar parâmetros de comparação para o monitoramento e avaliação da ação, de forma a verificar resultados alcançados pela intervenção no curso e ao final da implementação.

Índice

Apresentação	3
Metodologia.....	9
PRODUTO 1	12
1. Diagnóstico da situação de regularização das terras indígenas reivindicadas no Ceará	13
1.1 Sobre o Movimento Indígena no Ceará	13
1.2 Povos e Populações.....	15
1.3 Organização geopolítica dos Povos Indígenas do Ceará.....	21
1.4 Situação das Terras Indígenas (TIs) no Ceará	26
1.4.1 Terra Indígena Tremembé do Córrego do João Pereira	32
1.4.2 Terra Indígena Pitaguary	32
1.4.3 Terra Indígena Jenipapo-Kanindé Lagoa Encantada	32
1.4.6 Terra Indígena Tapeba	33
1.4.7 Terra Indígena Tremembé de Almofala	34
1.4.8 Terra Indígena Nazário-Mambira.....	34
1.4.9 Terra Indígena Reserva Taba dos Anacé	35
1.4.10 Terra Indígena Anacé	35
1.4.11 Terra Indígena Serra das Matas	35
1.4.12 Terra Indígena Kanindé de Gameleira	36
1.4.13 Terra Indígena Kanindé de Sítio Fernandes	36
1.4.14 Terra Indígena Tabajara e Kalabaça de Cajueiro	36
1.4.18 Terra Indígena Tremembé de Camundongo.....	37
1.4.19 Terra Indígena Potyguara de Lagoinha	37
1.4.20 Terra Indígena Tabajara de Croatá-Fidélis.....	38
1.4.21 Terras Indígenas em Áreas da Periferia Urbana de Crateús.....	38
1.4.22 Terra Indígena Tabajara de Imburana	38
1.4.23 Terra Indígena Paiacu de Paripueira	38
1.4.24 Terra Indígena Tabajara III	38
1.4.25 Terra Indígena Kariri	39
1.5 Conflitos territoriais existentes: situação e impacto nas comunidades.....	39
1.6 Identificação dos grandes empreendimentos (públicos e privados) e ameaça sobre os territórios	40
1.7 .Como os/as indígenas são vistas pela população das localidades e municípios onde vivem.....	44

1.8 Ameaças a lideranças.....	44
1.9 Casos de violação de direitos.....	45
2. Análise do Desenvolvimento institucional e organizacional das instâncias representativas indígenas em nível municipal e estadual.....	47
2.1 Banco de dados contendo o nome, endereço, tipo e perfil das associações existentes e Situação Jurídica e Administrativa.....	47
2.2 Análise do Desenvolvimento Institucional das organizações existentes e dificuldades encontradas para o funcionamento da entidade.....	47
2.2.1 Coordenação das Organizações e Povos Indígenas no Ceará – COPICE.....	47
2.2.3 Articulação das Mulheres Indígenas no Ceará - AMICE.....	49
2.2.4 Coordenação dos Jovens Indígenas do Ceará - COJICE	51
2.2.5 Organização dos Professores Indígenas do Ceará - OPRINCE	53
2.4 Necessidades e demandas institucionais e organizacionais das associações e dos grupos. Em que espaços de participação criados pela sociedade civil ou pelo poder público participam;	62
2.5 Com que organizações ou movimentos têm parcerias.	70
2.6 Características e demandas da Juventude Indígena.....	73
3. Políticas Públicas	82
3.1 Mapeamento das políticas públicas dos municípios relacionadas aos povos indígenas e que remetem ao direito das mulheres e da juventude;.....	82
3.2.1 Educação Indígena	83
3.3.1 Saúde Indígena.....	89
3.3.2 Política Cultural	96
3.3.3 Previdência Social	97
3.5 Atores que interferem na comunidade;	98
3.6 Situação social e política local. Relação das Comunidades Indígenas com o	98
3.7 Atuação do poder público Municipal, Estadual e Federal nas áreas das etnias....	98
3.8 Principais demandas de cada articulação (COPICE, AMICE, COJICE) aos poderes	98
3.9 Conquistas já efetivadas em relação a direitos para os povos em geral, para as	98
4 – Valores de Base do Marco Lógico do Projeto	100
5. Recomendações	103
5.1 Fortalecer o Movimento Indígena e suas organizações:	103
5.2 Encaminhar denúncias de violações de direitos humanos na área da educação indígena:.....	104
5.3 Encaminhar denúncias de violações de direitos humanos na área da saúde indígena:.....	104
5.4 Promover o Acesso dos Povos Indígenas às Políticas Públicas.....	105

5.5 Apoiar a Defesa dos Povos Indígenas contra ameaças de Agentes Externos:	105
ANEXO 1 – Levantamento das Organizações Indígenas existentes.....	107
Anexo 2 - Sistematização Diagnóstico Povos Indígenas do Ceará.....	118
Referências Bibliográficas	181

Metodologia

Foi realizada uma pesquisa documental para levantamento de dados secundários, realizada pelo pesquisador responsável pela coordenação do diagnóstico, Oscar Arruda d'Alva, e equipe técnica do projeto que participou na coleta de dados: Adelle Azevedo, Artur Alves de Vasconcelos, Ronaldo de Queiroz Lima, Magnólia Said, Rosa da Silva Sousa.

Os dados foram organizados em um pasta compartilhada com a equipe técnica da ADELCO e ESPLAR, contendo informações sobre os povos indígenas, organizações indígenas, órgãos públicos e organizações da sociedade civil que dialogam com questões indígenas no Ceará.

Foi realizada uma pesquisa qualitativa e participativa para levantamento de dados primários conduzida por meio de oficinas territoriais. Foram realizadas 04 oficinas territoriais:

- **Oficina Territorial com Povos do Sertão de Crateús** (18 e 19 de Nov/2016): A oficina reuniu as etnias Tabajara, Potyguara, Tupinambá, Kalabaça, Kariri, Tapuya Kariri dos municípios de Crateús, Novo Oriente, Poranga, Quiterianópolis, São Benedito e Carnaubal. A oficina foi realizada na Escola Raízes Indígenas, localizada na periferia da cidade de Crateús. Adotou-se metodologia de grupos de trabalho organizados por etnias e municípios, com um facilitador em cada grupo⁵, e posterior discussão dos trabalhos de grupo em assembleia. Equipe presente na oficina: Oscar Arruda d'Alva, Adelle Azevedo, Artur Alves de Vasconcelos, Ronaldo de Queiroz Lima, Magnólia Said.
- **Oficina Territorial com Povos do Sertão de Monsenhor Tabosa** (02 a 04 de Dez/2016): Em face das especificidades de articulação do movimento indígena em Monsenhor Tabosa, organizado em 3 movimentos (Tabajara, Potygapuia e Potyjara) e três municípios (Monsenhor Tabosa, Tamboril e Boa Viagem) foram realizadas reuniões em separado com os movimentos. Desta forma foi realizada 01 reunião com as aldeias Jucás, Marruás e Lagoa dos Santos (movimento Potyjara) na Escola Raiz Indígena da Aldeia de Jucás; 01 reunião com representantes do Conselho de Política Indígena Tabajara da Serra das Matas na casa de apoio Tabajara na sede de Monsenhor Tabosa; 01 reunião com representantes dos povos Potyguara, Tubiba Tapuya e Gavião (movimento Potyguar-Tapuya) na Escola Povo Caceteiro na aldeia Mundo Novo e 01 reunião com representantes do povo Potyguara da aldeia Viração no município de Tamboril, (os representantes da aldeia Viração não puderam estar na oficina realizada com o movimento Potyjara, portanto, a equipe deslocou-se posteriormente até a aldeia para a reunião). Equipe presente na oficina: Oscar Arruda d'Alva, Adelle Azevedo, Ronaldo de Queiroz Lima.

⁵ Desempenharam papel de facilitadores nas oficinas o Coordenador do diagnóstico e a equipe técnica de ADELCO e ESPLAR.

- **Oficina Territorial com Povos da Região Metropolitana de Fortaleza** (17 de Jan/2017): A oficina reuniu as etnias Tapeba, Anacé, Jenipapo Kanindé, Kanindé e Pitaguary. A oficina foi realizada na Escola Indígena Pitaguary Itá-Ará na comunidade de Monguba em Pacatuba, adotou-se metodologia de grupos de trabalho organizados por etnias e municípios, com um facilitador em cada grupo, e posterior discussão dos trabalhos de grupo em assembleia. Equipe presente na oficina: Oscar Arruda d'Alva, Adelle Azevedo, Artur Alves de Vasconcelos, Ronaldo de Queiroz Lima, Magnólia Said, Rosa da Silva Sousa.
- **Oficina Territorial com Povos Tremembé** (20 a 22 de Jan/2017): Em face das particularidades de articulação do Povo Tremembé, com terras indígenas e aldeias em 3 municípios, optou-se por realizar reuniões separadas. Foram realizadas: 01 reunião com o Povo Tremembé de Barra do Mundaú na aldeia Buriti em Itapipoca, 01 reunião com o Povo Tremembé de Almofala em Itarema e 01 reunião com os Povos Tremembé do Córrego de João Pereira e Queimadas na Aldeia Telhas em Acaraú. Equipe presente na oficina: Ronaldo de Queiroz Lima, Magnólia Said, Rosa da Silva Sousa.

Foram realizadas entrevistas semi estruturadas com lideranças do movimento indígena e autoridades públicas: Weibe Tapeba (COPICE) , Dourado Tapeba (APOINME), Clécia Pitaguary (AMICE), Eduardo Dezidério Chaves (Coordenador Regional NEII FUNAI), Luciana Nóbrega (Servidora Regional NE II FUNAI), Ceíça Pitaguary (Assistente Técnica Regional NE II FUNAI), Kleber Saraiva (coordenador da Licenciatura Intercultural Indígena PITAKAJA).

Foi realizada observação de eventos do movimento indígena: Seminário de Educação Indígena e Assembleia da Organização dos Professores da Educação Indígena do Ceará (OPRINCE) dias 12 e 13 de Dez 2016; Assembleia da Articulação das Mulheres Indígenas do Ceará (AMICE) 23 a 25 de Nov 2016; Encontro da Juventude Indígena do Ceará dia 29 de Out 2016; II Fórum de Museus Indígenas dias 9 a 11 de Dezembro. Participaram como observadores dos eventos membros da equipe técnica do projeto, com posterior produção de relatórios utilizados como dados primários para o diagnóstico.

Foram realizados duas Pesquisas com aplicação de questionários eletrônicos junto à organizações indígenas e jovens indígenas:

A Pesquisa junto às organizações teve 22 respostas e serviu tanto para atualizar o cadastro disponível de organizações indígenas quanto para fazer uma análise de perfil destas organizações. A representatividade esperada das organizações indígenas não foi alcançada, previa-se pelo menos o alcance de 37 organizações previamente cadastradas, destas apenas 12 responderam o questionário. Observou-se sobretudo a baixa representatividade dos povos indígenas da Região Metropolitana e povo Tremembé na Pesquisa. Entre os possíveis motivos para a

baixa adesão das organizações, destacamos: **a)** possível resistência em prover dados de suas organizações para as ONGs proponentes da ação, sem um conhecimento mais aprofundado dos objetivos de tal levantamento; **b)** dificuldades na articulação das organizações indígenas para participação na pesquisa; **c)** dificuldade da equipe técnica em conciliar a aplicação de questionários durante a realização das oficinas participativas, dado o pouco tempo disponível e dificuldades logísticas para tal; **d)** inadequação do método de coleta eletrônica.

A Pesquisa junto à juventude teve 30 respostas, e contou com a participação de jovens na faixa etária de 12 a 30 anos, de ambos os sexos e de povos representativos do sertão, litoral (Tremembé) e região metropolitana. A amostra foi considerada satisfatória para os objetivos do estudo e possibilitou uma análise do perfil da juventude indígenas do Ceará.

PRODUTO 1: Diagnóstico da *Situação dos territórios indígenas do Ceará*: a) movimento indígena e a luta pela terra. b) Localização das etnias e das terras indígenas (com produção de mapas); c) Situação do procedimento demarcatório nos 19 municípios; d) conflitos territoriais existentes: situação e impacto nas comunidades; e) Identificação dos grandes empreendimentos (públicos e privados) e ameaça sobre os territórios; f) Como os/as indígenas são vistas pela população das localidades e municípios onde vivem; g) Criminalização de lideranças; h) Casos de violação de direitos.

1. Diagnóstico da situação de regularização das terras indígenas reivindicadas no Ceará.

A demarcação das terras indígenas (TIs) é uma reivindicação dos povos indígenas do Brasil que culminou na inclusão do artigo 231 na Constituição Federal de 1988 (CF 88), cujo caput reconhece o direito às terras tradicionalmente ocupadas como originário, ou seja, anterior à carta magna.

1.1 Sobre o Movimento Indígena no Ceará

A emergência do movimento indígena no Ceará como um ator político se dá no contexto de redemocratização do país e mobilização nacional pela garantia dos direitos indígenas e demarcação de terras indígenas no âmbito da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988 e que resultou na garantia de direitos constitucionais aos índios no Brasil⁶.

De acordo com entrevistas realizadas com lideranças do movimento⁷ verificou-se que os primórdios da articulação do movimento indígena têm início no final da década de 1970 a partir do processo de emergência e luta dos índios Tapeba e Tremembé com apoio de parceiros ligados à Igreja Católica (Pastorais Sociais, Arquidiocese de Fortaleza), ONGs (Missão Tremembé) e Universidades. Posteriormente outros povos foram se autoidentificando e se articulando ao movimento.

A partir de 1980, os povos indígenas do Ceará ganham maior visibilidade, com o suporte de um grupo de apoio constituído pela Arquidiocese de Fortaleza (BARRETO FILHO, 2004). Inicialmente os Tapeba, e posteriormente, os Tremembé, os Pitaguary e os Jenipapo-Kanindé passam a reivindicar da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, a demarcação de suas terras e o seu reconhecimento étnico (PORTO ALEGRE, 2002).

Uma grande campanha pela demarcação dos territórios indígenas do Ceará, deflagrada em 1993, caracterizou-se como um momento importante desse percurso. Os objetivos do evento eram tornar públicas as condições de vida em que se encontravam os povos indígenas, e chamar a atenção dos poderes públicos para as suas demandas (NETO, 2006 apud FUNAI/UNESCO 2004 p.15).

⁶ “Os direitos constitucionais dos índios estão expressos num capítulo específico da Carta de 1988 (título VIII, “Da Ordem Social”, capítulo VIII, “Dos Índios”), além de outros dispositivos dispersos ao longo de seu texto e de um artigo do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Trata-se de direitos marcados por pelo menos duas inovações conceituais importantes em relação a Constituições anteriores e ao chamado [Estatuto do Índio](https://pib.socioambiental.org/pt/c/direitos/constituicoes/introducao). A primeira inovação é o abandono de uma perspectiva assimilacionista, que entendia os índios como categoria social transitória, fadada ao desaparecimento. A segunda é que os direitos dos índios sobre suas terras são definidos enquanto direitos originários, isto é, anterior à criação do próprio Estado. Isto decorre do reconhecimento do fato histórico de que os índios foram os primeiros ocupantes do Brasil. A nova Constituição estabelece, desta forma, novos marcos para as relações entre o Estado, a sociedade brasileira e os povos indígenas.” (site *Povos Indígenas no Brasil, Direitos Constitucionais dos Índios*. <https://pib.socioambiental.org/pt/c/direitos/constituicoes/introducao>)

⁷ Entrevistas realizadas com duas lideranças do movimento em 20 de outubro de 2016. Seus nomes serão preservados neste relatório.

Como resultado da mobilização dos povos indígenas no Ceará, a partir de 1985, o Estado brasileiro dá início ao reconhecimento das terras do Povo Tapeba em 1985; Tremembé em 1986; Pitaguary em 1993; e Jenipapo-Kanindé em 1995. Posteriormente, a Fundação Nacional do Índio – FUNAI, inicia processos de identificação das terras de outros grupos indígenas: Kanindé em 2001; Anacé, Potyguara, Tabajara, Gavião, Tubiba-Tapuya, Tremembé de Queimadas e Barra do Mundaú em 2003; Kalabaça e Tapuya-Kariri em 2007. O reconhecimento das terras indígenas se dá a partir da mobilização étnica de cada povo que passou a se organizar em associações indígenas e a se filiar ao movimento indígena que foi expandindo suas áreas de atuação.

A partir de 1994, os povos indígenas do Ceará passam a reunir-se em assembleias anuais para discutir por meio de seus representantes, os avanços, desafios e estratégias de atuação dos povos na luta pela efetivação de seus direitos. Entre as principais reivindicações defendidas na agenda política dos Povos Indígenas do Ceará destacam-se: a luta pela regularização fundiária das terras indígenas, pela educação diferenciada de qualidade, pela efetivação do subsistema de atenção a saúde indígena e saneamento junto a todas as etnias indígenas do estado e o combate a toda forma de violações aos direitos indígenas.

Atualmente, o Movimento Indígena do Ceará articula 14 povos indígenas no Estado em 19 municípios. Em âmbitos regional e nacional, articula-se à Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) e a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB).

De acordo com as lideranças entrevistadas, é uma conquista do movimento o fato do Ceará ter passado de uma condição de estado sem população indígena na década de 1970, para uma população atual de mais de 32.000 índios e mais de 14 povos⁸, superando a falsa compreensão de que não há índios no Ceará. Apesar dos avanços, as lideranças afirmam que o Ceará é o estado mais atrasado em termos de demarcação de terras indígenas com apenas uma área homologada⁹.

O processo de demarcação de terras indígenas é a principal luta do movimento indígena no Ceará. As lideranças apontam o fato de que há processos de demarcação de Terras Indígenas que estão judicializados¹⁰, a exemplo do que se dá com a TI Tapeba, com ações judiciais movidas por grupos políticos, fazendeiros, empresários, grupos econômicos, e o próprio Estado Brasileiro (estados e municípios), na tentativa de paralisar, suspender ou até mesmo de anular os procedimentos demarcatórios. O caso da TI Tapeba é uma indicação das diversas situações de conflitos e violações de direitos vivenciadas cotidianamente pelos povos indígenas.

⁸ Além dos 14 povos hoje articulados ao movimento, as lideranças a existência de outros povos como os Paiacu de Beberibe e os Kariri de Crato.

⁹ Sobre isso ver o item Terras Indígenas neste relatório.

¹⁰ De acordo com levantamento realizado neste diagnóstico, estão judicializados atualmente os processos de demarcação da TI Tapeba e TI Tremembé de Almofala. De acordo com o MPF-CE (NT02/2015) a TI Jenipapo-Kanindé encontrava-se com processo judicial movido pela empresa Ypioca, de acordo com a FUNAI já houve sentença favorável aos índios e processo de demarcação está em curso na esfera administrativa.

Em face da morosidade dos procedimentos administrativos de demarcação e da judicialização dos processos, a principal estratégia de luta e resistência dos povos indígenas e movimento indígena têm sido as “retomadas”, processos autônomos de ocupação dos territórios tradicionais indígenas que não estejam sob a posse do povo indígena. De acordo com as lideranças, as retomadas têm fortalecido a luta e a organização interna dos povos e aldeias, porque, de fato, a demarcação do território pelos meios institucionais não têm ocorrido como deveria ser. Por outro lado, as lideranças reconhecem que as retomadas têm gerado um sacrifício muito grande para os povos o que também é um fator de desgaste para a luta.

Muitas das fragilidades e dificuldades das organizações indígenas do Ceará derivam do fato de que as organizações indígenas e suas lideranças são alvo de ações que visam a sua criminalização. Há lideranças que são vítimas de ações judiciais, inquéritos policiais, denúncias e ameaças, sendo que alguns são acompanhados pelos Programas de Proteção aos Defensores e Defensoras de Direitos Humanos, do governo federal e estadual.

De acordo com as lideranças, o movimento indígena a nível estadual no Ceará consegue fazer um trabalho unificado, realizando anualmente uma Assembleia Estadual¹¹. De fato o que pudemos observar nas oficinas territoriais é que há uma unidade no que se refere às pautas políticas do movimento. Embora existam vozes divergentes no que se refere a aspectos operacionais, como a gestão de recursos pela organização estadual, por exemplo, as disputas internas não constituem entraves para a luta política conjunta que envolve consensos mais fortes, como a questão da terra, que dão unidade a articulação no nível estadual.

No contexto atual de constantes violações dos direitos dos povos indígenas, o grande desafio para o movimento indígena do estado do Ceará é dar visibilidade as suas ações, bandeiras de lutas e as violações sistemáticas de direitos, buscando, sobretudo o respeito à identidade e a integridade.

Outro desafio do movimento indígena é estabelecer alianças com outros movimentos sociais, sobretudo com aqueles que têm como pauta principal a terra, para fortalecer a luta pela demarcação.

1.2 Povos e Populações

São as 14 etnias indígenas compreendidas no escopo do estudo: Tapeba, Tabajara, Potyguara, Pitaguary, Tremembé, Anacé, Kanindé, Tapuia-Kariri, Jenipapo-Kanindé, Kalabaça, Tubiba-Tapuia, Kariri, Gavião e Tupinambá.

O Distrito Especial de Saúde Indígena do Ceará (DSEI-CE) da Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde no Ceará (SESAI-MS-CE) apresenta dados populacionais por municípios, totalizando, em 2016, uma população atendida de 32.434 na área de cobertura do distrito de saúde indígena.

¹¹ Em 2016 a Assembleia Anual não foi realizada, as lideranças apontaram dificuldades de recursos e de agenda que inviabilizaram a sua realização.

Os dados populacionais fazem parte de um cadastro realizado pelo DSEI para o atendimento da população. Não representa o censo da população indígena, porém, para estudos e pesquisas sobre povos indígenas são utilizados por serem os dados populacionais mais recentes e atualizados.

A seguir, a Tabela 1 apresenta a população indígena cearense por município, número que contemplam mais de um povo, pois nos territórios indígenas, geralmente, residem *parentes*¹² de mais de uma etnia.

Tabela 1 – População Indígena do Ceará na área de cobertura do Distrito Especial de Saúde Indígena no Ceará

Município	População Total
CAUCAIA	10912
MONSENHOR TABOSA	3980
MARACANAÚ	3592
CRATEÚS	3125
ITAREMA	3073
PORANGA	1528
PACATUBA	1094
ARATUBA	1074
SÃO BENEDITO	744
QUITERIANÓPOLIS	627
ITAPIPOCA	508
BOA VIAGEM	446
AQUIRAZ	409
NOVO ORIENTE	405
TAMBORIL	311
ACARAÚ	307
SÃO GONÇALO DO AMARANTE	189
CANINDÉ	110
TOTAL GERAL	32434

Fonte: Siasi-Local, Dsei-Ce/SESAI/MS em 28/10/2016

Cabe destacar que a SESAÍ inclui nestes dados populacionais um total de 1174 pessoas “brancas” (não-indígenas) que são cônjuges de indígenas e que residem nas terras indígenas recebendo também o atendimento no sistema de saúde indígena.

A seguir são apresentados os dados disponibilizados por essa Secretaria sobre a população indígena dividida por povos.

Tabela 2 - População Indígena por etnia na área de cobertura do Distrito Especial de Saúde Indígena no Ceará por Povo

Povo	Total Geral
------	-------------

¹² Conceito nativo para se referir a lideranças indígenas de diferentes povos indígenas. Tal conceito é apropriado também por não indígenas. Trata-se de uma categoria que indica a filiação ao movimento indígena.

TAPEBA	8010
TABAJARA	4840
POTYGUARA	4658
PITAGUARY	4478
TREMembÉ	3817
ANACÉ	2361
KANINDÉ	1177
TAPUYA-KARIRI	736
JENIPAPO-KANINDÉ	409
KALABAÇA	290
TUBIBA-TAPUIA	243
KARIRI	215
GAVIÃO	86
TUPINAMBÁ	23

Fonte: Siasi-Local, Dsei-Ce/SESAI/MS em 28/10/2016

Se compararmos os dados apresentados com os dados do censo demográfico do IBGE realizado em 2010, os números desse censo são bem menores e a proporção de município é bem maior.

Importante ressaltar que esse censo demográfico contabilizou a população indígena a partir da marca à alternativa 5 INDÍGENA no quesito 6.04 sobre cor ou raça do questionário básico¹³ do censo do IBGE de 2010. As respostas dadas ao quesito 6.05 sobre se considerar indígena e ao quesito 6.06 sobre a que povo pertence uma dada pessoa também forneceram dados para compor o censo da população indígena brasileira. A inclusão de quesitos sobre o pertencimento étnico, bem como sobre a língua falada nos domicílios, marca o aprimoramento do censo, considerando critérios internacionais de reconhecimento étnico.

Esses dados do censo demográfico do IBGE apresentaram uma população indígena de 19.936 em 162 municípios no Ceará. A seguir, a Tabela 3 traz dados censitários da população indígena no Ceará no intervalo de 20 anos.

**Tabela 3 - População autodeclarada indígena no Ceará
Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010**

Censo	Municípios	Urbana	Rural	Total	Varição
1991	38	1958	734	2692	0
2000	112	8305	3893	12198	353%
2010	162	12598	6738	19336	59%

Fonte: IBGE, 2012

Verifica-se um expressivo aumento nos registros censitários da população indígena entre os Censos de 1991 e 2000, de 353% e um aumento ainda considerável, porém,

¹³ Para maiores informações acessar o seguinte endereço: http://censo2010.ibge.gov.br/images/pdf/censo2010/questionarios/questionario_basico_cd2010.pdf. Acessado em 05 de junho de 2017.

menor de 59% entre os censos de 2000 e 2010. A primeira década remete ao processo inicial de organização do movimento indígena no Ceará, que foi gradativamente despertando a consciência étnica de diferentes povos. A segunda década em destaque já se refere a um momento marcado por políticas sociais relativas a educação e saúde diferenciadas, a assistência social prestada pelo órgão indigenista oficial e instituições parceiras do movimento indígena.

A alta porcentagem da população indígena no Ceará naquela primeira década não pode ser compreendida como uma explosão populacional desse segmento nacional. Isso porque havia a época quatro povos indígenas organizados na luta pela regularização de seus territórios, são eles: Tapeba, Tremembé, Pitaguary e Jenipapo Kanindé. Na segunda década mencionada, outros dez povos passam a integrar o movimento indígena, reivindicam seus territórios tradicionais, bem como as demais políticas indigenistas. O que os dados do censo não mostram é a intensificação da diversidade étnica em relação aos povos indígenas no Ceará contemporâneo, ao longo de 20 anos.

O IBGE não estratifica as estimativas populacionais por cor ou raça, não havendo, portanto, um dado oficial atualizado para a população indígena com base nos censos demográficos. Por esta razão a principal fonte para os dados populacionais indígenas são os dados dos cadastros da saúde indígena. A partir desse banco de dados é possível trazer mais informações sobre a intensificação da diversidade étnica no Ceará contemporâneo, com relação aos povos indígenas cearenses.

Na tabela a seguir há informações sobre a presença indígena nos municípios cearenses.

Tabela 4 - Povos por Municípios

	Município	Povos
1	Acaraú	Tremembé
2	Aquiraz	Jenipapo-Kanindé
3	Aratuba	Kanindé
4	Beberibe	Paiacu
5	Boa Viagem	Potyguara
6	Canindé	Kanindé
7	Caucaia	Anacé, Tapeba
8	Carnaubal	Tapuya-Kariri
9	Crateús	Kalabaça, Kariri, Potyguara, Tabajara, Tupinambá
10	Ipueiras	Tabajara
11	Itapipoca	Tremembé
12	Itarema	Tremembé
13	Maracanaú	Pitaguary
14	Monsenhor Tabosa	Gavião, Potyguara, Tabajara, Tubiba-Tapuya

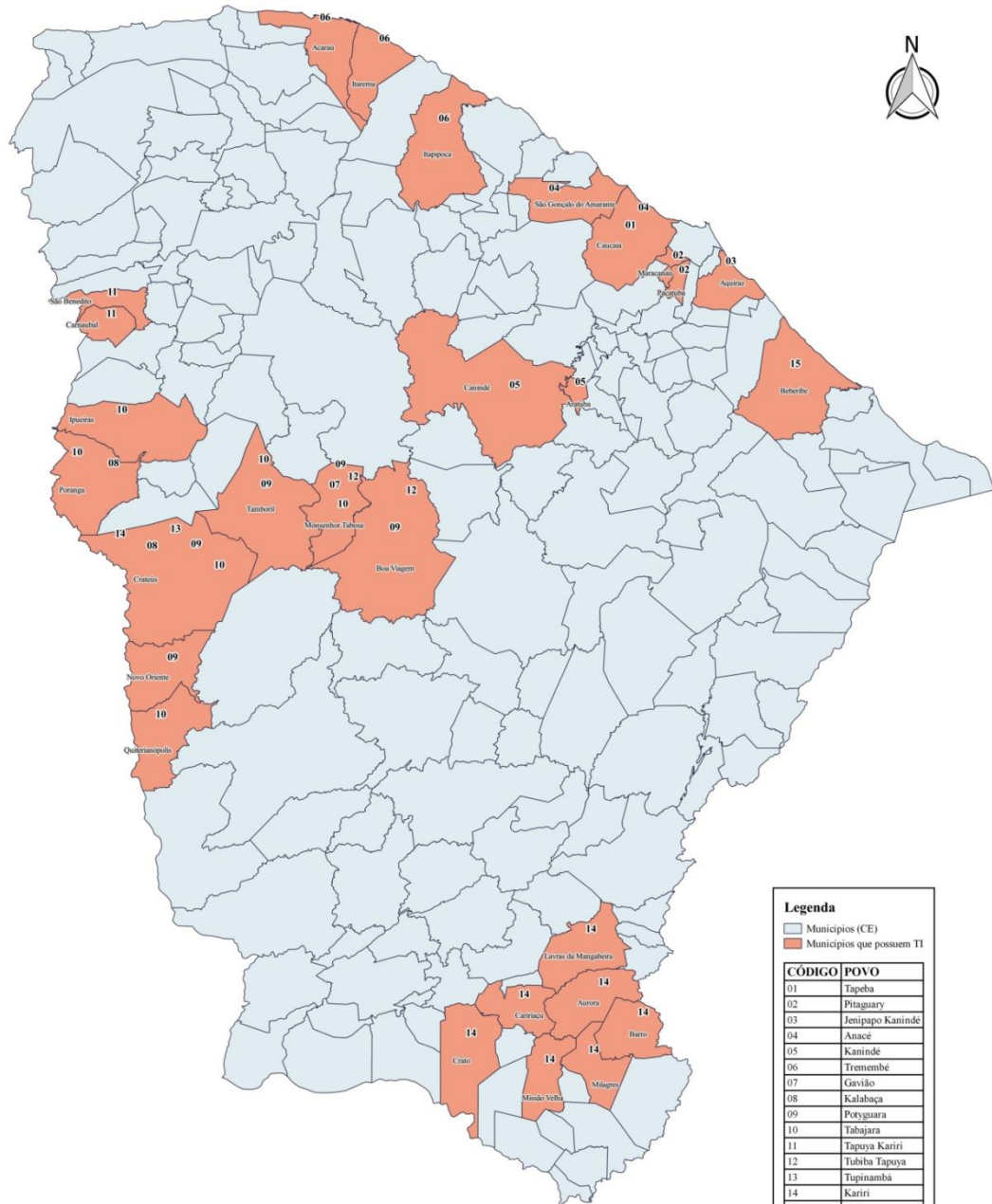
15	Novo Oriente	Potyguara
16	Pacatuba	Pitaguary
17	Poranga	Kalabaça e Tabajara
18	Quiterianópolis	Tabajara
19	São Benedito	Tapuya-Kariri
20	São Gonçalo do Amarante	Anacé
21	Tamboril	Tabajara, Potyguara

Fonte: Compilação do autor.

Além dos 14 povos indígenas considerados no escopo do diagnóstico, foram incluídos os povos Paiacu de Paripueira (item 4) e Kariri da região do Cariri, uma vez que os mesmos são identificados em documentos do Ministério Público Federal e reconhecidos pelo movimento indígena do Ceará, apesar de não estarem articulados e organizados no movimento indígena cearense.

A seguir, o mapa Povos Indígenas no Estado do Ceará apresenta a distribuição geográfica dos povos indígenas cearenses, em relação aos territórios tradicionalmente ocupados por eles.

Povos Indígenas no Estado do Ceará



1.3 Organização geopolítica dos Povos Indígenas do Ceará

Para efeito de uma leitura da distribuição geográfica e política dos povos indígenas do Ceará, partiu-se da organização dos próprios povos no contexto do movimento indígena do Ceará e nos contextos territoriais locais.

Identificou-se inicialmente uma primeira estratificação geográfica adotada pelo Movimento Indígena do Ceará em três regiões: Povos do Sertão, Povos do Litoral e Povos da Região Metropolitana de Fortaleza.

No que se refere aos povos do sertão, levando em consideração a questão geográfica por um lado e diferenças nas dinâmicas de articulação política por outro, considerou-se dois agrupamentos: Sertão de Monsenhor Tabosa e Sertão de Crateús. O povo da Serra da Ibiapaba está junto com os povos do Sertão pela localização geográfica. O povo Kariri da região do Cariri poderia vir a constituir um novo agrupamento, mas não foi considerado aqui pelo fato de não estar articulado ao movimento indígena e não ter sido objeto do diagnóstico.

No grupo dos Povos do Litoral, são apresentados apenas dados dos Povos Tremembé que ocupam o litoral oeste do Ceará (Itapipoca, Acaraú e Itarema). O Povo Paiaçu de Paripueira (Beberibe) no litoral leste, pelos motivos do povo Kariri da região do Cariri não foi objeto do diagnóstico.

Os povos da Região Metropolitana de Fortaleza incluem tanto aqueles dos municípios circunvizinhos a capital, como de municípios mais distantes como Canindé e Aratuba, pelo fato de articularem-se regionalmente no âmbito do movimento indígena.

As tabelas a seguir apresentam melhor visualmente uma distribuição geopolítica por Povo, Terra Indígena, Municípios e Aldeias. Para os povos do sertão sentiu-se a necessidade de incluir ainda uma classificação por grupos, tendo em vista, no caso de Monsenhor Tabosa, da articulação dos povos indígenas em três movimentos locais (Tabajara, Potyगतapuya e Potyjara) e no caso de Crateús em face da diversidade de situações territoriais dos povos indígenas desta região.

São apresentados os caciques e pajés identificados a partir da manifestação dos índios nas oficinas territoriais. Alguns povos não utilizam o termo cacique, mas liderança. No nível das aldeias verifica-se ainda a existência de lideranças locais que não foram nominadas nas tabelas a seguir, mas desempenham importante papel no processo organizativo, juntamente com os troncos velhos, índios idosos, respeitados por seu saber e lideranças tradicionais.

**Tabela 5 – Organização Geopolítica dos Povos Indígenas do Ceará
Sertão de Monsenhor Tabosa**

Grupo	Povo	TI	Municípios	Aldeias	Sit	Cacique	Pajé
Tabajara de Monsenhor Tabosa	Tabajara	Serra das Matas	Monsenhor Tabosa	Olho d'água dos Canutos	rural	Chico Canuto	Francisca
				Olho d'águinha	rural		
				Malhada da Onça	rural		
				Baixa Fria	rural		
				Lagoa dos Santos	rural		
				Belmonte	rural		
				Serra Branca	rural		
				Sítio do Souza	rural		
Portyगतapuya	Potyguara	Serra das Matas	Monsenhor Tabosa	Mundo Novo	rural	Arnaldo Gavião (cacique geral) e Marinete Potyguara (Vice-Cacique)	Pajés e rezadores nas aldeias
				Jacinto	rural		
				Tourão	rural		
				Mertijo	rural		
				Queimada	rural		
				Pelada	rural		
				Salgado	rural		
				Espírito Santo	rural		
				Chupador	rural		
				Várzea	rural		
				Pitombeira	rural		
				Passarinho	rural		
				Vila Nova	rural		
	Quixaba	rural					
	Passagem	rural					
	Gavião	M. Tabosa	M. Tabosa	Boa Viagem	Longá	rural	
				M. Tabosa	Boa Vista	rural	
	Tubiba Tapuya	M. Tabosa	M. Tabosa	Boa Viagem	Pau Ferro	rural	
					Pitombeira do Benedito	rural	
					Gameleira	rural	
Arara dos Franco					rural		
Arara dos Mariano					rural		
Tabajara	M. Tabosa	Tamboril	Rajado	rural			
			Grota Verde	rural			
Potyjara	Potyguara	Serra das Matas	Tamboril	Viração	rural	Liderança Elisa	Não Identificado
				Sítio	rural		

	Potyguara		Monsenhor Tabosa	Jucás	urbana	Cacique: Fátima Lideranças: Rosa (Jucás) José Antônio (Marruás) Nete (L. Santos)	Não Identificado
	Tabajara			Marruás	rural		
	Potyguara			Lagoa dos Santos	urbana		

Fonte: Compilação do autor com base em dados colhidos nas oficinas territoriais.

**Tabela 6 – Organização Geopolítica dos Povos Indígenas do Ceará
Sertão de Crateús e Serra da Ibiapaba**

Grupo	Povo	TI	Municípios	Aldeias	Sit	Cacique	Pajé
Tapuya Kariri	Tapuya Kariri	Gameleira	São Benedito	Gameleira	rural	Andrea	Tio Sé (Sebastião)
			Carnaubal				
Potyguara de Novo Oriente	Potyguara	Lagoinha	Novo Oriente	Lagoinha	rural	Neto	Não Possui
Nazário-Mambira	Tabajara, Potyguara, Kariri, Kalabaça e Tupinambá	Nazário-Mambira	Crateús	Nazário	rural	Cacique: Chagas Liderança: Zé Almeida	Mazé
				Mambira	rural		
				Ibiapaba	rural		
		Quirino	rural				
Povos Indígenas da Zona Urbana de Crateús	Tabajara	Áreas Urbanas Ocupadas/Doa das pela Prefeitura Municipal	Crateús	Vila Nova	urbana	Chagas	Mazé
				Cacheado	urbana		
				São Bento	urbana		
				Vila Vitória	urbana		
				Terra Prometida	urbana		
				Nova Terra	urbana		
				São José	urbana		
	Terra Livre	urbana					
Planaltin	urbana						
	Potyguara			São José	urbana		
				Terra Livre	urbana		
				Planaltin	urbana		

				a	na		
				Nova Terra	urbana		
				Altamira	urbana		
				Campo Verde	urbana		
				Realejo	urbana		
				Domingos Pereira	urbana		
	Kariri			Maratona	urbana	Raimunda	Tereza
				São José	urbana		
				Santa Luzia	urbana		
	Kalabaça			Vila Nova	urbana	Edmilson	Zé Messias
				Planaltina	urbana		
				São José	urbana		
	Tupinambá			NI	urbana		
Tabajara de Quiterianópolis	Tabajara	Não Há	Quiterianópolis	Fidélis	rural	Lideranças: Eleniza, Iraneide (CITAQ); Maria Lira (AJIQ).	Francisca Lira
				Croatá	rural		
				Vila Nova	rural		
Tabajara e Kalabaça de Poranga	Tabajara	Umburana	Poranga	Umburana	urbana	Cacique: Jorge.	Não Identificado
	Kalabaça	Cajueiro		Cajueiro	rural	Liderança: Eliane.	

Fonte: Compilação do autor com base em dados colhidos nas oficinas territoriais.

**Tabela 7 – Organização Geopolítica dos Povos Indígenas do Ceará
Região Metropolitana de Fortaleza**

Povo	TI	Municípios	Aldeias	Sit	Cacique	Pajé
Pitaguary	Pitaguary	Maracanaú	Santo Antônio	rural	Caciques: João Paulo, Madalena, Cláudia, Maurício	Raimundo Carlos (Barbosa)
			Aldeia Central			
			Aldeia Nova	rural		
			Horto	rural		
			Olho D'água	rural		
		Pacatuba	Monguba	rural		

Tapeba	Tapeba	Caucaia	Trilho	urbana	Fco Alves Teixeira	Raimunda Rodrigues Teixeira, Zé Tatu
			Lagoa dos Tapeba	urbana		
			Lagoa dos Porcos	urbana		
			Lameirão	urbana		
			Sobradinho	urbana		
			Ponte	urbana		
			Capoeiras	urbana		
			Jardim do Amor	urbana		
			Vila dos Cacos	urbana		
			Lagoa 1	urbana		
			Lagoa das Bestas	urbana		
			Capoan	urbana		
Itambé	urbana					
Anacé	Taba dos Anacé	São Gonçalo do Amarante	Bolso	rural	Antônio Ferreira (Japuará) e Jonas Gomes (Santa Rosa)	Maria (Japuará). Valdelice (Matões)
		Caucaia	Matões	rural		
	Anacé	Caucaia	Japuará	rural		
		Caucaia	Santa Rosa	rural		
Jenipapo Kanindé	Lagoa Encantada	Aquiraz	Lagoa da Encantada	rural	Pequena, Bida, Juliana	João
Kanindé	Sítio Fernandes	Aratuba	Sítio Fernandes	rural	Não Identificado	Não Identificado
		Aratuba	Balança	rural		
	Gameleira	Canindé	Gameleira	rural		

Fonte: Compilação do autor com base em dados colhidos nas oficinas territoriais.

**Tabela 8 – Organização Geopolítica dos Povos Indígenas do Ceará
Litoral**

Povo	TI	Municípios	Aldeias	Sit	Cacique	Pajé
Tremembé	Barra do Mundaú	Itapipoca	São José	rural	Lideranças: Herbeni e Adriana	Não Identificado
			Buriti de Baixo	rural		
			Buriti do Meio	rural		
			Munguba	rural		
	Almofala	Itarema	Varjota	rural	João Venâncio	Luís Caboclo
			Córrego Preto	rural		
			Amaro	rural		
			Tapera	rural		
			Caboré	rural		
			Batedeira I	rural		
			Batedeira II	rural		
			Praia	rural		
			Saquinho	rural		
			Lameirão	rural		
			Panã	rural		
			Mangue Alto	rural		

		Sítio Urubu	rural		
		Curral do Peixe	rural		
		Passagem Rasa	rural		
	Santo Antônio	Santo Antônio	rural		
	Camundongo	Camundongo	rural		
		Lagoa Seca	rural		
	Córrego do João Pereira	Itarema	Cajazeiras	rural	
			Capim Açú	rural	
			São José	rural	
		Acaraú	Telhas	rural	
	Queimadas		Queimadas	rural	

Fonte: Compilação do autor com base em dados colhidos nas oficinas territoriais.

1.4 Situação das Terras Indígenas (TIs) no Ceará

De acordo com a Constituição Federal vigente, em seu Artº 231, os povos indígenas detêm o direito originário e o usufruto exclusivo sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Infelizmente, há uma grande morosidade nos processos demarcatórios das terras indígenas em todo o Brasil, embora haja várias regularizações concluídas. Segundo informações do órgão indigenista oficial há 435 TIs regularizadas, 17 homologadas, 72 com limites declarados e 38 delimitadas¹⁴. Dentre essas homologadas, uma está no Ceará nos municípios de Itarema e Acaraú: TI Tremembé Córrego do João Pereira.

A própria Constituição Federal de 1988, em seu Título X artigo 67, afirma que “A União concluirá a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos a partir da promulgação da Constituição” (CF, 1988), o que na prática não vem acontecendo. Uma tabela com os anos de início dos procedimentos administrativos de demarcação abertos bem como o ano e estado atual desses procedimentos exporia de modo peremptório a grave violação ao direito originário de acesso a terra tradicionalmente ocupada causada pela morosidade na conclusão do processo demarcatório. Entretanto, é possível fazer esse comparativo com as informações compiladas ao longo desse tópico.

A demarcação de terra indígena é uma demanda advinda do movimento indígena nacional cujo intuito é garantir o usufruto exclusivo delas por seus respectivos povos. Tal demanda fora contemplada na carta magna em 1988 e a efetivação do direito originário de acesso à terra tradicional está regulada por norma específica. Trata-se do decreto da Presidência da República n.º 1775/96 o qual define o rito processual desse procedimento administrativo de demarcação de Terra Indígena, cuja responsabilidade legal é da Fundação Nacional do Índio (Funai).

¹⁴ Para mais informações consultar: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas> . Acessado em: 31 de maio de 2017.

Para regularizar uma terra indígena é necessário identificá-la, por se tratar de espaço geográfico diferenciado pela ocupação tradicional, que remete ao modo de ser e de fazer de um dado povo, é fundamental o trabalho de profissional da Antropologia. Esse, por sua vez, serve-se de profissionais de outras áreas que instruirão o documento que irá propor os limites territoriais do imóvel em questão, trata-se, portanto, do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação de uma TI. A Portaria do Ministério da Justiça Nº14 de 9 de janeiro de 1996 estabelece as regras legais para a elaboração desse Relatório (BRASÍLIA, 2008).

Após a conclusão desses estudos, o resumo do Relatório é publicado em Diários Oficiais, da União, do estado e do município em que se localiza uma dada TI, o que acontece sob a confirmação da presidência da Funai e do Ministro da Justiça. A etapa seguinte é o intervalo de 90 dias de prazo legal para que haja a manifestação do contraditório. Isso significa que em casos de não indígenas com títulos de propriedades em terras tradicionais indígenas é possível contestar a referida delimitação que por ventura afete um imóvel particular. Passado o prazo, o Ministro da Justiça publica em Portaria a declaração dos limites de uma TI, a qual também é publicada nos referidos diários oficiais. Na sequência acontece a demarcação física, a retirada de não índios da área, devendo ser assentados ou indenizados a depender de cada caso previsto na legislação. Por fim, se dá a homologação da TI em cartório de imóveis da comarca onde ela está localizada, bem como na Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

O órgão indigenista oficial faz a seguinte divisão de fases que se pode atribuir às terras indígenas a partir do andamento do procedimento administrativo de demarcação.

Em estudo: Realização dos estudos antropológicos, históricos, fundiários, cartográficos e ambientais, que fundamentam a identificação e a delimitação da terra indígena.

Delimitadas: Terras que tiveram os estudos aprovados pela Presidência da Funai, com a sua conclusão publicada no Diário Oficial da União e do Estado, e que se encontram na fase do contraditório administrativo ou em análise pelo Ministério da Justiça, para decisão acerca da expedição de Portaria Declaratória da posse tradicional indígena.

Declaradas: Terras que obtiveram a expedição da Portaria Declaratória pelo Ministro da Justiça e estão autorizadas para serem demarcadas fisicamente, com a materialização dos marcos e georreferenciamento.

Homologadas: Terras que possuem os seus limites materializados e georeferenciados, cuja demarcação administrativa foi homologada por decreto Presidencial.

Regularizadas: Terras que, após o decreto de homologação,

foram registradas em Cartório em nome da União e na Secretaria do Patrimônio da União. No processo de regularização também deverá ser realizada a desintrusão com a remoção e eventual indenização das famílias de não índios que habitam na Terra Indígena. (Fonte: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas> . Acessado em: 31 de maio de 2017)

Por outro lado, a divisão de fases apresentada não prevê a judicialização desse procedimento administrativo, que é um vetor da morosidade da demarcação de terra indígena, constituindo uma fase a parte. Segue a referida divisão de fases um exemplo ideal de um procedimento que não é interrompido por via jurídica. Por outro lado, nos últimos anos vimos à paralisação de todos os processos demarcatórios de TIs brasileiras em andamento por via política. Esse é outro vetor a ser considerado no campo das forças contrárias à demarcação de terras indígenas em nosso país.

O cenário político nacional é importante para se compreender a dinâmica sociopolítica da morosidade no procedimento administrativo de demarcação de terras indígenas no Brasil e no Ceará, em especial. Isso por que a maioria dos procedimentos administrativos de demarcação de TIs no Ceará está parada em diferentes fases, uns até sem providências iniciais, não tendo impedimento jurídico. Isso é reflexo do sucateamento progressivo em curso do órgão indigenista oficial, que é o responsável legal por executar a demarcação das TIs.

Redução progressiva do orçamento, corte de cargos, mudanças frequentes na presidência do órgão, nomeação de políticos afinados com a bancada do agronegócio são fatores que tanto vem reduzindo o poder de atuação da Funai em cumprir com sua função constitucional, como também está mudando o perfil desse órgão de indigenista para anti-indígena.

De acordo com o levantamento realizado para este diagnóstico, a base de dados de Terras Indígenas da FUNAI registra a existência de 10 Terras Indígenas no Ceará em diferentes etapas do processo administrativo de demarcação e há apenas uma terra indígena que teve seu processo finalizado.

Na realização do presente estudo, por meio de consultas à Nota Técnica do Ministério Público Federal (MPF-CE), entrevistas com servidores da FUNAI NE II e oficinas territoriais com os povos indígenas foi possível identificar pelo menos 25 Terras Indígenas e atualizar as informações acerca dos procedimentos administrativos de demarcação em curso, paralisados, judicializados ou sequer iniciados.

A tabela 9 apresenta informações sobre as Terras Indígenas em processo demarcatório, a etnia correspondente a cada uma delas e seus respectivos municípios, bem como os anos de início do procedimento administrativo de demarcação de cada caso. Por fim, observa-se a situação atual de cada TI e as fases seguintes do respectivo procedimento administrativo pertinente a cada povo.

Tabela 9 - Terras Indígenas no Ceará 2017 (I)

N	TI	Etnia	Municípios	Início	Situação	Próxima Fase
1	Córrego do João Pereira	Tremembé	Acaraú, Itarema	1992	Homologada	A terra encontra-se regularizada
2	Pitaguary	Pitaguary	Maracanaú, Pacatuba	1993	Declarada	Pagamento de Benfeitorias, Desintrusão e Homologação
3	Lagoa Encantada	Jenipapo Kanindé	Aquiraz	1995	Declarada	Pagamento de Benfeitorias, Desintrusão e Homologação
4	Barra do Mundaú	Tremembé	Itapipoca	2003	Declarada	Pagamento de Benfeitorias, Desintrusão e Homologação
5	Queimadas	Tremembé	Acaraú	2003	Declarada	Pagamento de Benfeitorias, Desintrusão e Homologação
6	Tapeba	Tapeba	Caucaia	1985	Delimitada	Julgamento do Processo Judicial e Publicação da Portaria Declaratória
7	Almofala	Tremembé	Itarema	1986	Delimitada	Julgamento do Processo Judicial e Publicação da Portaria Declaratória
8	Nazário-Mambira	Tabajara, Potyguara, Kalabaça, Kariri e Tupinambá	Crateús	2003	Transferência do INCRA para FUNAI	Efetivação da Transferência do INCRA para a FUNAI
9	Taba dos Anacé	Anacé	Caucaia, São Gonçalo do Amarante	2003	Encaminhada	Conclusão das obras e entrega da reserva aos Anacé
10	Anacé	Anacé	Caucaia	2003	Em Estudo	Publicação no DOU do resumo do relatório
11	Serra das Matas	Tabajara, Potyguara Gavião, Tubiba-Tapuya	Monsenhor Tabosa Tamboril, Boa Viagem	2003	Em Estudo	Publicação no DOU do resumo do Relatório
12	Gameleira	Kanindé	Canindé	2001	Em Estudo	Constituição do GT
13	Sítio Fernandes	Kanindé	Aratuba	2001	Em Estudo	Constituição do GT
14	Cajueiro	Tabajara Kalabaça	Poranga	2007	Em estudo	Constituição do GT

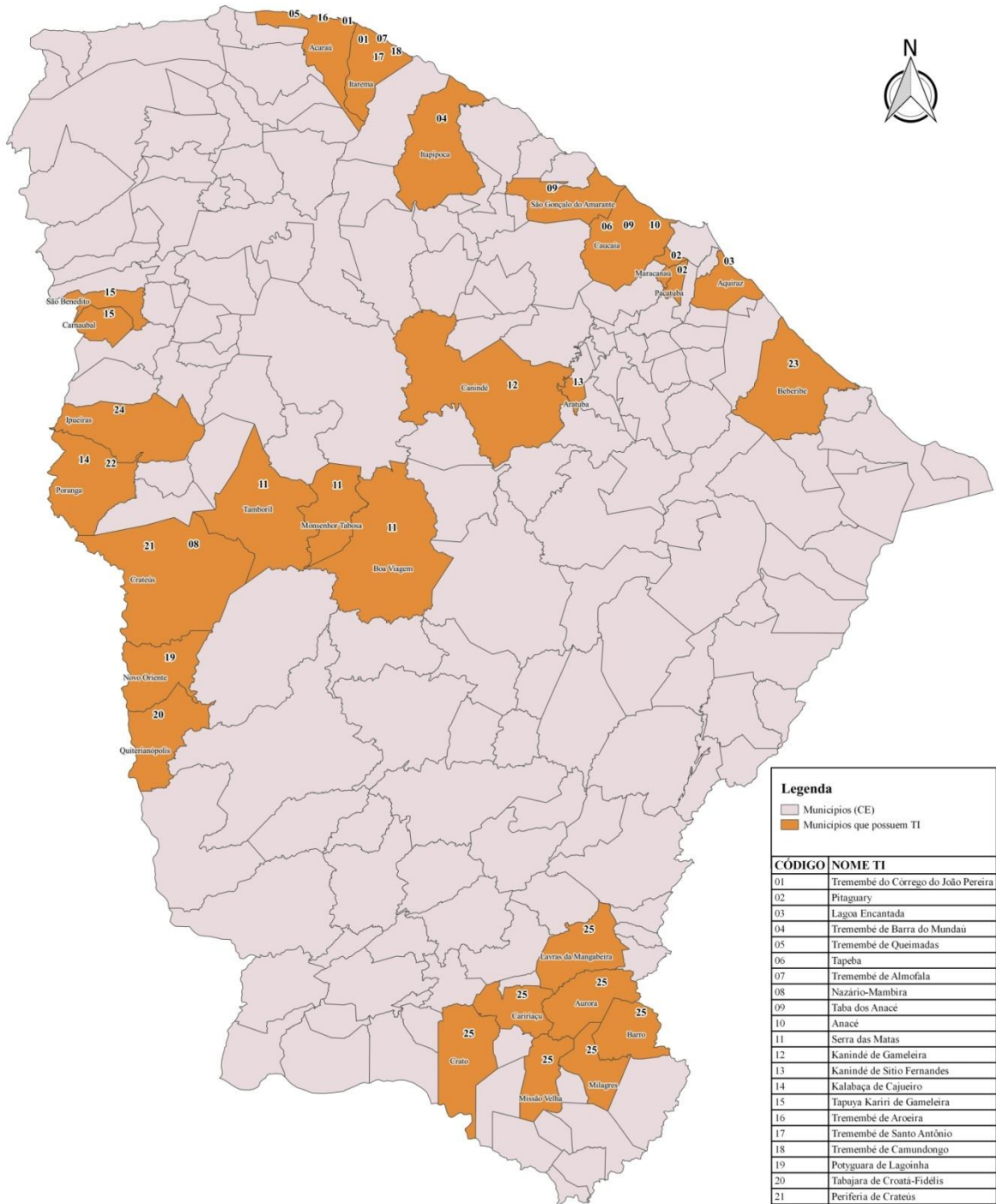
15	Gameleira	Tapuya Kariri	São Benedito, Carnaubal	2007	Em estudo	Constituição do GT
16	Aroeira	Tremembé	Acaraú	2004	Inquérito Civil	Qualificação da demanda
17	Santo Antônio	Tremembé	Itarema	2010	Inquérito Civil	Qualificação da demanda
18	Camundongo	Tremembé	Itarema	2010	Procedimento Preparatório	Qualificação da demanda
19	Lagoinha	Potyguara	Novo Oriente	2003	Sem Providências	Qualificação da demanda
20	Croatá-Fidélis	Tabajara	Quiterianópolis	2003	Sem Providências	Qualificação da demanda
21	Periferia de Crateús	Tabajara Potyguara Kariri Kalabaça Tupinambá	Crateús	2003	Sem Providências	Regularização das áreas de moradia indígena na cidade
22	Imburana	Tabajara	Poranga	SD	Sem Providências	Qualificação da demanda
23	Paripueira	Paiacu	Beberibe	2003	Sem providências	Qualificação da demanda
24	Tabajara III	Tabajara	Ipueiras	SD	Sem Providências	Qualificação da demanda
25	Kariri	Kariri	Aurora, Barro, Crato, Milagres, Missão Velha, Caririaçu, Lavras da Mangabeira	SD	Sem Providências	Qualificação da demanda

Fontes: NT 02/2015 MPF-CE; Entrevistas FUNAI CRNEII Novembro 2016; Oficinas Territoriais.

A partir da tabela é possível se ver que há apenas uma TI homologada, a do povo Tremembé do Córrego do João Pereira. Em seguida, há diferentes estados processuais em que os povos indígenas estão submetidos. Dentre eles, há somente dois casos em que os procedimentos demarcatórios foram judicializados, a TI Tapeba em Caucaia e a TI Tremembé de Almofala, em Itarema. Excluindo esses três casos há 22 áreas indígenas que estão pendentes apenas procedimentos administrativos, desde qualificação da demanda, a desintrusão e homologação. Isto torna evidente que é o Estado brasileiro o principal violador do direito originário à terra tradicionalmente ocupada por não cumprir a regulação constitucional que prevê a regulamentação de terra indígena no prazo de cinco anos.

A seguir, o mapa que localiza as TIs reivindicadas no estado do Ceará até o momento.

Terras Indígenas no Estado do Ceará



É importante perceber que o mapa traz informações da presença indígena na faixa litorânea do Ceará, em diferentes circunstâncias históricas as quais possibilitaram a mobilização de diferentes referenciais étnicos por diferentes agrupamentos humanos. Ou seja, diferentes povos que reivindicam diferentes espaços geográficos como áreas indígenas. Dentre eles, o povo Paiacu de Paripueira é o mais recente a acionar o direito originário à terra tradicional. No Sertão Central e no Sertão dos Inhamúns, principalmente, na faixa limítrofe com o estado do Piauí, encontra-se a maior parte das etnias cearenses, atualmente. Por fim, importa destacar que na região mais ao sul do Ceará encontram-se áreas indígenas reivindicadas por pessoas que se declaram Kariri.

No presente histórico, essa é a configuração geográfica das terras indígenas no Ceará. A seguir, há mais informações sobre a situação de regularização territorial de cada uma das TIs que se tem conhecimento até o momento.

1.4.1 Terra Indígena Tremembé do Córrego do João Pereira

O Decreto Homologatório de 05/05/2003 (área da T.I: 3.140 há) foi publicado no DOU em 06/05/2003. A terra encontra-se regularizada, única TI nessa situação no Ceará.

1.4.2 Terra Indígena Pitaguary

De acordo com o MPF/CE (NT 02/2015) o ano de início da demanda foi 1993. Há uma Portaria Declaratória n° 2366 de 15/12/2006 (área da T.I: 1.735 ha), publicada no DOU em 18/12/2006. Sentença no processo n° 0001593-67.2002.4.05.8100, transitado em julgado em 28/03/2014, excluiu 336 ha da área total da T.I. Próximas fases são o pagamento das benfeitorias de boa-fé e desintrusão dos ocupantes não-indígenas e homologação da TI.

De acordo com a FUNAI (entrevista Nov/2016) a negociação das indenizações ocorreria em 2016, o processo está suspenso desde a morte do cacique Daniel. Há ainda indícios de que estaria ocorrendo um processo de intrusão de posseiros na área. Há uma recomendação do MPF para pacificação interna da área e suspensão de liberação de recurso de compensação ambiental da Chesf, que encontra-se depositado em uma conta da FUNAI.

De acordo com os Índios Pitaguary (oficina Jan/2017) há conflito interno que persiste.

1.4.3 Terra Indígena Jenipapo-Kanindé Lagoa Encantada

De acordo com o MPF/CE (NT 02/2015) o ano de início da demanda foi 1995. A Portaria Declaratória n°184 de 23/02/2011 (área da T.I: 1.731 ha), foi publicada no DOU em 24/02/2011, e seus efeitos foram suspensos por decisão do STJ no MS n° 16702/DF.

De acordo com a FUNAI (entrevista Nov/2016) FUNAI reverteu a decisão judicial no STJ (movida por interesse da Ypioca) e a portaria está em vigor. Esperam que as

próximas etapas (desintrusão e homologação) ocorram em 2017.

De acordo com os Jenipapo Kanindé (oficina Jan/2017) tem conhecimento que ganharam a causa na justiça e aguardam o processo de desintrusão e homologação.

1.4.4 Terra Indígena Tremembé de Barra do Mundaú

De acordo com o MPF/CE (NT 02/2015) o ano de início da demanda foi 2003. Resumo do Relatório de Identificação e Delimitação publicados no DOU em 06/02/2012 (área da T.I: 3.580 ha).

De acordo com a FUNAI (entrevista Nov/2016) a Portaria Declaratória 1318 foi publicada no DOU em 07 de Agosto de 2015. Em 2016 o MPF/CE ganhou ACP que determinou que a empresa Nova Atlântida não realize intervenções na TI e declarou nula a licença ambiental expedida pela SEMACE. Foi firmado um convênio com a SDA-CE para agilizar a demarcação física da área que iniciaria em Novembro de 2016.

De acordo com os Índios Tremembé (oficina Fev/2017) a demarcação física está concluída e eles aguardam agora a desintrusão dos posseiros e parentes que não se identificam como índios. Há muitos conflitos internos na área que podem ser agravados pelo novo prefeito que é favorável aos posseiros.

1.4.5 Terra Indígena Tremembé de Queimadas

De acordo com o MPF/CE (NT 02/2015) o ano de início da demanda foi 2003. A Portaria Declaratória nº1.702 de 19/04/2013 (área da T.I: 767 ha), foi publicada no DOU em 22/04/2013. Próxima etapa é o Decreto Homologatório.

De acordo com a FUNAI (entrevista Nov/2016) “A fase atual é a de avaliação de benfeitorias, não há mais moradores não índios na área e o cenário é tranquilo” (transcrição da entrevista). A avaliação deve ocorrer em 2017.

De acordo com os Índios Tremembé (oficina Fev/2017) eles estão aguardando a demarcação física e desintrusão, e ainda há problemas com posseiros na área.

De acordo com membro da Equipe Técnica da Adelco: “Em recente contato com Perito do MPF, soube de uma ação civil pública em favor dos Tremembé de Queimadas e do Córrego do João Pereira a respeito das medidas compensatórias da instalação de linha de transmissão de energia eólica dentro da área indígena. As torres foram instaladas sem a consulta ao povo Tremembé do Baixo Acaraú, o que configura grave violação do direito ao usufruto exclusivo dos índios a sua terra tradicional”.

1.4.6 Terra Indígena Tapeba

De acordo com o MPF/CE (NT 02/2015) o ano de início da demanda¹⁵ foi 1985. O Relatório de Identificação e Delimitação foi publicado no DOU em 27/08/2013 (área da T.I: 4.767 ha). Processo em andamento na 3ª Vara Federal, em Fortaleza, com restrições ao procedimento demarcatório a partir de decisão do TRF-5ª Região em 2014.

¹⁵ O termo início da demanda aqui significa quando a mesma foi acolhida por alguma instância do Estado Brasileiro na perspectiva de reconhecimento do direito à terra.

De acordo com a FUNAI (entrevista Nov/2016) Após o relatório circunstanciado publicado em 2013 46 contestações foram recebidas. Em 2014 Governo do Estado tomou iniciativa de articular um acordo entre os Tapeba, Família Arruda, Município e FUNAI. Ministro assinou o acordo. As contestações foram analisadas e o processo foi encaminhado em Nov. de 2016 para o Ministério da Justiça.

De acordo com os Índios Tapeba (oficina Jan/2017) estão mantendo retomadas e há ordem de reintegração de posse na comunidade do trilho expedida por decisão liminar do TRF-5a região por solicitação de posseiros contra a qual eles pretendem resistir. Os Tapebas ingressaram no STF via FUNAI com pedido de suspensão da liminar mas no dia 16.02.2017 decisão da TRF-3a região autoriza a reintegração de posse com uso de força policial, Tapebas ainda não haviam sido oficialmente notificados.

1.4.7 Terra Indígena Tremembé de Almofala

De acordo com o MPF/CE (NT 02/2015) o ano de início da demanda foi 1986. Despacho, Parecer e Memorial Descritivo foram publicados no DOU em 27/07/1993 (área da T.I: 4.900 ha). O processo administrativo está suspenso judicialmente desde 1996 com processo em andamento na 27a. Vara Federal, em Itapipoca.

De acordo com a FUNAI (entrevista Nov/2016) FUNAI e MPF solicitaram ao Juiz a realização de perícia antropológica que a princípio foi indeferida mas com recurso foi aceita, a perícia foi realizada no final de 2015, os advogados da Ducôco (empresa que moveu a ação) realizaram um contra-laudo que agora teria retornado para análise da perita. Após análise da perita devem ser ouvidos FUNAI, MPF e União no processo para então ir a julgamento.

De acordo com os Índios Tremembé (oficina Fev/2017) foi elaborado um laudo de perícia pela Dra. Isabelle Braz (Professora de Antropologia do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará), que foi acatado pelo juiz. Novos quesitos foram enviados para a perita responder a pedido da empresa Ducoco, os quais foram fundamentados por um “contra-laudo”. A perita já respondeu ao Juiz que deverá se pronunciar ainda nesse semestre.

1.4.8 Terra Indígena Nazário-Mambira

De acordo com o MPF/CE (NT 02/2015) o ano de início da demanda foi 2003. Terra de 5.892 ha, anteriormente PA do Incra, antigo imóvel Fazenda Nazário (Processo Incra nº 1452/88). Em reunião na PR/CE, em 13/06/2003, o Superintendente Regional do Incra, Eduardo Barbosa, “se manifestou no sentido de não obstaculizar a regularização fundiária em favor da comunidade indígena” (NT 02/2015, pg.6). A próxima etapa é a efetivação da transferência do INCRA para a FUNAI.

De acordo com a FUNAI (entrevista Nov/2016) há uma pendência judicial, a área não foi desapropriada totalmente.

De acordo com os índios Tabajaras, Potyguaras, Kalabaças, Kariris e Tupinambás (Oficina Nov/2016) a área foi retomada pelas cinco etnias e posteriormente negociado com INCRA e FUNAI, hoje moram 12 famílias na área, aguardando a regularização.

1.4.9 Terra Indígena Reserva Taba dos Anacé

De acordo com o MPF/CE (NT 02/2015) o ano de início da demanda foi 2003. O Termo de Compromisso para a criação da Reserva foi assinado em 22/11/2013, pelo governador do Ceará, pela presidente da Petrobras, pela presidente da Funai e pelo procurador representante da 6a. CCR no Ceará. A Seinfra está realizando a construção das unidades habitacionais e obras de infraestrutura na Reserva. O próximo passo é a conclusão das obras e entrega da reserva aos Anacé.

De acordo com a FUNAI (entrevista Nov/2016) ainda haveria pendências para a instalação e um termo de acordo foi assinado com o Governo do Estado.

De acordo com os Índios Anacé das Aldeias de Bolso e Matões (oficina Jan/2017) os impactos ambientais e sanitários do CIPP estão se agravando e ainda estão aguardando a remoção para a reserva.

1.4.10 Terra Indígena Anacé

De acordo com o MPF/CE (NT 02/2015) o ano de início da demanda foi 2003. Foi entregue em 2011, pela coordenadora do GT de Identificação e Delimitação, um “relatório circunstanciado parcial preliminar”, que excluiu da terra de ocupação tradicional a área sobre a qual incide o Complexo do Pecém (Bolso e Matões). Próxima etapa seria a publicação no DOU do resumo do relatório.

De acordo com a FUNAI (entrevista Nov/2016) a área técnica solicitou complementações ao Estudo realizado sobre a área tradicionalmente ocupada, a antropóloga precisaria retornar a campo e colher mais dados, mas ela se aposentou do órgão e ainda não há indicação se será constituído um novo GT.

De acordo com os Índios Anacé das Aldeias de Japua e Santa Rosa (oficina Nov/2016) o Estudo já estaria concluído mas não teria sido publicado, portanto não ainda não existiria oficialmente.

1.4.11 Terra Indígena Serra das Matas

De acordo com o MPF/CE (NT 02/2015) o ano de início da demanda foi 2003. O Relatório de Identificação e Delimitação foi entregue em 2012 à Funai pela antropóloga coordenadora do GT e até o presente se encontra em análise na CGID. Divergências entre as etnias adiaram a publicação, mas já foram ultrapassadas. “O procurador da República Dr. Patrício Noé da Fonseca, quando na PRM Crateús/Tauá, colheu depoimento de liderança atestando a superação de tais dificuldades. Um diálogo entre o MPF e a Diretoria de Proteção Territorial da Funai poderia ter como foco a publicação do resumo do referido relatório” (NT 02/2015, pg 10 e 11). A próxima fase do processo é a Publicação no DOU do resumo do Relatório de Identificação e Delimitação.

De acordo com a FUNAI (entrevista Nov/2016) A publicação do resumo do relatório está prevista para 2017.

De acordo com os Índios Tabajaras (oficina Dez/2016) eles concordariam com a TI com várias etnias desde que averbada a área referente ao Povo Tabajara, realizaram

uma reunião com o Procurador da República e estariam aguardando a realização de uma audiência pública.

1.4.12 Terra Indígena Kanindé de Gameleira

De acordo com o MPF/CE (NT 02/2015) o ano de início da demanda foi 2001 e ainda não há estudo de qualificação.

De acordo com a FUNAI (entrevista Nov/2016) já há estudo de qualificação, mas pelo fato de não haver conflitos fundiários não é uma área prioritária.

Os índios Kanindé (oficina Jan/2017) apontaram a demarcação como uma das principais demandas, mas não relataram conflitos fundiários.

1.4.13 Terra Indígena Kanindé de Sítio Fernandes

De acordo com o MPF/CE (NT 02/2015) o ano de início da demanda foi 2001. A qualificação da demanda foi realizada em 2011 pelo antropólogo Alexandre Gomes. Próxima etapa seria a nomeação do GT.

De acordo com a FUNAI (entrevista Nov/2016) Já enviaram nomes para a composição de um GT. Mas pelos índios já possuem títulos de terra e não haver conflitos fundiários não é uma área prioritária.

Os índios Kanindé (oficina Jan/2017) apontaram a demarcação como uma das principais demandas, mas não relataram conflitos fundiários.

1.4.14 Terra Indígena Tabajara e Kalabaça de Cajueiro

De acordo com o MPF/CE (NT 02/2015) o ano de início da demanda foi 2007. Por se tratar de terra da União, com um reduzido número de ocupantes não-índigenas, avalia que é factível, mesmo no atual contexto político desfavorável, a nomeação de GT de Identificação e Delimitação. Já foi proposta ACP com esse objetivo pela Dra. Sara Moreira de Sousa Leite.

De acordo com a FUNAI (entrevista Nov/2016) a qualificação já foi realizada e pelo fato de haver a ACP está mais avançado o processo.

De acordo com os índios Kalabaça (oficina Nov/2016) em fevereiro de 2016, o MP deu prazo de 190 dias para a constituição do GT. Há conflitos com posseiros. Informaram que parte da terra indígena estava sendo considerada propriedade de uma empresa para fins de processos de indenização [isso é citado na nota técnica do MPF]; Acusam o processo de qualificação da FUNAI de ser uma maneira de “ganhar tempo” ante a exigência do MPF de se dar prosseguimento ao processo de demarcação.

1.4.15 Terra Indígena Tapuya Kariri de Gameleira

De acordo com a NT 02/2015 do MPF/CE a demanda teve início em 2007. Nota Técnica 05/13 do Analista de Antropologia do MPF, expôs a reivindicação territorial dos Tapuya-Kariri e os conflitos com a Associação dos Remanescentes de Quilombo do Sítio Carnaúba. Foi realizada Audiência Pública presidida pelo procurador da República Dr. Ricardo Magalhães em 30 de maio de 2014 (Relatório Técnico 01/14).

A Qualificação da demanda foi realizada por servidor da Coordenação Regional da Funai. A próxima etapa é a nomeação do GT.

De acordo com a FUNAI (entrevista Nov/2016), o órgão estaria buscando nomes para formar o GT. **De acordo com os Índios Tapuya Kariri (oficina Nov/2016)** O povo vem realizando várias retomadas para pressionar a demarcação da terra. O MP entrou com Ação Civil Pública em 31.07.2016 exigindo providências da FUNAI para constituição de GT. Juiz acatou a ação e deu liminar para que em 90 dias a FUNAI constitua o GT. Estão aguardando.

1.4.16 Terra Indígena Tremembé de Aroeira

De acordo com a NT 02/2015 do MPF/CE a demanda teve início em 2004. A Nota faz menção ao Inquérito Civil nº 0.15.000.001405/2004-74, com apenso nº 0.15.000.002097/2005-20. Área aguarda qualificação da demanda.

Esta TI não foi abordada na entrevista com a FUNAI e não foi envolvida nas reuniões no âmbito da oficina territorial.

1.4.17 Terra Indígena Tremembé de Santo Antônio

De acordo com a NT 02/2015 do MPF/CE a demanda teve início em 2010. A Nota faz menção aos Inquéritos Civis nº 1.15.003.000364/2010-61 e nº 1.15.003.000117/2011-46. Área aguarda qualificação da demanda.

Esta TI não foi abordada na entrevista com a FUNAI e não foi envolvida nas reuniões no âmbito da oficina territorial.

1.4.18 Terra Indígena Tremembé de Camundongo

De acordo com a NT 02/2015 do MPF/CE a demanda teve início em 2010. A Nota faz menção aos Procedimento Preparatório nº 1.15.003.000008/2013-91 com apenso nº 1.15.003.000104/2013-39. Área aguarda qualificação da demanda.

Esta TI não foi abordada na entrevista com a FUNAI e não foi envolvida nas reuniões no âmbito da oficina territorial.

1.4.19 Terra Indígena Potyguara de Lagoinha

De acordo com o MPF/CE (NT 02/2015) o ano de início da demanda foi 2003 e não há providências em andamento. A próxima etapa é a qualificação da demanda.

De acordo com a FUNAI (entrevista Nov/2016) a demanda foi identificada mas ainda não foi qualificada, pode vir a ser realizada juntamente com estudo a ser realizado em Crateús.

De acordo com os Índios Potyguara (oficina Nov/2016). Não há processo de retomada, pois o povo sofre ameaças dos posseiros, principalmente em Açude dos Carvalhos. Estão aguardando uma ação da FUNAI.

1.4.20 Terra Indígena Tabajara de Croatá-Fidélis

De acordo com o MPF/CE (NT 02/2015) o ano de início da demanda foi 2003 e não há providências em andamento. A próxima etapa é a qualificação da demanda.

De acordo com a FUNAI (entrevista Nov/2016) a demanda foi identificada mas ainda não foi qualificada, pode vir a ser realizada juntamente com o estudo a ser realizado em Crateús.

De acordo com os índios Tabajaras (oficina Nov/2016) não há conflitos na terra, entretanto se sujeitam ao pagamento de renda e estariam aguardando uma ação da FUNAI.

1.4.21 Terras Indígenas em Áreas da Periferia Urbana de Crateús

De acordo com o MPF/CE (NT 02/2015) o ano de início da demanda foi 2003. Houve doação de área realizada pela Prefeitura de Crateús, para a moradia de indígenas na cidade. A próxima etapa seria a regularização das demais áreas de moradia de indígenas na cidade.

De acordo com a FUNAI (entrevista Nov/2016) há pouco conhecimento da situação e pretende-se realizar um estudo em Crateús.

Na oficina realizada em Crateús não foi possível detalhar a situação de cada aldeia, sabe-se que houve vários processos de ocupação e que no caso de Vila Nova houve doação da prefeitura, mas é necessário um estudo mais aprofundado.

1.4.22 Terra Indígena Tabajara de Imburana

De acordo com a NT 02/2015 do MPF/CE a demanda teve início em 2003. A NT cita que em Imburana funciona a Escola Diferenciada de Ensino Fundamental e Médio Jardim das Oliveiras, inaugurada em 2006, com 22 professores indígenas e mais de 500 alunos indígenas. A demanda desta TI ainda não foi identificada e qualificada pelos Órgãos Públicos.

TI não foi mencionada na entrevista com a FUNAI.

De acordo com os índios Tabajara: A retomada de Imburana ocorreu em 2005 e há conflitos com posseiros.

1.4.23 Terra Indígena Paiacu de Paripueira

De acordo com a NT 02/2015 do MPF/CE a demanda teve início em 2003.

A demanda desta TI ainda não foi identificada e qualificada pelos Órgãos Públicos.

Esta TI não foi abordada na entrevista com a FUNAI e não faz parte do objeto do diagnóstico.

1.4.24 Terra Indígena Tabajara III

A NT 02/2015 do MPF/CE cita a TI mas não especifica data de início da demanda.

A demanda desta TI ainda não foi identificada e qualificada pelos Órgãos Públicos.

Esta TI não foi abordada na entrevista com a FUNAI e não foi envolvida nas reuniões no âmbito da oficina territorial.

1.4.25 Terra Indígena Kariri

A NT 02/2015 do MPF/CE cita a TI mas não especifica data de início da demanda. A demanda desta TI ainda não foi identificada e qualificada pelos Órgãos Públicos.

Esta TI não foi abordada na entrevista com a FUNAI e não foi envolvida nas reuniões no âmbito da oficina territorial.

Diante do exposto acima, podemos concluir que o Estado Brasileiro vem cometendo graves violações contra os povos indígenas do Ceará no que diz respeito ao longo período de tempo em que se demoram as 24 áreas indígenas em processo de regulamentação. Há um claro desrespeito à Constituição Federal de 1988, que assegura o direito originário sobre as terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas, e a Convenção 169 da OIT, que o Brasil é signatário desde 2004¹⁶. Especialmente em seus artigos 14 e 15, os quais versam sobre o dever do Estado em assegurar a posse permanente dos povos indígenas sobre as terras tradicionais e sobre a proteção dos recursos naturais disponíveis nelas e necessários à vida dessa população.

1.5 Conflitos territoriais existentes: situação e impacto nas comunidades

A não demarcação das terras traz consigo uma série de prejuízos aos povos indígenas como perda do patrimônio material e imaterial, a contaminação e degradação ambiental, destruição dos recursos hídricos e territoriais, discriminação e preconceito, negação e incompreensão da autodeterminação e, sobretudo, uma série de conflitos territoriais.

A partir das oficinas territoriais e do levantamento de dados, foi possível identificar os principais conflitos territoriais junto aos povos indígenas: são conflitos fundiários com posseiros rurais, conflitos relacionados à especulação imobiliária urbana e conflitos com grupos empresariais interessados na utilização e apropriação de recursos naturais das terras indígenas.

Os conflitos fundiários com posseiros rurais caracterizam-se pela presença física dos posseiros nas Terras Indígenas e não reconhecimento dos mesmos pelos direitos originários dos povos indígenas pela terra. Os conflitos podem incluir desde a ocorrência de cobrança de renda fundiária; a imposição de constrangimentos, como impedimento físico de acesso a determinadas áreas, ou limitação do uso de

¹⁶ Decreto nº5051/2004 (BRASÍLIA, 2008).

mananciais hídricos; bem como ameaças, assédio e casos concretos de violência na forma de incêndios criminosos, depredação de patrimônios e agressões físicas.

Enfrentam conflitos fundiários com posseiros os seguintes povos indígenas: Povo Tabajara de Monsenhor Tabosa, Povo Tapuya Kariri, Povo Potyguara de Novo Oriente, Povo Tabajara de Quiterianópolis, Povos Tabajara e Kalabaça de Poranga, Povo Pitaguary, Povo Tapeba, Povo Tremembé de Barra do Mundaú, Povo Tremembé de Almofala, Povo Tremembé de Queimadas.

Os conflitos relacionados à especulação imobiliária são enfrentados por povos cujas terras indígenas encontram-se em situação urbana ou peri urbana. Caracterizam-se pela implantação ilegal de loteamentos, abertura de vias e(ou) construção de novas edificações impelidas pelo processo de expansão urbana e pelo interesse de grupos econômicos com a ação direta ou conivência dos poderes públicos.

Enfrentam conflitos relacionados à especulação imobiliária os seguintes povos indígenas: Povo Tapeba, Povo Anacé, Povos indígenas na periferia de Crateús e de Monsenhor Tabosa.

Os conflitos com grupos empresariais estão relacionados a disputas por recursos existentes nas terras indígenas, principalmente recursos energéticos, minerais, turísticos/paisagísticos e fundiários. Enfrentam conflitos com grupos empresariais os seguintes povos indígenas: Povo Tremembé de Barra do Mundaú, Povo Tremembé de Almofala, Povo Tapuya Kariri, Povo Anacé, Povo Tapeba, Povo Jenipapo-Kanindé e Povo Pitaguary.

1.6 Identificação dos grandes empreendimentos (públicos e privados) e ameaça sobre os territórios

Durante as oficinas territoriais e entrevistas com lideranças, foi possível identificar diversos conflitos ocasionados principalmente por grupos empresariais que desejam explorar economicamente os recursos naturais disponíveis nas terras indígenas.

A seguir descrevemos os principais conflitos com grupos empresariais enfrentados pelos Povos Indígenas cearenses:

Povo Tremembé de Barra do Mundaú x Empreendimento Nova Atlântida: O grupo empresarial Afirmar Housing Group, do empresário espanhol Juan Ripoll Mari, cuja família já havia se envolvido em conflitos fundiários em Itapipoca nos anos 1980, deu início em 2002 a implantação de um mega empreendimento turístico na Terra Indígena de Barra do Mundaú, o projeto previa em sua primeira fase a construção de 27 hotéis e resorts, seis condomínios residenciais e três campos de golfe. Ocupando 12 quilômetros contínuos da orla da praia da Baleia, em Itapipoca, com 3,1 mil hectares de área. Apresentando-se com escrituras de compra das terras, a empresa provocou a divisão de famílias de mesmo parentesco entre àqueles que não se reconhecem como índios e apoiam o empreendimento e aqueles que se reconhecem

como índios e lutam pela demarcação da terra indígena contra o empreendimento. Após mais de uma década de conflitos entre os Tremembé e a referida empresa, que geraram uma série de episódios violentos, com processos de retomada desse povo e investidas dos partidários da empresa com incêndios criminosos, ameaças e atos violentos, os Tremembé de Barra do Mundaú vêm conseguindo vencer várias batalhas contra a empresa, tendo realizado e mantido a retomada das áreas ocupadas pela empresa, alcançado a publicação da portaria declaratória e demarcação física da TI, além do apoio do MPF ter conseguido a cassação da Licença Ambiental do empreendimento.

Os conflitos envolvendo o povo Tremembé e empreendimentos imobiliários, com especial referência à Nova Atlântida, são tratados pelo Relatório dos Direitos Indígenas¹⁷ (SILVA; AIRES, 2009, p. 89-114).

Povo Tremembé de Almofala x Ducoco Agrícola S/A: O conflito entre o povo Tremembé e a empresa teve origem no final da década de 1970, quando diversas fazendas dentro da Terra Indígena foram adquiridas pela Ducoco Agrícola S.A para o plantio de coqueiro com financiamento da SUDENE. O processo judicial que atualmente impede o prosseguimento do processo administrativo de demarcação da Terra Indígena é de autoria da empresa.

Povo Tapuya Kariri x Eólica: Segundo relatos dos representantes do povo Tapuya Kariri na oficina participativa, está havendo conflito com empresa eólica na aldeia de Gameleira. De acordo com o relato a empresa chegou a instalar uma torre de medição eólica que caiu após o povo realizar um ritual e temporal na área. De acordo com pesquisas realizadas, a empresa Casa dos Ventos, do empresário cearense Mario Araripe, está implantando um Complexo Eólico na Serra da Ibiapaba. Não foi possível confirmar com os Tapuya-Kariri se este é o mesmo grupo que está agindo em seu território tradicional.

Povo Anacé x CIPP: O Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) localiza-se no limite entre os municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante. O complexo é composto pelo terminal portuário e pelas seguintes empresas: Tortuga, Votorantim e Cimento Apodi, Petrobrás, Termoceará, Termofortaleza, MPX, Wobben, Jotadoise Hidrosteq, Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP) entre outras. Estava prevista a construção de uma refinaria pela Petrobrás, projeto que não se concretizou. O projeto de consolidação do CIPP se insere no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, e está atrelado a uma série de obras de infraestrutura, tais como: a ampliação da rede rodoviária; a instalação de uma linha férrea; um sistema de abastecimento de água; e um gasoduto. A mobilização indígena Anacé e seu pleito pela regularização de um território tradicional representou o principal entrave para a instalação da refinaria e a ampliação do CIPP. A paralisação nas desapropriações durou até setembro de 2011, quando, a Funai, afirmou que na área de Bolso e demais localidades pertencentes ao município de São

¹⁷ O Observatório dos Direitos Indígenas é vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Étnicas (GEPE) da Universidade Federal do Ceará. O GEPE é um grupo de pesquisa vinculado ao CNPq.

Gonçalo do Amarante e em Matões, no município de Caucaia, não havia elementos para serem consideradas terras tradicionalmente ocupadas por indígena, e que as famílias Anacé dessa região seriam realocadas em uma reserva. O restante das áreas de ocupação Anacé aguardam a conclusão dos estudos pela FUNAI. Os impactos para além da desapropriação pelo CIPP incluem o aumento da especulação imobiliária, a contaminação do solo, ar e água por poluentes e efeitos danosos na saúde do povo Anacé.

A ADELCO tomou conhecimento, a partir de consulta ao Ministério Público Federal - MPF, da existência de um inquérito civil em andamento que trata dessa situação. O Relatório do Observatório dos Direitos Indígenas (SILVA; AIRES, 2009, p. 115-153) traz reportagens e documentos que abordam essa situação entre Povo Anacé e o CIPP.

Povo Anacé x Grupo Ernani Viana: Grupo Ernani Viana – tem mais de 80% do território Anacé sobre o seu controle. Usa a terra para loteamentos, criação de cavalos (Haras) entre outros empreendimentos.

De acordo com a consulta da ADELCO junto ao MPF, existe um inquérito civil em andamento referente a essa questão.

Povo Anacé x Pedreiras Itatiba e Britap: Foi denunciado pelos Anacé a existência de pedreiras das empresas Pedreira Itatiba e a Britap – Britagem Pontes Ltda., ambas localizadas em Santa Rosa.

Povo Tapeba x Desenvolvimento Urbano Industrial: A população Tapeba encontra-se distribuída na região urbana, Peri urbana e rural. Pela proximidade da cidade, os Tapeba têm sofrido os impactos do processo de urbanização. O território Tapeba é cortado por rodovias – BR-020, BR-222, CE-090 e CE-085 –, uma ferrovia, rede elétrica de alta tensão, gasodutos e um aqueduto, pelo eixão das águas e redes de transmissão da operadora de telefonia Vivo, sendo permeado por indústrias, bairros, além de ser constantemente invadido por novos loteamentos residenciais, na maioria dos casos, em ocupações irregulares, e submetidos ainda aos efeitos da violência urbana e da devastação ambiental.

Povo Jenipapo-Kanindé x Agroindustrial Ypioca: O conflito entre o povo Jenipapo Kanindé e a empresa Ypioca desenrola-se desde os anos 1980, com a exploração da terra pela empresa para o plantio de cana de açúcar e utilização da água da Lagoa Encantada para irrigação da monocultura. A empresa entrou com processo judicial para barrar a demarcação da terra, mas esse povo ganhou a causa no Supremo Tribunal de Justiça (STF) e o processo administrativo de demarcação está em curso.

O jornalista cearense Eliomar de Lima (LIMA, 2016) relatou essa disputa jurídica. O Portal R7 (2016) publicizou a decisão do juiz, embora sejam poucos os sites de notícia que tenham divulgado a vitória do povo Jenipapo-Kanindé, conforme podemos constatar através de buscas no Google e nos sites de jornais.

Povo Pitaguary x Empresa Britaboa Ltda: O povo Pitaguary vem enfrentando diversos problemas com a reativação de uma pedreira localizada na Terra Indígena. Em 2011 foi realizada ocupação da área da pedreira; os Pitaguary realizaram em 2013 um protesto contra a reativação da pedreira, bloqueando um trecho da rodovia CE-060 (DIÁRIO DO NORDESTE, 2013). A empresa conseguiu, em 2014, liminar do Tribunal Regional Federal (TRF) da 5ª Região, autorizando a reativação da pedreira.

Existe um inquérito civil, iniciado a partir do MPF, envolvendo uma liderança Pitaguary como parte queixante e outra empresa de mineração, a Britacet, como objeto da queixa.

Vimos como boa parte dos empreendimentos, públicos ou privados, envolvidos em conflitos com povos indígenas são ligados a turismo e/ou atividades industriais de impacto ambiental relevante. A partir disso, é importante trazer as palavras de Nóbrega e Dantas (2009). As autoras destacam que tentativas de empreendimentos em terras indígenas no Ceará têm, em geral, características como:

Tenta-se negar a existência de populações tradicionais e indígenas e o direito desses grupos à terra que tradicionalmente ocupam no litoral. Desrespeitam, assim, direitos assegurados pela Constituição, como o direito à não-remoção de grupos indígenas (art. 231, § 5º) e o direito à informação (art. 5º, XIV), bem como o direito ao prévio consentimento estabelecido na convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, incorporada ao ordenamento brasileiro.

[Esses empreendimentos] são passíveis de questionamentos relativos a sustentabilidade ambiental e a exclusão ambiental, por concentrar benefícios da atividade econômica nas mãos de alguns, distribuindo os encargos das atividades com os povos indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, dentre outros.

Utilizam a promessa de geração de emprego e renda como moeda de troca pela terra, pela saúde e pelo sossego dos povos indígenas e populações tradicionais (NÓBREGA; DANTAS, 2009, p. 89-90).

Os conflitos aqui citados são marcados pela discriminação étnica, na medida em que tentam deslegitimar a autoatribuição indígena desses povos. Esse tipo de discriminação pode estar relacionado à imagem equivocada que o senso comum traz sobre o “ser índio”, ligado às representações românticas sobre os índios do início do período colonial (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 94). Entretanto, essa tentativa de negação poderia ser estimulada, ainda, pelos benefícios financeiros que a “ausência de índios” traria a determinados grupos.

De um modo ou de outro, parece claro que a escassez de terras indígenas efetivamente demarcadas no Ceará é fator central para a existência e continuidade desses conflitos.

A busca por notícias relacionadas aos impasses entre povos indígenas e empreendimentos nos leva à constatação de que é necessário não apenas dar mais visibilidades a esses conflitos como, também, oferecer informações mais

qualificadas. Isso significa apresentar um contraponto ao tipo de noticiário que em geral é feito: ele se baseia na farta apresentação dos supostos pontos positivos dos empreendimentos, dá amplo espaço às equivocadas alegações de que não haveria população indígena nas terras pleiteadas, concede pouca ou nenhuma voz aos indígenas e não traz dados sobre a ocupação histórica tradicional daquelas terras (vide a coletânea de notícias de jornal disponível em SILVA; AIRES, 2009, p. 89-153).

A visibilidade das situações de conflito deve, portanto, tratar também dos impactos ambientais e sociais negativos dos empreendimentos; trazer explicações de especialistas (antropólogos e historiadores, por exemplo) sobre a história dos povos indígenas naquela terra; denunciar os casos de violência e intimidação sofridos por esses grupos; destacar a importância da demarcação da terra como segurança para os povos tradicionais e para o meio ambiente.

Esse trabalho de divulgação dos conflitos deve mobilizar diferentes grupos comprometidos com as pautas indígenas no Ceará: a assessoria de imprensa de instituições parceiras (ONGs, CDPDH, Ministério Público, DPU, Funai, Universidades); profissionais da comunicação; coletivos produtores de conteúdo audiovisual, dentre outros.

Por fim, é fundamental o apoio jurídico aos povos e indivíduos em situação de risco por conta desses conflitos. Novamente, instituições como CDPDH, Ministério Público e DPU são centrais, além de advogados populares.

1.7. Como os/as indígenas são vistas pela população das localidades e municípios onde vivem

No âmbito do diagnóstico não foi realizada pesquisa junto à população dos municípios com vistas a identificar a percepção das mesmas sobre os povos indígenas. Nas oficinas territoriais foram relatados pelos índios diversos casos e situações de preconceitos, sendo a forma mais comum o não reconhecimento da identidade indígena. Foram relatados casos de racismo institucional nos serviços públicos de educação (alunos impedidos de assistir aula caracterizados e casos de bullying) e saúde (não atendimento na rede pública e discriminação no atendimento).

1.8 Ameaças a lideranças

Em entrevista com lideranças do movimento indígena foram relatados casos de criminalização de lideranças Tapeba, com aberturas de processos e inquéritos movidos por posseiros e grupos empresariais contrários à demarcação de terras indígenas.

Verificou-se junto ao Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos no Ceará que 9 lideranças indígenas são protegidas pelo programa no estado, das etnias Tapuya Kariri, Tapeba e Tremembé.

1.9 Casos de violação de direitos

A principal violação de direitos identificada contra os povos indígenas refere-se a morosidade dos processos de demarcação de terras indígenas. Conforme pode se observar há processos, como o da Terra Indígena Tapeba, que já duram 32 anos. Além disso verifica-se o descumprimento de ações movidas pelo Ministério Público (Ex. TI Tapuya Kariri de Gameleira) e mesmo decisões liminares da justiça (Ex. TI Tabajara e Kalabaça de Cajueiro) no sentido de que a FUNAI dê andamento aos processos de demarcação. Neste sentido o Estado Brasileiro vem sistematicamente descumprindo o artigo 67 da Constituição Federal de 1988 que prevê que “A União concluirá a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos a partir da promulgação da Constituição” (CF, 1988).

Foram identificados outros casos de violação de direitos no que se refere ao acesso às políticas públicas. Estes casos são relatados na análise realizada no Produto 3, relativo às Políticas Públicas.

Produto 2 – Análise do *Desenvolvimento institucional e organizacional das instâncias representativas indígenas em nível municipal e estadual:* *a)* Banco de dados contendo o nome, endereço, tipo e perfil das associações existentes (atualmente 27 associações nas 14 etnias e 4 associações Estaduais); *b)* Situação jurídica e administrativa; *c)* Análise do Desenvolvimento Institucional das organizações existentes e dificuldades encontradas para o funcionamento da entidade; *d)* Identificação de grupos, associações e outros segmentos existentes em cada uma das etnias; Quantas comunidades indígenas têm mulheres e/ou jovens organizadas/os em grupos; *e)* Necessidades e demandas institucionais e organizacionais das associações e dos grupos; *f)* Em que espaços de participação criados pela sociedade civil ou pelo poder público participam (por exemplo fóruns ou conselhos); *g)* Com que organizações ou movimentos têm parcerias.

2. Análise do Desenvolvimento institucional e organizacional das instâncias representativas indígenas em nível municipal e estadual.

2.1 Banco de dados contendo o nome, endereço, tipo e perfil das associações existentes e Situação Jurídica e Administrativa

Uma das primeiras etapas para a elaboração deste relatório foi a criação de uma planilha, na qual iríamos inserir informações sobre as associações indígenas no estado do Ceará. Os primeiros dados a esse respeito foram coletados durante o mês de outubro de 2016, a partir das informações da articuladora Rosa Pitaguary, bem como de pesquisas feitas pela coordenadora do projeto, Adelle Azevedo.

A partir do levantamento realizado, coletamos informações de 37 organizações indígenas de articulação local. Com a aplicação do questionário, esse número aumentou para 47, pois surgiram mais 10 organizações que não mapeadas no levantamento inicial. A nível estadual, atualmente existem quatro organizações representativas que serão analisadas separadamente. No anexo 1, temos o banco de dados com todas as organizações mapeadas.

2.2 Análise do Desenvolvimento Institucional das organizações existentes e dificuldades encontradas para o funcionamento da entidade

Na trajetória de organização do movimento indígena foram constituídas as seguintes organizações estaduais: Coordenação das Organizações e Povos Indígenas no Ceará – COPICE, Articulação das Mulheres Indígenas do Ceará – AMICE, Coordenação da Juventude Indígena do Ceará – COJICE e Organização dos Professores Indígenas do Ceará – OPRINCE. Estas organizações são analisadas a seguir.

2.2.1 Coordenação das Organizações e Povos Indígenas no Ceará – COPICE

De acordo com entrevistas realizadas com lideranças do movimento, verificou-se que a Coordenação das Organizações e Povos Indígenas no Ceará – COPICE nasceu com um duplo objetivo: gerir o convênio da Saúde Indígena no Ceará e funcionar como órgão de representação política do movimento no estado.

A entidade foi oficialmente registrada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) em 18/07/2003, com sede na aldeia Tapera Tremembé de Almofala. Pouco após completar um ano de existência, em 09/08/2004, a organização firmou um convênio com a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA - CV 1150/04) com objeto “Saúde Indígena” no valor de R\$ 3.569.555,51, a data de fim vigência deste convênio era 09/03/2010. Um novo convênio foi firmado com a Fundação Nacional de Saúde em 31/05/2010, poucos meses após a vigência do anterior, no valor de R\$ 577.476,03, com objeto “Garantir aos povos indígenas a manutenção ou recuperação das condições objetivas de reprodução de seus modos de vida e proporcionar-lhes oportunidades de superação das assimetrias observadas em relação a sociedade brasileira em geral” e data de fim da vigência 31/10/2011. (Fonte: Portal da Transparência)

A partir desses convênios, a COPICE assumiu a gestão dos recursos da saúde indígena no Ceará. Para uma organização de base indígena e popular, recém-constituída e sem experiência anterior em gerir grandes recursos, a gestão desses convênios estava para além da capacidade da entidade em realizar operações logísticas, financeiras e gerenciais complexas. Não foi objeto deste estudo avaliar o desempenho da COPICE na gestão dos convênios, porém o fato é que a pouca experiência de gestão proporcionou problemas na prestação de contas dos convênios firmados. Isso levou a COPICE a uma situação administrativa delicada, tornando a organização inadimplente junto à administração federal.

Do ponto de vista da representação política, pode-se afirmar que a gestão desses recursos permitiu que a COPICE tivesse um papel relevante no fortalecimento do movimento indígena no Ceará durante os primeiros anos da atuação, operando como órgão executivo na organização e realização das assembleias, no apoio a atividades de mobilização e retomadas dos povos indígenas. A COPICE era amparada pelas estruturas da CASAI o que possibilitava o movimento diversas articulações na capital.

Atualmente, do ponto de vista gerencial, administrativo e financeiro, a COPICE encontra-se totalmente fragilizada. Diversos fatores contribuíram para essa situação como problemas na gestão de convênios com o Ministério da Saúde, dívidas trabalhistas, ausência de estrutura física para seu funcionamento e carência de pessoal. Essa situação é de comum conhecimento dos povos indígenas do Ceará conforme foi observar nas oficinas territoriais.

Apesar dos problemas administrativos e financeiros, a COPICE goza de reconhecimento entre os povos indígenas como organização de representação política do movimento indígena no estado, bem como junto às organizações do movimento indígena a nível regional e nacional. A organização é uma referência para os povos indígenas do Ceará, em especial no apoio à organização política, orientações nos processos de demarcação e acesso às políticas públicas, solidariedade em ações locais de retomada e ações em defesa de direitos dos povos indígenas. A atual gestão está sob a coordenação do Weibe Tapeba que já está com o mandato prorrogado. Este patrimônio político deve ser levado em consideração nas decisões do movimento e projeto.

O principal desafio da COPICE é estar regularizada administrativamente e financeiramente. Será necessário realizar um levantamento detalhado da situação de inadimplência da organização, se possível, com apoio de assessoria contábil e jurídica especializadas em convênios públicos, visando identificar: i) a fase processual que se encontram os convênios, se administrativa (prestação de contas, tomada de contas especial, TCU) ou jurídica; ii) as razões alegadas pelo órgão e os montantes glosados; iii) as ações de defesa já realizadas pela COPICE, a documentação histórica e comprobatória existente e de posse da organização; iv) estratégia de defesa administrativa e/ou jurídica a ser tomada pela COPICE.

Há também a necessidade do movimento indígena avaliar a possibilidade de criar

uma nova organização com CNPJ ativo ou ter novos modelos de gestão do movimento indígena com foco na organização, na representação política e no ativismo. Dentro desse novo modelo, faz-se necessário revisar os objetivos e papéis das organizações AMICE, COJICE e OPRINCE para configurar como organizações representativas do movimento.

Outro desafio a ser superado pelo movimento é com relação à sustentabilidade financeira para suas ações e infraestrutura organizativa. Será necessário identificar estratégias de autofinanciamento e captação de recursos. Atualmente, os recursos são obtidos através de parcerias com ONGs, mandatos parlamentares, sindicatos e organizações da igreja.

Politicamente, a COPICE precisa definir estratégias para dar visibilidade as suas bandeiras de luta e o seu desenvolvimento institucional. Uma das estratégias fundamentais e que precisam ser garantida é ter um plano de comunicação que permita por em prática ações de visibilidade.

Além disso, as entrevistas e oficinas territoriais levam a crer que a COPICE tem, sobre o interior do Ceará, uma representatividade política menor do que uma instituição de nível estadual pode ser capaz. É desejável que a relevância política COPICE se faça sentir, no interior, com a mesma intensidade que existe na região próxima ao litoral.

2.2.3 Articulação das Mulheres Indígenas no Ceará - AMICE

Em entrevistas realizadas com lideranças indígenas mulheres¹⁸, a ideia de criação de uma organização de mulheres indígenas surgiu da necessidade de valorizar a participação da mulher indígena no movimento e discutir pautas específicas das mulheres. Importante notar que a luta das mulheres indígenas e a inserção nos espaços de afirmação étnica e de disputa política remontam ao início da organização dos povos indígenas do Ceará, e que várias lideranças indígenas mulheres já se destacavam no movimento indígena do Ceará antes da constituição da AMICE, são exemplos a Cacique Pequena do povo Jenipapo Kanindé e a Pajé Raimunda do povo Tapeba.

De acordo com uma das lideranças entrevistadas, em 2005, como resultado da participação em um projeto de mulheres indígenas de Palmeira dos Índios em Alagoas, algumas mulheres indígenas cearenses trouxeram a discussão da pauta para o Estado do Ceará, o que culminou, em 2007, na realização da I Assembleia de Mulheres Indígenas e posterior fundação da AMICE. Outra liderança indígena entrevistada destacou que o apoio do Departamento de Mulheres da APOINME foi decisivo no processo de constituição da AMICE.

De acordo com as lideranças entrevistadas, o início da atuação da AMICE foi muito positivo, com realização de várias reuniões com as mulheres na base para discussão da pauta das mulheres que tiveram como resultado a formação de grupos de

¹⁸ Os nomes das lideranças femininas entrevistadas serão preservados neste relatório.

mulheres indígenas nas aldeias.¹⁹

A partir da constituição da AMICE as mulheres indígenas passaram a ter mais espaço nas assembleias do movimento indígena e começaram a buscar mais espaço de participação em outros níveis. Uma das lideranças indígenas entrevistada citou que durante a conferência de Igualdade Racial as mulheres indígenas passaram a defender mais vagas específicas para as mulheres e que houve resistência e enfrentamento com homens do movimento indígena nacional. Nesta ocasião as mulheres conseguiram mais vagas e passaram a sempre lutar por vagas para mulheres nas conferências.

No âmbito das ações da AMICE, uma das lideranças passou a atuar como multiplicadora no Projeto Voz das Mulheres na ONU Mulher. Esse projeto realizou um diagnóstico com diversas mulheres indígenas do Brasil, inclusive do Ceará. Durante o XII Acampamento Terra Livre em 2016, os resultados do diagnóstico foram colocados em pauta, abordando uma ampla diversidade de questões, distribuídas dentro dos seguintes eixos: 1. Violação dos direitos das mulheres indígenas – incluindo, mas não se limitando, ao enfrentamento à violência contra a mulher; 2. empoderamento político e participação política das mulheres indígenas; 3. Direito à saúde, educação e segurança; 4. empoderamento econômico 5. Direito a terra e processos de retomada; 6. Conhecimentos tradicionais e diálogo inter-geracional.

Pelo que foi possível identificar nas entrevistas, verificou-se que nos últimos seis anos a organização realizou poucas atividades, e tampouco há histórico de gestão de projetos. A partir de 2011, a AMICE sofreu um processo de desmobilização e desarticulação ocasionada por diversos fatores como a mudança na gestão da AMICE em 2011 e as dificuldades financeiras de parceiros importantes como o CDPDH, COPICE e APOINME.

Em 2016, de 22 a 25 de Novembro, foi realizada a IV Assembleia da AMICE na Terra Indígena Barra do Mundaú em Itapipoca, na oportunidade foi revisado o estatuto da entidade e realizada a eleição de uma nova diretoria. A assembleia foi um passo importante para a sua rearticulação. Rosa Pitaguary, a primeira coordenadora da AMICE, foi reconduzida ao cargo para um terceiro mandato.

Inscrita em 2009 no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), atualmente a AMICE não apresenta pendências administrativas significativas, necessitando apenas registrar a ata de eleição de nova diretoria e verificar eventuais pendências de informação junto à Receita Federal. Ressalta-se que a organização hoje não provém de recursos que permita ter uma estrutura física ou recursos humanos para desenvolver ações em prol das mulheres indígenas. Isso nos mostra que a AMICE necessita de uma política de autofinanciamento que permita a sustentabilidade financeira e garanta a articulação das mulheres no interior do estado e a realização de suas ações e atividades que são importantes. Uma forma de captar recursos é através da aprovação de projetos. Para isso, as mulheres indígenas precisarão se

¹⁹ Verificou-se no processo de coleta de dados a existência de pelo menos 13 grupos de mulheres indígenas em atividade nas aldeias dos povos indígenas do Ceará.

capacitar para a elaboração e gestão de projetos.

Para a próxima gestão da AMICE, a principal tarefa será articular os diversos grupos de mulheres indígenas do Ceará, promovendo a discussão das pautas políticas, dos direitos humanos e dos mecanismos de proteção contra a violência e violação de direitos das mulheres indígenas. Também será um desafio para a AMICE se articular com outros movimentos de mulheres, buscando a troca e o fortalecimento das pautas das mulheres.

2.2.4 Coordenação dos Jovens Indígenas do Ceará - COJICE

De acordo com a Lei N° 12.852/2013 que institui o Estatuto da Juventude, em seu artigo 1°, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade.

O estado do Ceará possui uma população de 10390²⁰ jovens indígena com idade entre 15 e 29 anos, presente nos 18 municípios atendidos pela SESAI. Esse percentual representa 32% da população total do estado.

Durante muito tempo a juventude foi vista como uma fase rebelde ou como faixa etária em transição para a vida adulta. Somente em 2003, o Brasil passou a reconhecer o segmento de juventude como sujeito de direitos e atores estratégicos para o desenvolvimento. Assim, criou a Política Nacional de Juventude, incentivando o protagonismo juvenil e desenvolvendo políticas públicas específicas para a juventude.

É nesse contexto que, em 2014, nasce a COJICE durante o I Encontro de Juventude Indígena do Ceará que foi realizado na aldeia Monguba, em Pacatuba-CE. O encontro teve a participação de mais de 100 jovens indígenas das diversas etnias do estado e teve assessoria e financiamento externo do Terrazul. Durante o encontro, a juventude pode discutir temas relacionados às políticas públicas de juventude.

A plenária final do encontro deliberou para a formação de uma comissão provisória de juventude indígena do estado do Ceará que foi batizada como COJICE. Para a Comissão provisória foram escolhidos 6 homens e 4 mulheres para assumir a coordenação.

Segundo informado, a COJICE surgiu com o objetivo de articular a juventude indígena no Ceará para a defesa de seus direitos, acesso às políticas públicas e proposição de projetos para o fortalecimento da juventude indígena.

A partir da formação, a COJICE começou a desenvolver e a participar de diferentes atividades. Em novembro de 2014, foi realizado o I Acampamento de Juventude Indígena e Comunidades Tradicionais e a COJICE esteve presente na comissão organizadora, junto com outros parceiros como a Cáritas. O acampamento foi realizado no Santo Antônio durante quatro dias e foram discutidos temas como

²⁰ Dados do Siasi/SESAI 2016

políticas indigenistas, gestão territorial, desafios e conquistas da juventude, além de oficinas sobre espiritualidade e práticas indígenas.

Em 2015, a COJICE realizou algumas reuniões e também teve participações em atos realizados pelo movimento indígena.

Em 2016, o mandato da Comissão foi encerrado e a COJICE ficou desmobilizada. Uma das principais dificuldades encontrada pela organização para dar continuidade as reuniões e a mobilização da juventude foi a falta de recursos levando a sua desarticulação.

Nesse mesmo ano, a Marciane Tapeba e o Renato Tupinikim por estarem na comissão nacional de juventude indígena, escreveram um projeto para o Fundo Brasil de Direitos Humanos e o projeto foi aprovado. Como a COJICE estava desarticulada, optou-se por ter novos articuladores jovens indígenas. Já foi realizada uma reunião para a articulação do projeto, um seminário com a juventude indígena do semiárido e outro com a juventude da região metropolitana (2017).

A COJICE deu início a um processo de formalização, mas o mesmo não foi concluído, e de acordo com os seus representantes não há intenção de formalizá-la, mas manter um caráter de movimento de juventude. Atualmente, estão repensando o seu modelo de gestão e organização.

No levantamento de dados realizado nas oficinas participativas, verificou-se a existência de treze (13) grupos de jovens indígenas em atividade, sendo que um (01) grupo estava desarticulado.

Na pesquisa realizada com a juventude, verificou-se que há um conhecimento parcial sobre a COJICE entre os jovens. 56,7%, afirmaram já ter ouvido falar na organização, apesar de representar mais da metade da amostra, considerando que os jovens que responderam à Pesquisa tem perfil de liderança em suas aldeias, seria esperado um reconhecimento maior da organização.

Um dos grandes desafios do movimento de juventude indígena é protagonizar a articulação desses grupos e formar outros novos, promovendo a discussão das pautas políticas da juventude indígena. A falta de recursos financeiros para que realizem essas articulações é um empecilho para a juventude.

Para que o movimento de juventude indígena tenha sustentabilidade financeira, será necessário capacitar a COJICE para elaboração e gestão de projetos para buscar financiadores externos.

É importante que a COJICE se aproxime de instituições oficiais ligadas a políticas de juventudes, tanto do estado quanto dos municípios. Essa articulação dará mais visibilidade às pautas dos jovens indígenas dentro das políticas públicas. Além disso, é relevante aproximar-se de outras organizações autônomas de juventudes, do campo e da cidade, integrando forças e experiências.

2.2.5 Organização dos Professores Indígenas do Ceará - OPRINCE²¹

Em 2007, foi realizada a primeira assembleia dos professores indígenas e formação da OPRINCE. A organização foi constituída com o objetivo de atuar pela defesa, ampliação e melhoria da educação indígena do estado tendo como principal reivindicação a proposta de construção de um sistema próprio para a educação indígena, concursos específicos e diferenciados para professores indígenas, plano de cargo e carreira e formação continuada de professores indígenas (magistério indígena).

Durante a primeira gestão da OPRINCE, a partir da articulação da entidade, diversas ações em prol da educação indígena ocorreram conforme a convocatória da segunda assembleia ocorrida em 2012²²:

“Entre as principais ações iniciadas pela OPRINCE em sua primeira gestão, destacaram-se a provocação e aprovação de um Projeto de Indicação na Assembleia Legislativa do Ceará, através do mandado da Deputada Estadual Rachel Marques – PT/CE, para a criação da Categoria Professor Indígena, PL que deverá ser enviado por mensagem ao executivo novamente a Assembleia Legislativa para a sua apreciação e votação final e ainda a formalização de uma proposta de Concurso Público Específico e Diferenciado enviado a SEDUC, além da articulação realizada para a nomeação da indígena Rita Potiguara para compor o Conselho Nacional de Educação – CNE representando todos os povos indígenas do Brasil. Sua atuação resultou no recente prêmio de Direitos Humanos concedido pela Presidência da República a personalidades que lutam na promoção e defesa dos direitos humanos no Brasil. Também se destacou como conquistas importantes a garantia de um assento de titular e suplente na Comissão Nacional de Educação escolar Indígena – CNEEI/MEC e no Fórum Estadual de Educação Escolar Indígena do Ceará e a discussão que resultou na criação dos 05 (cinco) Territórios Etnoeducacionais no Nordeste, dentre eles o território Potyrö (Ceará e Piauí), que deverá pactuar o seu plano de trabalho já elaborado no próximo mês de fevereiro” (Convocatória para a Assembleia Geral dos Professores Indígenas do Ceará, 2012).

Uma das bandeiras de luta da OPRINCE tem sido a criação do cargo de provimento efetivo de professor indígena, pois não há direitos trabalhistas garantidos e os professores são submetidos a contratos temporários.

A III Assembleia Estadual dos Professores Indígenas do Estado do Ceará ocorreu em 2015 na aldeia Anacé de Matões em Caucaia-CE. Durante essa assembleia, foi eleita uma nova Diretoria Executiva e Conselho Fiscal para a gestão 2015-2019. Infelizmente, após a eleição, a OPRINCE ficou desmobilizada e desarticulada, pois, devido a problemas pessoais, o coordenador eleito não assumiu suas funções junto à

²¹ Não foi possível realizar uma entrevista com os representantes da OPRINCE, as informações sobre a organização foram obtidas de relatório de participação da equipe da ADELCO na assembleia da entidade em 12 de dezembro de 2016.

²² Disponível em:

<https://xa.yimg.com/kq/groups/23348948/7100636/name/CONVOCAT%C3%93RIA+PARA+A+ASSEMBL%C3%89I+A+GERAL+DOS+PROFESSORES+IND%C3%8DGENAS+DO+CEAR%C3%81.docx>.

entidade. Na época, foram feitas duas reuniões e na segunda reunião optaram por substituir o nome do coordenador. O vice-coordenador afirmou que também não tinha condições de assumir o posto de coordenação. Para o cargo não ficar vazio, Thiago Anacé foi indicado para assumir a gestão até a realização de uma nova Assembleia. Ressalta-se que desde sua formação até 2016, a OPRINCE ainda não possui personalidade jurídica, apesar de ter um estatuto aprovado.

Mesmo com as dificuldades apresentadas inicialmente na gestão de 2015-2019, a OPRINCE não esteve paralisada, tendo realizado uma série de atividades como: encontros com os professores; reuniões com o secretário de educação sobre o Fórum de Educação Escolar Indígena e Cargo de Professor Indígena; reuniões com o Grupo Escolar Indígena que comporá a futura comissão interinstitucional de educação escolar indígena; reuniões com a assessoria do Dep. Elmano de Freitas para discussão sobre a meta 21 da educação que abre perspectivas para o concurso público diferenciado; participação na discussão sobre a Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena e discussões do Fórum Nacional Escolar da Educação Indígena. De acordo com as lideranças da OPRINCE, há dificuldades em acompanhar todos os processos relacionados à educação indígena em face da limitação financeira e de pessoal. Apenas oito pessoas acompanham atualmente as atividades da coordenação e há inadimplência no pagamento de contribuições para a entidade que é de 0,25% do salário para os professores.

No final do ano de 2016, foi realizada uma nova assembleia para a formação de uma nova diretoria e revisão e aprovação do estatuto. Um planejamento foi realizado com a definição de 4 encontros regionais da OPRINCE (Região Metropolitana, Tremembé, Crateús e Monsenhor Tabosa) e um calendário de ações Nacional e Estadual: 05 de abril, marcha pela educação escolar indígena com ações pontuais em todos os estados; maio, articulações para o acampamento Terra Livre; agosto, II Fórum de Educação Indígena de 7 a 11 de agosto em Brasília; agosto, Conferência Regional de Educação Escolar Indígena e Fórum Nacional de Museus Indígenas no Piauí; Novembro, Fórum Estadual dos Museus Indígenas e Conferência Nacional de Educação Indígena.

Outra mobilização dos professores e professoras indígenas aconteceu um pouco antes, em janeiro de 2016. Na ocasião, ocuparam a sede da SEDUC em sinal de protesto à Portaria 1169/2015-GAB. Essa portaria estabeleceu “as normas para a lotação de professores nas escolas públicas estaduais para o ano de 2016” (OBSERVATÓRIO SOCIOAMBIENTAL, 2016). De acordo com a OPRINCE, a decisão não tratou as professoras e professores com “a devida especificidade e o direito a consulta prévia, livre e esclarecida, tal como preconizado pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho” (ibid.). A OPRINCE protocolou um ofício ao então secretário estadual de educação, no qual enumeram uma série de demandas que contemplam tanto sua condição profissional específica quanto os problemas relacionados às escolas e educação indígena no estado (ibid.).

Um desafio para a OPRINCE que este relatório constatou é o crescimento da articulação dos movimentos de professores indígenas de nível municipal e estadual.

Isso é importante para o fortalecimento das bases políticas e para a articulação desta organização em todo o Estado.

Parece-nos importante também que a OPRINCE estimule a criação de um grupo gestor voltado para a melhoria da educação indígena diferenciada. Este grupo seria responsável por elaborar demandas e negociá-las junto à SEDUC e outras instituições pertinentes. Exemplos de demandas estão no item 3.2.1 deste relatório.

2.3 Identificação de grupos, associações e outros segmentos existentes em cada uma das etnias; Quantas comunidades indígenas têm mulheres e/ou jovens organizadas/os em grupos;

Foram identificados 13 conselhos indígenas, representativos dos povos indígenas. Os conselhos apresentam uma característica de representação mais abrangente do povo, reunindo um conjunto de aldeias. Além dos conselhos foram identificadas diversas associações indígenas locais, representativas de aldeias específicas de cada povo.

Conselhos Indígenas: Conselho de Política Indígena Tabajara da Serra das Matas, Conselho do Povo Indígena Potyguara da Serra das Matas, Conselho Indígena do Povo Tabajara de Quiterianópolis - CITAQ, Conselho Indígena de Poranga – CIPO, Conselho Indígena Pitaguary de Monguba - COIPIM, Conselho Indígena Pitaguary de Olho d'Água - COIPOD, Conselho Indígena Jenipapo Kanindé - COIJK, Conselho Indígena do Povo Anacé de São Gonçalo do Amarante e Caucaia – CIPASAC, Associação das Comunidades dos Índios Tapeba de Caucaia – ACITA, Conselho Indígena Tremembé de Itapipoca - CITI, Conselho Indígena Tremembé de Almofala CITA, Conselho Indígena Tremembé de São José - CITSJ, Conselho Indígena Tremembé de Queimadas - CITQ, Conselho Indígena Tremembé do Córrego de Telhas – CITCT

Foram identificados 13 grupos de mulheres, sendo 2 associações formais e 11 grupos informais. Destes, 2 grupos encontravam-se desarticulados.

Grupos de Mulheres: Conselho de Mulheres Potygapuia, Grupo de Mulheres Potyguara na Revitalização da Cultura local, Grupo de Mulheres da Viração, Grupo de Mulheres Tapuya Kariri, Grupo de Mulheres Potyguara da Lagoinha, Grupo de mulheres Tabajara de Quiterianópolis (desarticulado), Articulação das Mulheres Indígenas Tabajara e Kalabaça – AMITK (desarticulado), Articulação das Mulheres Indígenas da Aldeia Cajueiro, Grupo de Mulheres Pitaguary, Grupo de espiritualidade feminina Pitaguary, Articulação das Mulheres Indígenas Tapeba – AMITA, Associação das Mulheres Indígenas Jenipapo-Kanindé AMIJK, Grupo de Mulheres Tremembé Cunhã Porã.

Foram identificados 13 grupos de Jovens. Destes, 1 grupo encontravam-se desarticulado.

Grupos de Jovens: Grupo de Jovens Potyguara da Viração, Grupo de Jovens Tapuya Kariri Raízes Tapias, Grupo de Jovens Potyguara do Novo Oriente (desarticulado), Articulação da Juventude Indígena de Quiterianópolis (AJIQ), Grupo de Jovens Tabajara de Crateús, Grupo de Jovens Potyguara de Crateús, Grupo de Jovens Kariri Turma da Gazela, Associação da Juventude Indígena Pitaguary – AJIP, Articulação dos Jovens Indígenas Tapeba – AJITE, Comissão de Juventude Indígena Anacé – COJIA, Grupo de jovens Jenipapo Kanindé, Grupo de jovens Kanindé – NEPIK, Grupo Juventude Indígena em Ação Tremembé de Barra do Mundaú.

Tabela 11 – Organizações e Grupos locais dos Povos Indígenas no Ceará – Sertão (I)

Agrupamento	Povo	Municípios	TI	Organizações	Grupos de Mulheres	Grupos de Jovens
Tabajara	Tabajara	Monsenhor Tabosa	Serra das Matas	Conselho de Política Indígena Tabajara da Serra das Matas. Associações Indígenas de Olho d'água dos Canutos, Olho d'aguinha, Malhada da Onça, Baixa Fria, Lagoa dos Santos, Belmonte, Serra Branca, Sítio do Souza, Taboa.	Não Identificados	Não identificados
Potygapuia	Potyguara	Monsenhor Tabosa	Serra das Matas	Conselho do Povo Indígena Potyguara da Serra das Matas, Conselho dos professores e lideranças da escola povo caceteiro, Conselho dos Museus. Associações Indígenas Potyguara de Jacinto, Passagem, Espírito Santo e Queimadas. Associação Indígena Tabajara de Grota Verde. Associação Indígena Gavião Da Boa Vista. Associação Indígena Tubiba Tapuia de Pau Ferro	Conselho de Mulheres. Mulheres Potyguara na Revitalização da Cultura local	Não Identificados
		Boa Viagem				
	Gavião	Monsenhor Tabosa				
	Tubiba Tapuya	Monsenhor Tabosa				
		Boa Viagem				
Tabajara	Monsenhor Tabosa					
	Tamboril					
Potyjara	Potyguara	Tamboril	Serra das Matas	Associação dos Feirantes da Agricultura Familiar de Tamboril, Associação dos Pequenos Produtores da Região de Viração, Associação de Pais e Mestres dos Potiguara de Viração. Associação dos Pequenos Produtores de Sítio.	Grupo de Mulheres da Viração	Grupo de Jovens Potyguara da Viração
	Potyguara Tabajara	Monsenhor Tabosa	Periferia	Associação Indígena da Aldeia Jucás. Associação Renascer dos povos Indígenas Potiguara, Tabajara, Gavião e Tubiba-Tapuya da Vila Nova e Jucás. Associação Indígena Tabajara de Rajado, Associação Indígena dos Apicultores e Caçadores de Mel.	Não Identificado	Não Identificado

Tabela 12 – Organizações e Grupos locais dos Povos Indígenas no Ceará – Sertão (II)

Agrupamento	Povo	Municípios	TI	Organizações	Grupos de Mulheres	Grupos de Jovens
Tapuya Kariri	Tapuya Kariri	São Benedito	Gameleira	Associação Indígena Tapuia Kariri.	Grupo de Mulheres Tapuya Cariri (projeto de criação de porcos).	Grupo de Jovens Tapuya Kariri Raízes Tapuias ativo com projeto apoiado pela Cáritas e Grupo de Capoeira.
		Carnaubal				
Potyguara do Novo Oriente	Potyguara	Novo Oriente	Lagoinha	Associação do Povo Potiguara da Comunidade de Lagoa dos Neres e Lagoinha - APOCLAN	Grupo de Mulheres Potyguara da Lagoinha	Grupo de Jovens Potyguara do Novo Oriente (desarticulado)
Tabajara do Nazário	Tabajara	Crateús	Nazário-Mambira	Associação Gameleira do Povo Tabajara do Nazário (encontra-se com pendências).	Não Identificado	Não Identificado
Potyguara de Mambira	Potyguara			Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado
Tabajara de Quiterianópolis	Tabajara	Quiterianópolis	Não Há	Conselho Indígena do Povo Tabajara de Quiterianópolis (CITAQ) em situação regular.	Grupo de mulheres Tabajara de Quiterianópolis (desarticulado).	Articulação da Juventude Indígena de Quiterianópolis (AJIQ)

Tabela 13 – Organizações e Grupos locais dos Povos Indígenas no Ceará – Sertão (III)

Agrupamento	Povo	Municípios	TI	Organizações	Grupos de Mulheres	Grupos de Jovens
Povos Indígenas da Zona Urbana de Crateús	Tabajara	Crateús	Áreas Urbanas Ocupadas/Doadas pela Prefeitura Municipal	Associação Aldeia Vila Vitória Favela (AVFVLA). Associação dos Povos Indígenas Tabajara (Nova Terra)	Não Identificado	Grupo de Jovens Tabajara de Crateús
	Potyguara			Associação Raízes Indígenas Potyguara de Crateús (ARIPOC).	Não Identificado	Grupo Indígena de Jovens Potyguara de Crateús
	Kalabaça			Associação Indígena Kalabaça de Crateús (AIKC). Associação Indígena Guerreiro Kalabaça	Não Identificado	Não Identificado
	Kariri			Associação Indígena Kariri de Crateús (AIKACRA).	Não Identificado	Grupo de Jovens Indígenas Turma da Gazela
	Tupinambá			Não Possui	Não Identificado	Não Identificado
Tabajara e Kalabaça de Poranga	Tabajara	Poranga	Umburana	Conselho Indígena Tabajara e Kalabaça de Poranga - CIPO	Articulação das Mulheres Indígenas Tabajara e Kalabaça - AMITK (desarticulado). Articulação das Mulheres Indígenas da Aldeia Cajueiro	Não Identificado
	Kalabaça		Cajueiro			

Tabela 14 – Organizações e Grupos locais dos Povos Indígenas no Ceará - RMF

Povo	Municípios	TI	Organizações	Grupos de Mulheres	Grupos de Jovens
Pitaguary	Maracanaú	Pitaguary	Conselho Indígena Pitaguary de Monguba - COIPIM, Conselho Indígena Pitaguary de Olho d'Água - COIPOD, Grupo de seguidores do Pajé, Organizações de Produtores.	Grupo de Mulheres Pitaguary. Grupo de espiritualidade feminina Pitaguary.	Associação da Juventude Indígena Pitaguary - AJIP e grupo IBIPORAM (Crianças).
	Pacatuba				
Tapeba	Caucaia	Tapeba	Associação das Comunidades dos Índios Tapeba de Caucaia - ACITA, Associação dos Professores Indígenas Tapeba - APROINT, Associação Indígena Tapeba de Cultura e Esporte – AINTACE, CONLOSI, AJIT	Articulação das Mulheres Indígenas Tapeba - AMITA	Articulação dos Jovens Indígenas Tapeba - AJITE
Anacé	São Gonçalo do Amarante	Taba dos Anacés	Organização dos troncos velhos de JAPIMAN, Conselho Indígena do Povo Anacé de São Gonçalo do Amarante e Caucaia – CIPASAC, Associação Indígena do Povo Anacé de Caucaia, Associação Anacé de Santa Rosa	Não Identificado	Comissão de Juventude Indígena Anacé - COJIA
	Caucaia	Anacé			
Jenipapo Kanindé	Aquiraz	Lagoa Encantada	Conselho Indígena Jenipapo Kanindé, Conselho de saúde, Conselho de pais e mestre. Conselhos tem problemas de gestão e dificuldades de prestação de contas.	Associação das Mulheres Indígenas Jenipapo-Kanindé AMIJK	Grupo de jovens Jenipapo Kanindé
Kanindé	Aratuba	Sítio Fernandes	Associação Indígena Kanindé de Aratuba AIKA, Associação Kanindé Gameleira, Conselho de saúde indígena	Não Identificado	Grupo de jovens Kanindé – NEPIK, se reúne regularmente
	Aratuba				
	Canindé	Gameleira			

Tabela 15 – Organizações e Grupos locais dos Povos Indígenas no Ceará - Litoral

Povo	Municípios	TI	Organizações	Grupos de Mulheres	Grupos de Jovens
Tremembé	Itapipoca	Barra do Mundaú	Conselho Indígena Tremembé de Itapipoca. Associação de Pequenos Produtores de Buriti.	Grupo de Mulheres Tremembé Cunhã Porã	Grupo Juventude Indígena em Ação Tremembé de Barra do Mundaú
	Itarema	Almofala	Conselho Indígena Tremembé de Almofala (CITA). Cada Aldeia tem um representante e um suplente participando da CITA que é coordenada pelo Cacique e Pajé.	Não Identificado.	Não Identificado.
		Fora da TI Almofala			
	Itarema	Córrego do João Pereira	Conselho Indígena Tremembé de São José	Não Identificado.	Não Identificado.
Acaraú	Queimadas	Conselho Indígena Tremembé de Queimadas - CITQ, Conselho dos Índios Tremembé do Córrego das Telhas - CITCT			

Fonte: Compilação do autor.

2.4 Necessidades e demandas institucionais e organizacionais das associações e dos grupos. Em que espaços de participação criados pela sociedade civil ou pelo poder público participam;

Para obtenção de informações sobre as organizações indígenas procedeu-se a realização de uma pesquisa por meio de questionário (anexo) com coleta eletrônica e presencial. Utilizou-se o aplicativo *Survey Monkey* para coleta eletrônica, entrada e processamento dos dados. Os questionários foram enviados para pessoas de contato de 37 organizações previamente identificadas pela articuladora indígena Rosa Pitaguary. Além disso foram aplicados questionários nas oficinas territoriais de diagnóstico.

Das 37 organizações pré-identificadas apenas 12 (32%) responderam o questionário, sendo que outras 10 organizações que não estavam pré identificadas o responderam, totalizando 22 respostas. Como resultados da pesquisa foi atualizado o cadastro das organizações indígenas (anexo), formada uma base de dados com as respostas em Excell e SPSS (anexo) e realizada uma análise das estatísticas descritivas da amostra coletada.

Em face da cobertura parcial do cadastro de organizações os dados são representativos apenas das organizações que responderam à pesquisa.

Análise dos dados das organizações que responderam à pesquisa

Com relação ao Povo/Etnia o maior percentual de respostas foi obtido dos povos Potyguara (63,6%), Tabajara (31,8%), Gavião (18,2%) e Tubiba Tapuya (13,6%), sendo a maioria das respostas procedentes do Movimento Potiguar-Tapuya de Monsenhor Tabosa. Os povos Anacé, Jenipapo Kanindé, Pitaguary e Tapeba apresentaram informação de uma organização apenas cada (4,5%). Os povos Kalabaça, Kariri, Tapuya Kariri, Tupinambá, Tremembé e Pitaguary não responderam à pesquisa, mesmo com contatos e organizações previamente listados pela articuladora indígena. (Tabela 15 e Gráfico 1)

Com relação ao município de origem das organizações que responderam ao questionário verificamos: 12 organizações de Monsenhor Tabosa (54,5%), 4 organizações de Tamboril (18,2%), 2 organizações de Caucaia (9,1%), e 1 organização de Aratuba, Aquiraz, Crateús e Quiterianópolis. (4,5%). (Tabela 16 e Gráfico 2)

Com relação a representação das organizações, verifica-se que a maioria representam todo um povo/etnia (42,9%) ou uma aldeia de um povo/etnia (38,1%), 2 organizações representam as mulheres de um povo/etnia (9,5%), uma organização representa um grupo de aldeias e uma organização educação indígena (4,8%). (Vide Tabela 17)

A maioria das organizações é formalizada (86,4%), está em funcionamento regular (86,4%) e possuem um contador (85,7%). Apenas uma organização está inativa, e das 3 organizações que apresentam pendências as mesmas dizem respeito a atualização da diretoria (2 casos) e mudança de nome da organização (1 caso). A maioria das organizações não possui conta bancária (54,5%). Com relação a experiência com projetos, 68,2% já elaborou algum projeto e 63,6% já gerenciou ou executou algum projeto. (Vide Tabelas 18, 19, 20, 23, 24 e 25)

Com relação à sede, a maioria das organizações funciona em sede cedida ou improvisada (38,1%), seguidas por organizações com sede própria (33,3%) e organizações sem sede (28,6%), nenhuma organização funciona em sede alugada. No que diz respeito à estrutura física 94,7% possuem energia elétrica, 42,1% tem acesso à internet, 21,1% possuem computador e 15,8% possuem telefone. Outros estruturas como galpão, cozinha, casa de apoio (10,5%) e museus (15,8%), também foram identificados. (Tabelas 21 e 22)

A maioria das organizações atua em algum espaço de participação (61,9%). Foram citados: Conselhos de Saúde, Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher, Conselho da Criança e Adolescente, Conselho de Educação, Conselho de Museus Indígenas, Conselho de Saúde Indígena.

As seguintes organizações responderam positivamente à atuação em algum espaço de participação e informaram de quais conselhos participam:

Associação Indígena Kanindé de Aratuba – CAIKA: Conselho de Saúde;
Associação Indígena da Aldeia Jucás: conselho municipal dos direitos das mulheres e conselho da criança e adolescente;
Associação Indígena Conselho dos Povos Tabajara de Grota Verde: Conselho de Saúde e Conselho dos Professores;
Associação aldeia vila vitoria favela Tabajara: Conselho de saúde indígena de crateus
Conselho do Povo Indígena Gavião da Aldeia Boa Vista: Conselho Municipal dos direitos das mulheres ,Conselho de saúde, Conselho dos professores;
Conselho do povo indígena Potyguara da serra das matas: Conselho de saúde municipal, Conselho de saúde local indígena conselhos dos museus indígenas.

As seguintes organizações responderam positivamente à atuação em algum espaço de participação, mas não informaram de quais conselhos participam: Associação das Comunidades dos índios Tapeba, Associação das Mulheres Indígenas Jenipapo Kanindé – AMIJK, Conselho do Povo Indígena de Rajado, Conselho dos professores e lideranças da escola povo caceteiro, Conselho indígena do povo potyguara de espírito santo, Associação Renascer dos Povos Indígenas Potyguara, Tabajara, Gavião Tubiba Tapuia da Vila Nova e Giritá Potigatapuia., Associação de Pais e Mestres dos Potiguara de Viração

Conclusões

Apesar do limitado número de respostas e baixa representatividade da pesquisa, pôde-se constatar a existência de organizações formais de base representativas dos povos indígenas no âmbito das aldeias, da representação do povo indígena e de segmentos organizados (mulheres, educação).

Identificam-se organizações com algum nível de experiência na elaboração e implantação de pequenos projetos, e com inserção em espaços de participação política, embora em geral exista uma grande carência de recursos materiais e humanos para a gestão das organizações.

Tabelas e Gráficos – Pesquisa Organizações

Tabela 15 – Povo/Etnia da Organização Indígena

Qual a Etnia/Povo Indígena da organização indígena? (marque mais de uma opção se for o caso)		
Respostas	Percentual	Respostas
Gavião	18,2%	4
Kalabaça	4,5%	1
Kariri	0,0%	0
Potyguara	63,6%	14
Tabajara	31,8%	7
Tapuia Kariri	0,0%	0
Tubiba Tapuia	13,6%	3
Tupinambá	0,0%	0
Tremembé	0,0%	0
Anacé	4,5%	1
Jenipapo Kanindé	4,5%	1
Kanindé	4,5%	1
Pitaguary	0,0%	0
Tapeba	4,5%	1
Outro (especifique)	0,0%	0
questões respondidas		22
questões em branco		0

Gráfico 1 – Povo/Etnia da Organização Indígena

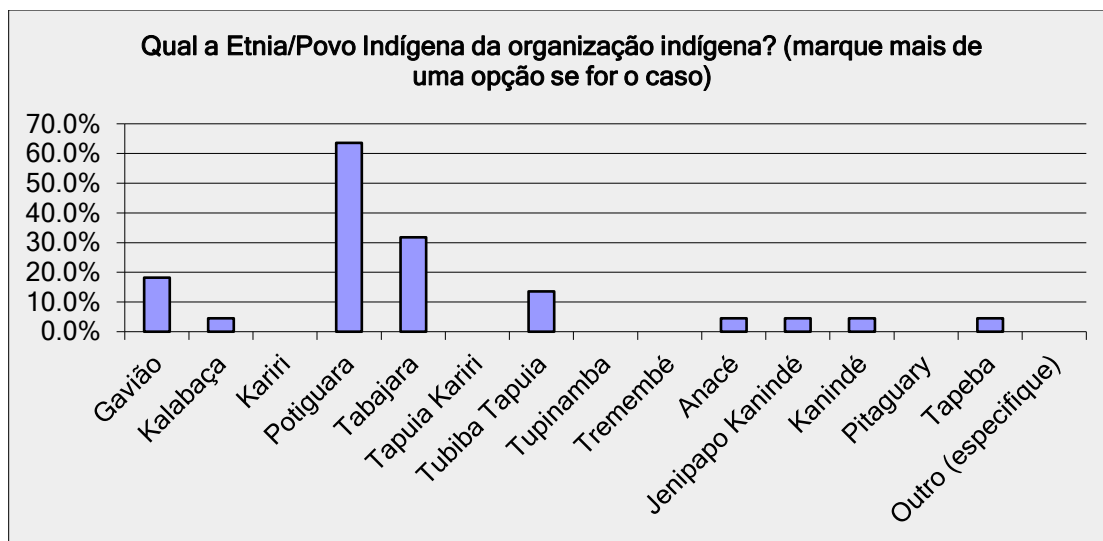


Tabela 16 – Município da Organização Indígena

Qual o município da Organização Indígena?		
Respostas	Percentual	Respostas
Aratuba	4,5%	1
Aquiraz	4,5%	1
Caucaia	9,1%	2
Monsenhor Tabosa	54,5%	12
Tamboril	18,2%	4
Crateús	4,5%	1
Quiterianópolis	4,5%	1
questões respondidas		22
questões em branco		0

Gráfico 2 - Município da Organização Indígena



Tabela 17 – Representação da Organização

A quem a organização representa?		
Respostas	Percentual	Respostas
Todo o povo/etnia	42,9%	9
Um grupo de aldeias de um povo/etnia	4,8%	1
Uma aldeia de um povo/etnia	38,1%	8
As mulheres de um povo/etnia	9,5%	2
Os(as) jovens de um povo/etnia	0,0%	0
Educação Indígena	4,8%	1
Saúde Indígena	0,0%	0
Agricultores(as)	0,0%	0
Pescadores / Marisqueiras	0,0%	0
Outro (especifique)	0,0%	0
questões respondidas		21
questões em branco		1

Tabela 18 – Formalização da Organização

A organização é formalizada (tem estatuto e CNPJ) ou é grupo informal?		
Respostas	Percentual	Respostas
Formalizada	86,4%	19
Grupo Informal	4,5%	1
Em processo de formalização	4,5%	1
Não sei informar	4,5%	1

<i>questões respondidas</i>	22
<i>questões em branco</i>	0

Tabela 19 – Situação da Organização

Qual a atual situação da Organização?		
Respostas	Percentual	Respostas
Ativa em funcionamento regular	86,4%	19
Inativa (paralisada ou desativada)	4,5%	1
Ativa com pendências	9,1%	2
Caso esteja ativa com pendências cite as pendências		3
<i>questões respondidas</i>		22
<i>questões em branco</i>		0

Tabela 20 – Assistência Contábil

A organização tem um contador?		
Respostas	Percentual	Respostas
Sim	85,7%	18
Não	14,3%	3
Não sei informar	0,0%	0
<i>questões respondidas</i>		21
<i>questões em branco</i>		1

Tabela 21 – Situação da Sede

A organização possui sede?		
Respostas	Percentual	Respostas
Não	28,6%	6
Sim, sede própria	33,3%	7
Sim, sede alugada	0,0%	0
Sim, sede cedida ou improvisada	38,1%	8
<i>questões respondidas</i>		21
<i>questões em branco</i>		1

Tabela 22 – Estrutura Física

Com relação à estrutura física (marque mais de uma opção se houver):		
Respostas	Percentual	Respostas
Energia Elétrica	94,7%	18
Telefone	15,8%	3
Computador	21,1%	4
Impressora	15,8%	3
Acesso à Internet	42,1%	8
Carro	0,0%	0
Moto	0,0%	0
Caminhão	0,0%	0
Trator	0,0%	0
Galpão	10,5%	2
Cozinha	10,5%	2
Estrutura Produtiva (Casa de Farinha, Unidade de Beneficiamento, Casa de Mel, Casa de Sementes)	0,0%	0
Casa de Apoio	10,5%	2
Museu	15,8%	3
Pousada	0,0%	0
Casa Digital	0,0%	0
	questões respondidas	19
	questões em branco	3

Tabela 23 – Conta Bancária

A organização possui conta bancária própria (pessoa jurídica)?		
Respostas	Percentual	Respostas
Sim	40,9%	9
Não	54,5%	12
Não sei informar	4,5%	1
	questões respondidas	22
	questões em branco	0

Tabela 24 – Elaboração de Projetos

A organização já elaborou algum projeto?		
Respostas	Percentual	Respostas
Sim	68,2%	15
Não	31,8%	7
Não sei informar	0,0%	0
	questões respondidas	22
	questões em branco	0

Tabela 25 – Execução ou Gerenciamento de Projetos

A organização já executou / gerenciou algum projeto?		
Respostas	Percentual	Respostas
Sim	63,6%	14
Não	36,4%	8
Não sei informar	0,0%	0
questões respondidas		22
questões em branco		0

Tabela 26 – Atuação em Espaço de Participação

A organização atua em algum espaço de participação (Conselhos, Fóruns, Redes) ?		
Respostas	Percentual	Respostas
Sim	61,9%	13
Não	28,6%	6
Não sei informar	9,5%	2
Caso sim, cite quais espaços		9
questões respondidas		21
questões em branco		1

2.5 Com que organizações ou movimentos têm parcerias.

Nas Oficinas Territoriais foram identificados as seguintes organizações e projetos atuando em parceria com os povos indígenas:

Organizações Não Governamentais: Instituto para o Desenvolvimento da Economia Familiar – IDEF, Cáritas Diocesana de Crateús, Centro de Pesquisa e Assessoria - Esplar, Associação para o Desenvolvimento Local Co-Produzido - ADELCO, Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza – CDPDH, Conselho Indigenista Missionário – CIMI, Instituto Terramar, Rede Cearense de Turismo Comunitário – Rede Tucum, Associação Missão Tremembé, Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador (CETRA), Instituto Aldeia Verde; Coordenação dos Povos Indígenas do Ceará (COPICE), Ethnos Socioambiental, Instituto de Ecologia Social Carnaúba, Instituto Sociedade População e Natureza – ISPN.

Sindicatos de Trabalhadores Rurais: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Monsenhor Tabosa

Projetos da Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Ceará – SDA: Projeto Iby Jurema, Projeto Cabra Leiteira (com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS), Projeto Cisternas (com recursos do MDS), Projeto São José (Com recursos do Banco Mundial), Projeto Paulo Freire (com recursos do Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura - FIDA), Projeto Mandalas.

Projetos Federais: Projeto Dom Helder Câmara (Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura – FIDA, Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA), Projeto Minha Casa, Minha Vida (Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal – CEF), Projeto Mata Branca (Ministério do Meio Ambiente – MMA e Conselho de Políticas e Gestão de Meio Ambiente - CONPAM), Carteira Indígena (MDS), Projeto Bolsa Família (MDS).

Outros Órgãos Públicos: Centro de Referência da Assistência Social – CRASS, Centro de Referência Especial da Assistência Social – CREASS, Prefeituras Municipais de São Benedito, Crateús, Acaraú, Itarema e Pacatuba, Secretaria de Direitos Humanos da Prefeitura Municipal de Pacatuba, Fundação Nacional do Índio – FUNAI, Secretaria da Educação do Ceará – SEDUC.

Autoridades Públicas: Vereadores em Caucaia, Itapipoca e São Benedito, Deputada em São Benedito.

Universidades: Universidade Federal do Ceará – UFC, Universidade Estadual do Ceará – UECE, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, Universidade Estadual do Vale do Acaraú - UVA

Sistema S: Serviço Social do Comércio – SESC.

Igrejas: Igreja Metodista

Empresas: ENEL Distribuição Ceará (antiga COELCE), Banco do Nordeste do Brasil – BNB, Caixa Econômica Federal - CEF

Tabela 27 – Organizações e Projetos com parcerias junto aos Povos Indígenas do Sertão

Agrupamento	Povo	Municípios	TI	Parceiros
Tabajara	Tabajara	Monsenhor Tabosa	Serra das Matas	IDEF, Comitê Setorial Sertão do Caratiús, STR Monsenhor Tabosa
Potygapuia	Potyguara	Monsenhor Tabosa	Serra das Matas	IDEF, Comitê Setorial Sertão do Caratiús, Projeto Cabra Leiteira, Projeto Dom Helder Câmara
		Boa Viagem		
	Gavião	Monsenhor Tabosa		
	Tubiba Tapuya	Monsenhor Tabosa		
		Boa Viagem		
Tabajara	Monsenhor Tabosa			
	Tamboril			
Potyjara	Potyguara	Tamboril	Serra das Matas	Cáritas, Esplar e IDEF.
	Potyguara	Monsenhor Tabosa	Periferia	CRASS e CREASS. Projeto Minha Casa, Minha Vida.
	Tabajara			
	Potyguara			
Tapuya Kariri	Tapuya Kariri	São Benedito	Gameleira	CRASS, Cáritas, Prefeitura Municipal, Vereador e Deputada.
		Carnaubal		
Potyguara do Novo Oriente	Potyguara	Novo Oriente	Lagoinha	Projeto São José, Carteira Indígena
Tabajara do Nazário	Tabajara	Crateús	Nazário-Mambira	Programa Minha Casa Minha Vida, Projeto Cisternas
Potyguara de Mambira	Potyguara			
Tabajara de Quiterianópolis	Tabajara	Quiterianópolis	Não Há	Projeto Paulo Freire, Projeto Mata Branca
Povos Indígenas da Zona Urbana de Crateús	Tabajara	Crateús	Áreas Urbanas Ocupadas/Doadas pela Prefeitura Municipal	Projeto Minha Casa Minha Vida, Prefeitura Municipal.
	Kariri			
	Kalabaça			
	Tupinambá			
Tabajara e Kalabaça de Poranga	Tabajara	Poranga	Umburana	Projeto Mandalas
	Kalabaça		Cajueiro	

Tabela 28 – Organizações e Projetos com parcerias junto aos Povos Indígenas da Região Metropolitana

Povo	Municípios	TI	Parceiros
Pitaguary	Maracanaú	Pitaguary	Secretaria de Direitos Humanos da Prefeitura Municipal de Pacatuba, ADELCO, CDPDH, UFC, UECE e UNILAB.
	Pacatuba		
Tapeba	Caucaia	Tapeba	FUNAI, CDPDH, ADELCO, SESC, SEDUC, Vereador.
Anacé	São Gonçalo do Amarante	Taba dos Anacés	CIMI
	Caucaia		
	Caucaia	Anacé	
Jenipapo Kanindé	Aquiraz	Lagoa Encantada	CDPDH, Terramar, Rede Tucum. Estão discutindo uma parceria com o CIMI.
Kanindé	Aratuba	Sítio Fernandes	Rede Tucum
	Canindé	Gameleira	

Tabela 29 – Organizações e Projetos com parcerias junto aos Povos Indígenas do Litoral

Povo	Municípios	TI	Parceiros
Tremembé	Itapipoca	Barra do Mundaú	Associação Missão Tremembé, Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador (CETRA); Instituto Aldeia Verde; Projeto Iby Jurema, Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) e Coordenação dos Povos Indígenas do Ceará (COPICE) e uma vereadora eleita
	Itarema	Almofala	Igreja Metodista, Coelce, Adelco, Esplar, SESC.
	Itarema	Córrego do João Pereira	Ethnos Socioambiental, Instituto Carnaúba, SEDUC/CRED, BNB, Prefeitura de Acaraú e de Itarema, SDA Projeto São José. FUNAI, Caixa Econômica Federal, Universidade Federal do Ceará, Instituto Sociedade População e Natureza (ISPN), Universidade Estadual do Vale do Acaraú. MDS – carteira indígena.
	Acaraú		

2.6 Características e demandas da Juventude Indígena

Para obtenção de informações sobre a juventude indígena procedeu-se a realização de Pesquisa por meio de questionário (anexo) com coleta eletrônica e presencial. Utilizou-se o aplicativo Survey Monkey para coleta eletrônica, entrada e processamento dos dados. Os questionários foram enviados para jovens indígenas identificados pela articuladora indígena Rosa Pitaguary. Além disso foram aplicados questionários com jovens nas oficinas territoriais de diagnóstico.

Foram respondidos 30 questionários, por jovens da faixa etária de 12 a 30 anos (a média de idade dos respondentes foi de 22 anos), sendo 17 do sexo masculino (56,7%) e 13 do sexo feminino (43,3%). Com relação ao povo/etnia, o maior percentual de respostas foi de jovens do povo Potyguara (43,3%), seguidos por Tabajara e Anacé (13,3%), Tremembé (10,0%), Gavião, Kariri, Tupinambá, Jenipapo Kanindé, Kanindé e Guarani (3,3%). Não houve respostas dos jovens dos povos Kalabaça, Tapuia Kariri, Tubiba Tapuia, Pitaguary e Tapeba.

Com relação ao município de origem dos jovens que responderam ao questionário verificamos: 7 jovens de Crateús (24,1%), 6 jovens de Monsenhor Tabosa (20,7%), 5 jovens de Tamboril (17,2%), 4 jovens de Caucaia (13,8%), 2 jovens de Itarema e Poranga (6,9%), e 1 jovem de Aquiraz, Aratuba e Novo Oriente (3,4%). (Tabela 31 e Gráfico 3)

Com relação à escolaridade, a maioria dos jovens possuía nível médio completo (40%), seguidos por jovens com nível médio incompleto (23,3%), nível superior incompleto (16,7%), nível fundamental incompleto (13,3%) e nível superior completo (6,7%). A maioria dos jovens estudo em escola indígena (55,5%), sendo que 22,2% cursou apenas o nível fundamental em escola indígena e 33,3% cursou os níveis fundamental e médio. (Gráficos 5 e 6)

Todos os jovens possuem acesso a internet, sendo que as formas de acesso são: acesso mais citadas: acesso em casa (80%), escola (26,7%) e trabalho (20,0%). Com relação ao uso de tecnologia de comunicação e redes sociais, verificou-se que 80% dos jovens utilizam o Whatsapp como principal tecnologia de comunicação, seguido pelo Facebook (13,3%) e E-mail (6,7%). Com relação aos principais meios utilizados para busca de informação os jovens apontam as reuniões da comunidade e movimento indígena, a internet e as redes sociais, a televisão aberta e o rádio. (Gráficos 7, 8 e 9)

A maioria dos jovens não exerce nenhuma atividade remunerada (60,0%), entre os que exercem atividades remuneradas, 30% são formais e 10% informais. Entre as atividades remuneradas informadas destacam-se: professor indígena, agente de saúde e(ou) saneamento indígena e artesanato. Com relação a realização de múltiplas atividades, a maioria dos jovens informou que estuda e trabalha (36,7%), 20% apenas trabalham, 16,7% apenas estudam, 13,3% apenas cuidam de casa, 10%

estudam e cuidam de casa e 3,3% (um caso) não estuda, nem trabalha. (Tabelas 32 e 33)

No que diz respeito a acesso à políticas públicas, apenas foi mencionado acesso aos seguintes programas: Bolsa Família (61,9%), Juventude e Meio Ambiente (9,5%), Pronaf B (4,8%), Pro Jovem adolescente (4,8%), Pro jovem Trabalhador (4,8%), Pontos de Cultura (4,8%), Pontos de Leitura (4,8%), Projeto Museus (4,8%), Mais Educação (4,8%). (Tabela 34)

A maioria dos jovens pesquisados se considera uma liderança indígena (80%), sendo que 70% já participou de alguma retomada, ocupação ou acampamento e faz parte de algum grupo ou organização (55,2%) sendo os tipos mais citados: Grupos de jovens, Organização Indígena, Cultura e Meio Ambiente. Com relação a participação em atividades do movimento indígena as mais citadas foram: Assembleia Anual dos Povos Indígenas (69,0%), Encontros da Juventude Indígena (58,6%), Conselho de Saúde (34,5%), Atividades da Educação Indígena (34,5%). (tabela 35)

Do total de jovens, 56,7% já ouviu falar da COJICE, entretanto, 60% dos jovens nunca ouviu falar da Coordenadoria da Juventude Indígena do Estado do Ceará, o mesmo percentual não sabe informar se há uma secretaria ou coordenadoria de juventude em seu município, 48,3% não soube informar se há conselho de juventude em seu município e 46,7% informou não haver qualquer política específica para a juventude em seus municípios. (tabelas 36,37 e 38)

Segundo as respostas dos jovens foi informado haver secretaria ou coordenadoria de juventude nos municípios de Caucaia, Crateús, Poranga e Tamboril, existir algum tipo de política específica para juventude em Caucaia e Tamboril, e conselhos da juventude nos municípios de Caucaia, Poranga e Monsenhor Tabosa. Finalmente, com relação a participação na política, a maioria dos jovens considera-se politicamente participante (50%), 23,3% não costuma participar mas tem interesse por política, 16,7% não gosta e não se envolve com política e 10% acha que política deve ficar para pessoas que tenham mais competência.

Conclusões

A pesquisa retrata uma juventude indígena escolarizada (ensino médio completo e ensino superior completo e incompleto somam 80% das respostas) com acesso à internet (80% em com acesso em casa), que utiliza o celular e Whatsapp como principal meio de comunicação, se considera liderança indígena e participa do movimento indígena e de suas lutas.

Estes dados revelam uma maior inserção dos jovens indígenas no mundo do conhecimento e na luta indígena, que entretanto, não são acompanhadas pela inclusão no mercado de trabalho (60% não exerce atividade remunerada), nem no acesso à direitos, verifica-se baixo conhecimento e acesso à políticas públicas voltadas à juventude.

Tabelas e Gráficos – Pesquisa Juventude

Tabela 30 – Povo/Etnia – Pesquisa Juventude

Qual o seu povo / etnia?		
Respostas	Percentual	Respostas
Gavião	3,3%	1
Kalabaça	0,0%	0
Kariri	3,3%	1
Potyguara	43,3%	13
Tabajara	13,3%	4
Tapuia Kariri	0,0%	0
Tubiba Tapuia	0,0%	0
Tupinambá	3,3%	1
Tremembé	10,0%	3
Anacé	13,3%	4
Jenipapo Kanindé	3,3%	1
Kanindé	3,3%	1
Pitaguary	0,0%	0
Tapeba	0,0%	0
Outro (especifique)	3,3%	1
questões respondidas		30
questões em branco		0

Tabela 31 – Municípios de residência dos Jovens pesquisados

Município		
Respostas	Percentual	Respostas
Aquiraz	3,4%	1
Aratuba	3,4%	1
Caucaia	13,8%	4
Crateús	24,1%	7
Itarema	6,9%	2
Monsenhor Tabosa	20,7%	6
Novo Oriente	3,4%	1
Poranga	6,9%	2
Quiterianópolis	0,0%	0
Tamboril	17,2%	5
questões respondidas		29
questões em branco		1

Gráfico 3 – Municípios de Residência dos Jovens pesquisados

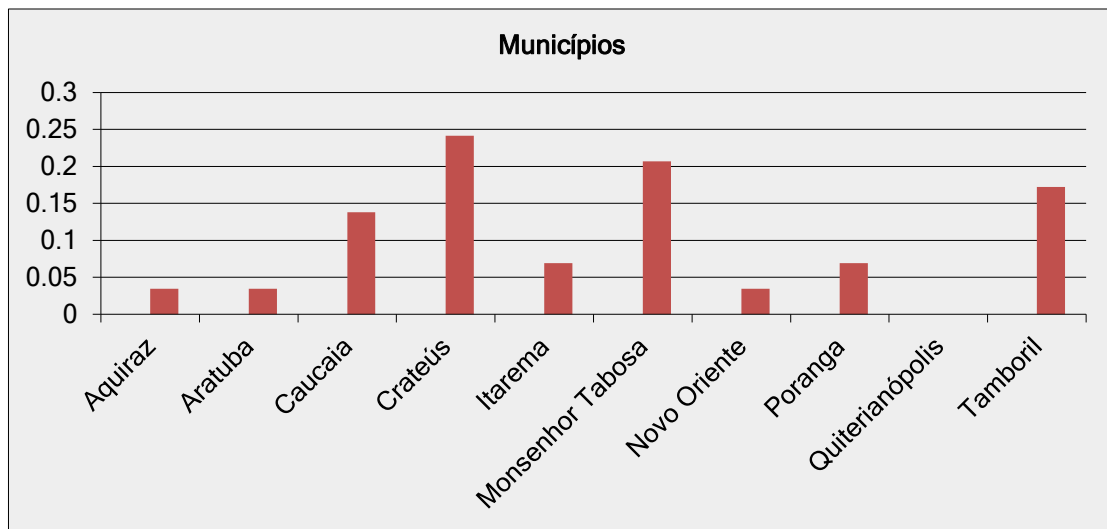


Gráfico 4 – Escolaridade dos Jovens pesquisados

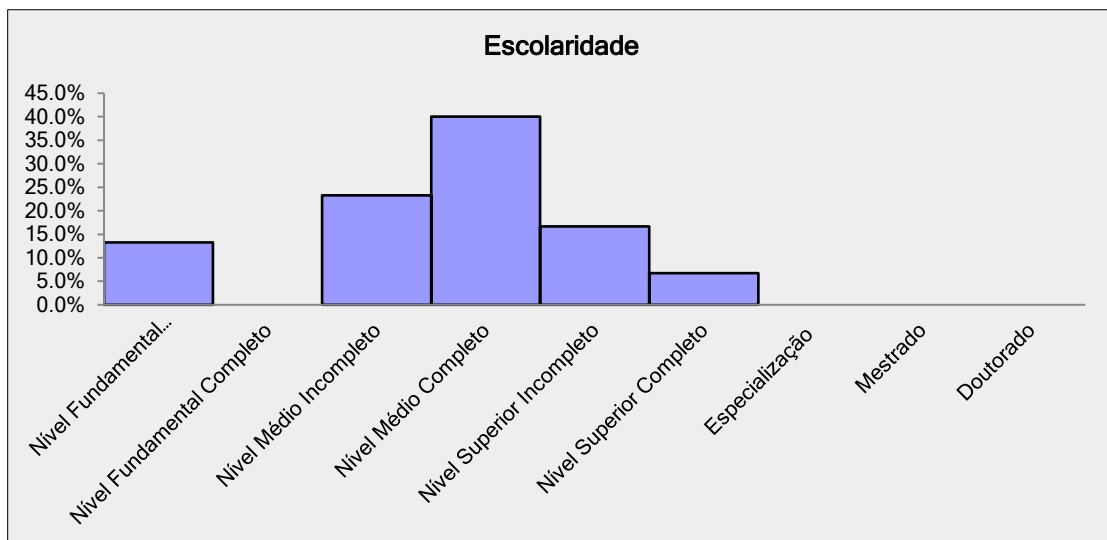


Gráfico 5 – Estudo em Escola Indígena

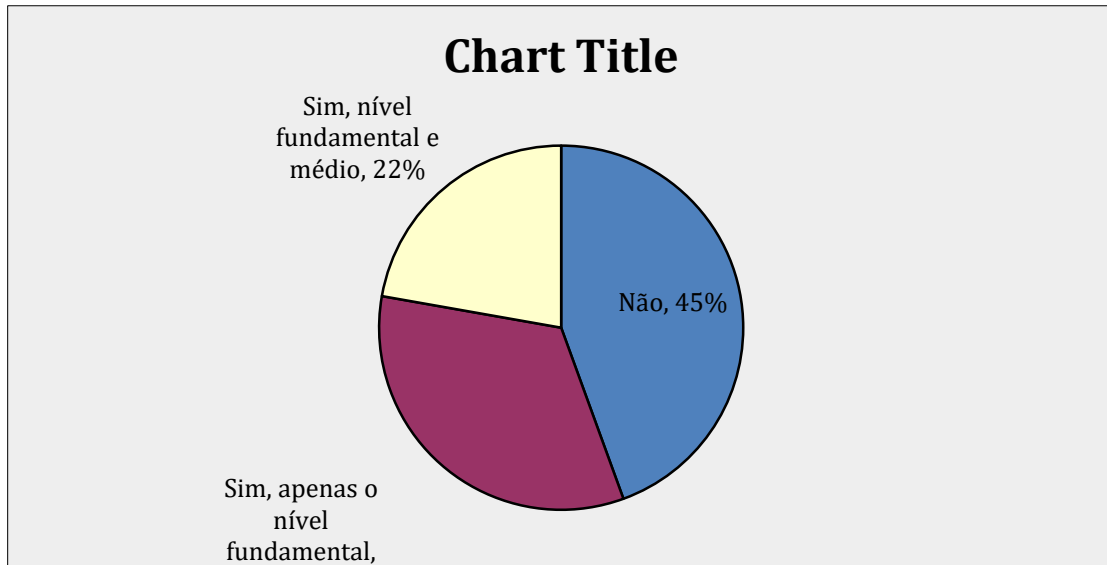


Gráfico 6 – Acesso à Internet

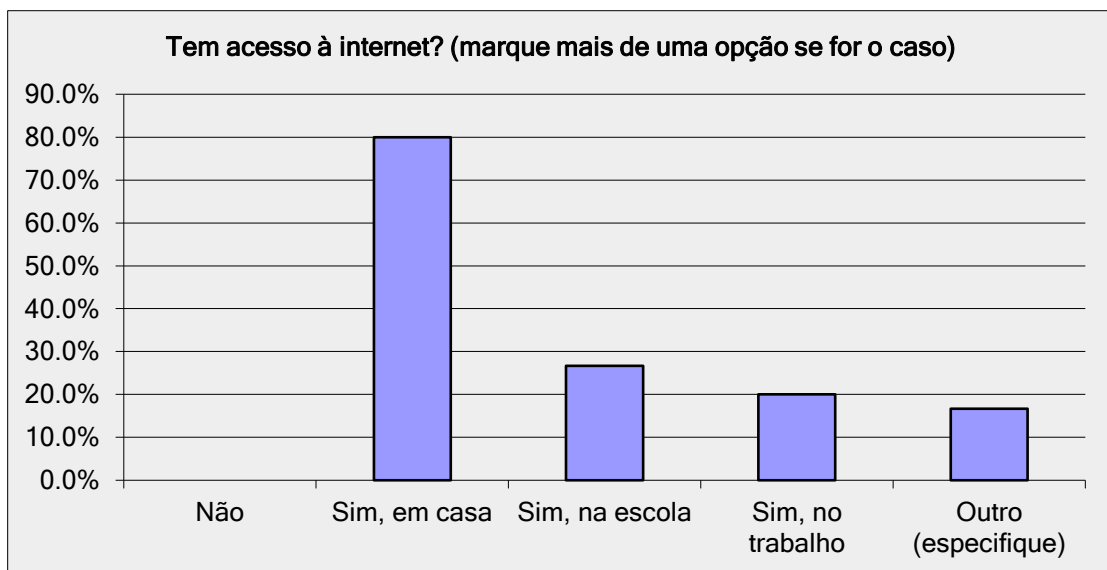


Gráfico 7 – Uso de Tecnologias de Comunicação e Redes Sociais

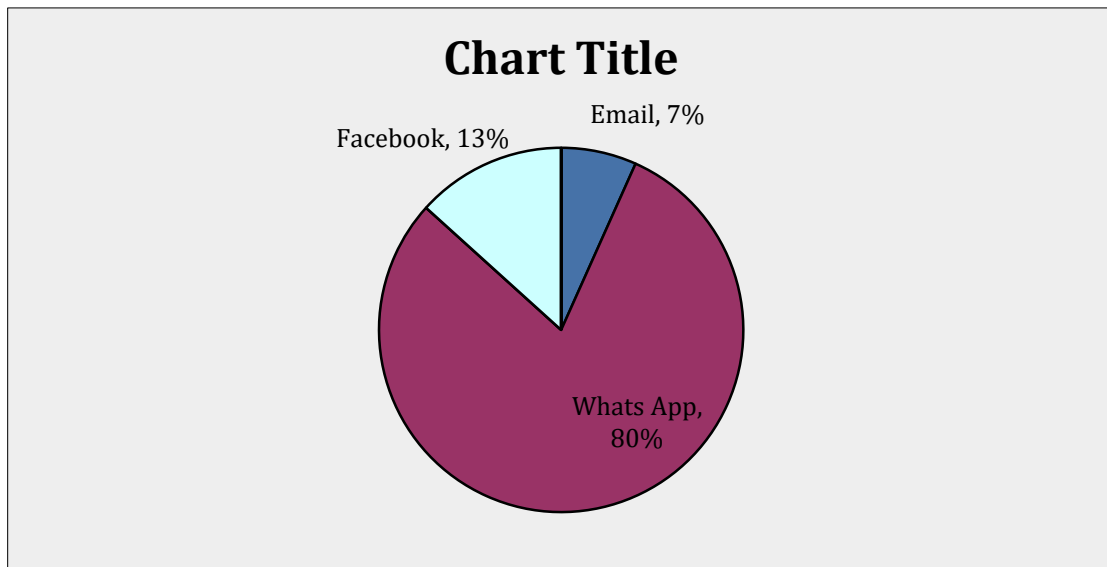


Gráfico 8 – Meios de Informação

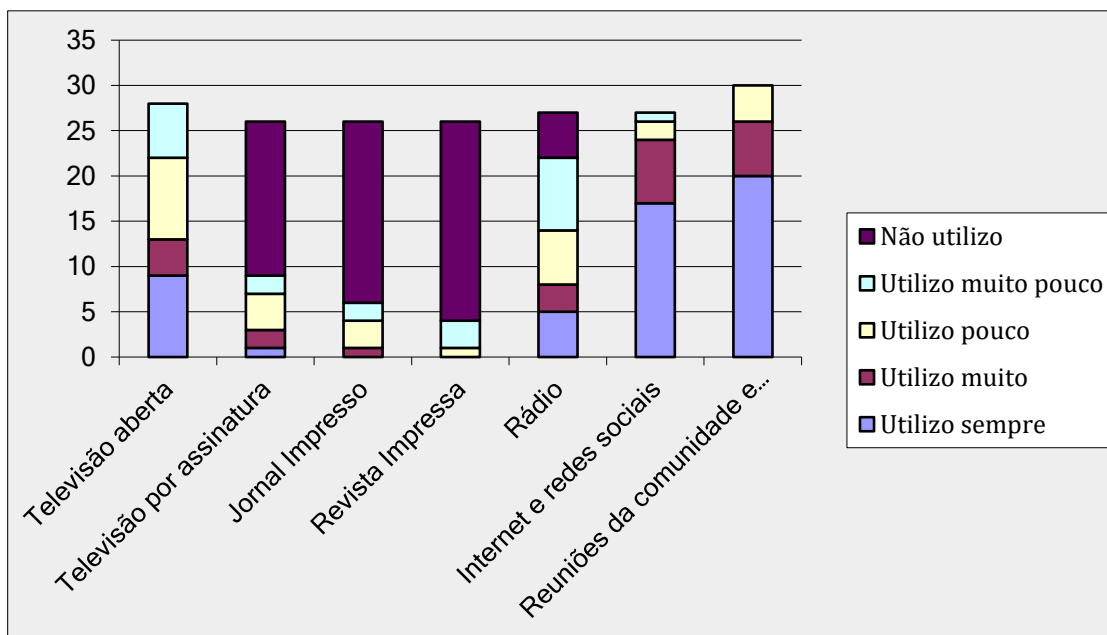


Tabela 32 - Atividade Remunerada

Atualmente você faz alguma atividade remunerada?		
Respostas	Percentual	Respostas
Não	60,0%	18
Sim, formal	30,0%	9
Sim, informal	10,0%	3
Caso sim, informar qual atividade		8
questões respondidas		30
questões em branco		0

Tabela 33 – Múltiplas atividades

Em qual dessas situações você se identifica?		
Respostas	Percentual	Respostas
Só estuda	16,7%	5
Só trabalha	20,0%	6
Estuda e trabalha	36,7%	11
Não estuda nem trabalha	3,3%	1
Estuda e cuida de casa	10,0%	3
Só cuida de casa	13,3%	4
questões respondidas		30
questões em branco		0

Tabela 34 – Acesso à Políticas Públicas

Você já foi beneficiado por algum dos Programas abaixo ?		
Respostas	Percentual	Respostas
Projovem Urbano (Secretaria Nacional de Juventude)	0,0%	0
Projovem Campo (Ministério da Educação)	0,0%	0
Projovem Adolescente (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome)	4,8%	1
Projovem Trabalhador (Ministério do Trabalho e Emprego)	4,8%	1
Pronatec	0,0%	0
Agente Cultura Viva	0,0%	0
Programa segundo Tempo	0,0%	0
Praças da Juventude	0,0%	0
Projeto Rondon	0,0%	0
Pontos de Cultura	4,8%	1
Pontos de Leitura	4,8%	1
Projeto Museus	4,8%	1
Pronaf Jovem	0,0%	0
Juventude e Meio Ambiente	9,5%	2
Escola Aberta	0,0%	0
Mais Educação	4,8%	1
Prouni	0,0%	0
Brasil Alfabetizado	4,8%	1
Proeja	0,0%	0
Bolsa Família	61,9%	13
Fies	4,8%	1
Jovem Aprendiz	4,8%	1
questões respondidas		21

Tabela 35 – Participação em Atividades do Movimento Indígena

De quais atividades do movimento indígena já participou?		
Respostas	Percentual	Respostas
Assembleia Anual dos Povos Indígenas do Ceará	69,0%	20
Encontros da Juventude Indígena (municipal, estadual ou nacional)	58,6%	17
Conselho de Saúde	34,5%	10
Acampamento Terra Livre	6,9%	2
Encontros de Mulheres Indígenas	13,8%	4
Encontro, seminários, fóruns ou conferências de Educação Escolar Indígena	34,5%	10
Encontro, seminários, fóruns ou conferências de Saúde Indígenas	24,1%	7
Nunca participou de nenhum espaço do movimento indígena	3,4%	1
Outro (especifique)		2
questões respondidas		29
questões em branco		1

Tabela 36 – Existência de Secretaria ou Coordenadoria de Juventude

No seu município, há alguma secretaria ou coordenadoria de juventude?		
Respostas	Percentual	Respostas
Sim	20,0%	6
Não	20,0%	6
Não sei informar	60,0%	18
questões respondidas		30
questões em branco		0

Tabela 37 - Existência de Políticas Específicas para Juventude

No seu município, há políticas específicas para juventude?		
Respostas	Percentual	Respostas
Sim	10,0%	3
Não	46,7%	14
Não sei informar	43,3%	13
questões respondidas		30
questões em branco		0

Tabela 38 – Existência de Conselho Municipal de Juventude

No seu município, há conselho municipal de juventude?		
Respostas	Percentual	Respostas
Sim	17,2%	5
Não	34,5%	10
Não sei informar	48,3%	14
questões respondidas		29
questões em branco		1

Produtos 3 - Análise do acesso das comunidades indígenas às Políticas Públicas nos níveis local, estadual e federal, em particular àquelas relacionadas aos direitos indígenas, das mulheres e da juventude: a) Mapeamento das políticas públicas dos municípios relacionadas aos povos indígenas e que remetem ao direito das mulheres e da juventude; b) Mapeamento das políticas públicas a nível estadual relacionadas aos povos indígenas e que remetem ao direito das mulheres e da juventude; c) Principais problemas encontrados pelas mulheres indígenas na relação com a comunidade, com a população do município e com os órgãos públicos; d) Atores que interferem na comunidade; e) Situação social e política local. Relação das Comunidades Indígenas com o Poder Público local; f) Atuação do poder público Municipal, Estadual e Federal nas áreas das etnias. g) Principais demandas de cada articulação (COPICE, AMICE, COJICE) aos poderes públicos; h) Conquistas já efetivadas em relação a direitos para os povos em geral, para as mulheres e para a juventude.

3. Políticas Públicas

3.1 Mapeamento das políticas públicas dos municípios relacionadas aos povos indígenas e que remetem ao direito das mulheres e da juventude;

Não foram identificadas políticas públicas municipais direcionadas aos povos indígenas. Foram identificados apenas 3 casos em que há parcerias com o poder público local para ações de apoio às demandas dos povos indígenas, o mesmo verificou-se junto aos Povos: **i)** Tapuya Kariri em São Benedito, que contam com apoio político da prefeitura na defesa do território contra os posseiros e apoio logístico para realização de atividades; **ii)** Tabajara da Aldeia Vila Nova de Crateús que obteve da prefeitura a doação e regularização de terreno pela Prefeitura; **iii)** Pitaguary que tem apoio da Prefeitura Municipal de Pacatuba, por meio da coordenação de Direitos Humanos.

3.2 Mapeamento das políticas públicas a nível estadual relacionadas aos povos indígenas e que remetem ao direito das mulheres e da juventude;

Existem poucas políticas públicas estaduais diretamente relacionadas aos povos indígenas, de fato pode-se caracterizar como tal apenas a Educação Indígena Diferenciada que encontra-se inserida no âmbito da Educação Básica (Resolução CEC 382/2003). Além da educação diferenciada foi identificada apenas uma outra ação existente diretamente destinada aos povos indígenas no âmbito do governo estadual, o Projeto Iby Jurema da Secretaria do Desenvolvimento Agrário.

O Projeto Iby Jurema visa o desenvolvimento das Comunidades Indígenas do Estado do Ceará e o fortalecimento de suas associações e do movimento que as representa. De acordo com a SDA o processo de seleção das comunidades indígenas beneficiadas ocorre de forma articulada com a COPICE. O projeto pretende melhorar a qualidade de vida das famílias, através da elaboração e implantação de projetos produtivos para o desenvolvimento das atividades agrícolas e não agrícolas, tais como artesanato, roupas, peças íntimas, produção de bolos e confeitarias, comidas típicas, entre outras. É fundamentado no resgate da cultura e melhoria da autoestima de seus beneficiários, dando ênfase à sustentabilidade, e capacitando-os para inserção nas políticas públicas.

Não foram identificadas ações específicas para as mulheres indígenas ou para a juventude indígena no âmbito do Governo do Estado.

Outros projetos e ações estaduais não diretamente relacionados aos povos indígenas, mas que são acessados pelos mesmos, são executados principalmente pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Ceará – SDA (Projeto Cabra Leiteira, Projeto Cisternas, Projeto São José, Projeto Paulo Freire, Projeto Mandalas e Quintais Produtivos) e Secretaria de Justiça e Cidadania (Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos – PPDH).

3.2.1 Educação Indígena

Verificou-se que os povos têm, em geral, acesso à educação indígena, em que pese diferenças nas estruturas físicas das escolas, oferta de ensino (educação infantil, fundamental, médio e EJA), pessoal qualificado para exercer o magistério indígena e diferentes níveis de implantação do ensino diferenciado. Em geral o processo de educação diferenciada teve início nas décadas de 1980 e 1990 de forma não estruturada com salas de aula improvisadas debaixo de árvores, ou salas cedidas em casas particulares ou escolas municipais.

Há muitos relatos de casos de preconceito e assédio sofridos pelos alunos e professores indígenas no contato com a rede pública convencional de ensino, neste sentido a estruturação de Escolas Indígenas específicas para o exercício da educação diferenciada foram conquistas importantes para afirmação da identidade e fortalecimento das estratégias de organização e luta dos povos indígenas no Ceará. Verifica-se que na primeira década dos anos 2000, a maioria dos povos inauguraram Escolas Indígenas inseridas na rede estadual de ensino com prédios escolares exclusivos e construídos com esta finalidade.

Identificou-se a existência de algumas iniciativas pontuais de formação de professores indígenas. Além de um magistério indígena que chegou a ser realizado pela SEDUC no início dos anos 2000, mas não teve continuidade, destacam-se algumas parcerias entre universidades públicas e o movimento indígena, como o MITS (Magistério Indígena Tremembé Superior) e o projeto Pitakaja na UFC. Apesar de louváveis, trata-se de iniciativas que não dão conta da demanda de formação de professores indígenas em todo o estado, neste sentido há uma recomendação do Ministério Público Estadual enviado pelo Procurador Geral da República Francisco Macedo Filho, em abril de 2014 para que a SEDUC “institua um Magistério Indígena permanente para a formação de professores indígenas no prazo máximo de um ano” (PROCURADORIA..., 2014), o que até o presente não foi realizado.

Verificou-se que a SEDUC não disponibiliza material pedagógico diferenciado para a educação indígena, alunos índios e não índios utilizam os mesmos materiais e conteúdos da rede estadual convencional. A produção de conteúdo diferenciado para a educação indígena quando acontece é resultado da ação voluntária da escola ou do professor. Tal fato contraria o artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei N. 9394 de Dezembro de 1996 ou LDB) segundo o qual: “Art. 26 - Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.”

Foram relatadas nas oficinas com os povos indígenas muitas dificuldades de compreensão da SEDUC e CREDES sobre as particularidades e demandas da educação diferenciada, como a não consideração para efeitos curriculares de

atividades de campo no território indígena e de atividades relacionadas ao movimento indígena. Verificou-se ainda que iniciativas promissoras como o ensino da língua Tupi em algumas escolas indígenas não são reconhecidas pela SEDUC, uma vez que não são sequer registrados no sistema de avaliação escolar.

Tais fatos constituem-se em violações de direitos dos povos indígenas, e contrariam o inciso terceiro do artigo 32 da LDB segundo o qual: “O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem”; e o artigo 78 que afirma que: “a educação escolar para os povos indígenas deve ser intercultural e bilíngüe para a reafirmação de suas identidades étnicas, recuperação de suas memórias históricas, valorização de suas línguas e ciências, além de possibilitar o acesso às informações e aos conhecimentos valorizados pela sociedade nacional”.

Verificou-se que há alunos não índios matriculados em escolas indígenas, como nos casos das escolas do Povo Tremembé Rosa Susana e Escola Brolhos da Terra, nestes casos os alunos não indígenas são grupo minoritário estando em acordo com o parecer 14/99 do Conselho Nacional de Educação segundo o qual: “Por princípio constitucional, as escolas indígenas, além das características de bilíngües e interculturais, deverão, todas elas, revestir-se de estrutura jurídica própria e constituir unidades escolares de atendimento peculiar e próprio das populações indígenas. Respeitada essa condição, não se vê objeção que, em alguns casos particulares, as mesmas escolas indígenas possam albergar também, porém secundariamente, a população não-indígena. Nesse caso, entretanto, esta última clientela, isto é, a população não-indígena, deverá, como disposição sine qua non, sujeitar-se às condições da clientela indígena”. (Parcer 14/99 CNE, pg. 17).

Há que se verificar entretanto, a informação obtida na oficina territorial de que a escola indígena do Povo Anacé de Matões estaria dando prioridade a alunos não-índios. Segundo a denúncia, teria sido constatado que mais de 50% dos alunos matriculados não são índios. Fato este que vem prejudicando algumas famílias indígenas que não conseguem matricular os filhos na escola diferenciada pela alegação de que falta vaga, obrigando as crianças a estudarem na escola do município.

O processo de contratação de professores indígenas que vem sendo adotado pela SEDUC desde o início dos anos 2000, na forma de contratos temporários precários²³, tem gerado uma série de dificuldades e instabilidade para os professores indígenas, além de constituir violação aos seus direitos trabalhistas. Pressionada pelo Ministério Público Estadual a Secretaria resolveu adotar um processo seletivo simplificado para professores indígenas no ano de 2016, obrigando as escolas

²³ O contrato de trabalho para atendimento da necessidade temporária de excepcional interesse público é aquele celebrado por uma pessoa física que, de forma pessoal, não-eventual e subordinada, aliena sua força de trabalho, em caráter precário e oneroso, a ente da Administração Pública Direta, Autarquia ou Fundação Pública. O Contrato Precário de Trabalho, se encontra previsto na Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 37, Inciso IX, cuja regulamentação se deu pela Lei nº 8.745, de 09/12/1993 (Fonte: Texto do Dr. Donaldo Belo de Souza na Revista Espaço Acadêmico Ano II N. 23. <https://www.espacoacademico.com.br/023/23csouza.htm>

indígenas a abrirem editais de seleção. Conforme denunciado pelos índios nas oficinas territoriais, o processo tem provocado o ingresso de professores não indígenas, a descontinuidade de contratos com professores indígenas, entre outras dificuldades que podem gerar instabilidades na educação indígena no estado.

De acordo com o parecer 14/99 do Conselho Nacional de Educação “É consenso que a clientela educacional indígena é melhor atendida por professores índios, que deverão ter acesso a cursos de formação inicial e continuada, especialmente planejados para o trato com as pedagogias indígenas” (Parecer 14/99 CNE, pg. 12). Neste sentido, a demanda do movimento indígena é a realização de concurso específico e diferenciado com definição de um plano específico de cargo e carreira para os Professores Indígenas.

A existência de Professores e Alunos não indígenas nas escolas indígenas requer especial atenção do movimento indígena, de forma a evitar a descaracterização das escolas indígenas de sua função de educação diferenciada e não permitir que as mesmas sejam subordinadas às demandas e critérios gerais do sistema estadual de ensino. Uma vez que representam uma pequena fração do sistema estadual, há uma tendência dos operadores do sistema em tratar as escolas de forma homogênea, ignorando as especificidades das escolas indígenas e da educação diferenciada.

Identificam-se portanto os seguintes problemas na área da educação indígena, que tornam difícil a efetivação de uma educação diferenciada.

- Não-adoção de materiais pedagógicos e conteúdos diferenciados fundamentais para o exercício da educação indígena, assegurados pelo art. 24 das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Indígena na Educação Básica (BRASIL, 2013, p. 413). Os professores e alunos indígenas, em distintas aldeias, tentam superar essa ausência através de pesquisas com lideranças, “troncos velhos” e diferentes indivíduos de notório saber sobre a história, culturas e tradições de seu povo;
- Existência de escolas e/ou anexos funcionando em prédios de características improvisadas, em desacordo com o art. 15, § 6º, inciso IV da Resolução nº 5... (BRASIL, 2012);
- Não-incorporação da língua Tupi como disciplina no currículo da educação diferenciada indígena, divergindo do que é assegurado pelo art. 7 § 3º das Diretrizes Curriculares... (BRASIL, 2013, p. 405);
- Não-oferta de um curso permanente de magistério indígena para a formação de professores indígenas, não cumprindo a recomendação do Ministério Público Federal enviada à SEDUC em abril de 2014 (PROCURADORIA..., 2014);

- Seleção de professores não indígenas para exercer o magistério nas escolas indígenas, em desacordo com o parecer 14/99 do Conselho Nacional de Educação;
- Não realização de um concurso público efetivo, específico e diferenciado para Professores Indígenas, não seguindo com o definido no art. 21 da Resolução nº 5... (BRASIL, 2012).

Tabela - Escolas Indígenas por Credes – SEDUC - 2016

CREDE	MUNICÍPIO	INEP	REDE	ESCOLA
1	AQUIRAZ	23061642	Estadual	ESCOLA INDÍGENA JENIPAPO KANINDÉ
	CAUCAIA	23241462	Estadual	ESCOLA INDÍGENA AMÉLIA DOMINGOS
		23564067	Estadual	ESCOLA INDÍGENA DA PONTE
		23283610	Estadual	ESCOLA INDÍGENA DIREITO DE APRENDER DO POVO ANACÉ
		23215682	Estadual	ESCOLA INDÍGENA TAPEBA DO TRILHO
		23215674	Estadual	ESCOLA INDÍGENA ÍNDIOS TAPEBAS
		23462353	Estadual	ESCOLA INDIGENA MARCELINO ALVES DE MATOS
		23062770	Estadual	ESCOLA INDÍGENA NARCÍSIO FERREIRA MATOS
		23235411	Estadual	ESCOLA INDÍGENA TAPEBA CAPOEIRA
		23241454	Estadual	ESCOLA INDÍGENA TAPEBA CAPUAN
		23244755	Estadual	ESCOLA INDÍGENA ANAMA TAPEBA
		23263555	Estadual	ESCOLA INDÍGENA VILA DOS CACOS
		23223294	Municipal	ESCOLA INDÍGENA CONRADO TEIXEIRA
		23223308	Municipal	ESCOLA INDÍGENA MARIA SILVA DO NASCIMENTO
	23268743	Municipal	ESCOLA INDÍGENA ABA TAPEBA	
	MARACANAÚ	23239174	Estadual	ESCOLA INDÍGENA CHUÍ
23079614		Municipal	ESCOLA INDÍGENA POVO PITAGUARI	
PACATUBA	23263423	Estadual	ESCOLA INDÍGENA ITÁ-ARA	
2	ITAPIPOCA	23268700	Estadual	ESCOLA INDIGENA BROLHOS DA TERRA
3	ACARAÚ	23271663	Estadual	ESCOLA INDÍGENA TREMEMBÉ DE QUEIMADAS
		23247983	Estadual	ESCOLA INDÍGENA TREMEMBÉ FRANCISCO SALES NASCIMENTO
	ITAREMA	23215755	Estadual	ESCOLA INDÍGENA TREMEMBÉ DE TAPERA
		23215747	Estadual	ESCOLA INDÍGENA TREMEMBÉ JOSÉ CABRAL DE SOUSA
		23253126	Estadual	ESCOLA INDÍGENA TREMEMBÉ JOVENTINO GABRIEL FÉLIX
		23231289	Estadual	ESCOLA INDÍGENA TREMEMBÉ MANGUE ALTO
		23215720	Estadual	ESCOLA INDÍGENA TREMEMBÉ MARIA VENÂNCIA
		23215763	Estadual	ESCOLA INDÍGENA TREMEMBÉ DE PASSAGEM RASA
		23548053	Estadual	ESCOLA INDÍGENA TREMEMBÉ ROSA SUZANA DA ROCHA

5	SÃO BENEDITO	23545461	Estadual	ESCOLA INDÍGENA FRANCISCO GONÇALVES DE SOUSA
7	CANINDÉ	23239115	Estadual	ESCOLA INDÍGENA EXPEDITO OLIVEIRA ROCHA
8	ARATUBA	23227770	Estadual	ESCOLA INDÍGENA MANOEL FRANCISCO DOS SANTOS
13	CRATEÚS	23258780	Estadual	ESCOLA INDÍGENA CARIRI TABAJARA
		23233370	Estadual	ESCOLA INDÍGENA RAÍZES DE CRATEÚS
13	MONSENHOR TABOSA	23545097	Estadual	ESCOLA INDÍGENA JOAQUIM UGENA
		23244763	Estadual	ESCOLA INDÍGENA MONSENHOR TABOSA
		23233311	Estadual	ESCOLA INDÍGENA POVO CACETEIRO
		23233338	Estadual	ESCOLA INDÍGENA TABAJARA
	NOVO ORIENTE	23263466	Estadual	ESCOLA INDÍGENA ANTÔNIO GOMES
	PORANGA	23233400	Estadual	ESCOLA INDÍGENA JARDINS DAS OLIVEIRAS
	TAMBORIL	23239131	Estadual	ESCOLA INDÍGENA ALTO DA CATINGUEIRA
15	QUITERIA-NÓPOLIS	23263520	Estadual	ESCOLA INDÍGENA TABAJARA CARLOS LEVY

Fonte: SEDUC, 2016

Figura – Localização das Escolas Indígenas no Estado do Ceará



Fonte: IPECE, 2013.

(Um arquivo KML foi gerado com as coordenadas e dados das escolas)

3.3 Políticas Públicas Federais Relevantes para a População Indígena

Nas oficinas territoriais foram identificadas as seguintes políticas públicas federais acessadas pelos povos indígenas:

Políticas Públicas Federais: Saúde Indígena, Programa Bolsa Família, Projeto Dom Helder Câmara, Assistência Técnica e Extensão Rural Indígena, Programa Minha casa Minha Vida, Centro de Referência da Assistência Social (CRASS), Centro de Referência Especializada da Assistência Social (CREASS), Projeto Cisternas, Projeto Segunda Água, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Projeto Carteira Indígena, Seguro Safra, Seguridade Social (Auxílio Maternidade, aposentadoria),

Algumas políticas públicas estratégicas para os povos indígenas não foram mencionadas nas oficinas territoriais, como a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e o Plano Nacional para a Promoção dos Produtos da Sociobiodiversidade, o que é um indicador de que as mesmas não são suficientemente conhecidas pelos índios e(ou) não tem conseguido surtir efeitos práticos na vida das aldeias indígenas.

Foram apontadas dificuldades para o acesso de políticas públicas da seguridade social (Licença Maternidade, Aposentadoria, Seguro por Acidente de Trabalho) e para o acesso às políticas da agricultura familiar (PRONAF e PAA), de acordo com os índios há dificuldades em emitir a DAP Indígena. Os índios alegam que o fato de que por serem indígenas os órgãos públicos apresentam maiores dificuldades e barreiras burocráticas para o acesso às políticas o que configura-se como racismo institucional e violação de direitos.

Recomendações:

- Realizar incidência sobre a Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará para identificar os gargalos existentes e promover um maior acesso dos povos indígenas às políticas de desenvolvimento agrário e agricultura familiar;
- Promover debate sobre o acesso dos povos indígenas a seguridade social com especialistas e autoridades públicas para identificação dos gargalos e proposição de soluções para o problema do acesso;
- Identificar municípios cujas prefeituras sejam politicamente favoráveis aos povos indígenas para o desenvolvimento de parcerias e implementação de políticas públicas municipais;
- Promover debates sobre políticas estratégicas para os povos indígenas como a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e

Comunidades Tradicionais e o Plano Nacional para a Promoção dos Produtos da Sociobiodiversidade, com a participação de especialistas para ampliar os conhecimentos dos povos indígenas sobre as mesmas.

3.3.1 Saúde Indígena

A política de saúde dos povos indígenas constitui-se em uma das questões mais complexas da política indigenista, considerando-se o histórico de doenças trazidas pelo contato com não-indígenas e o preconceito institucional contra os índios que assume contornos perversos na rede pública de saúde. Na cronologia da política indigenista oficial, consta que diferentes instituições e órgãos públicos já foram responsáveis pela saúde indígena. Tendo em vista que a mobilização dos povos indígenas no Ceará e suas demandas no campo da saúde são relativamente recentes, nos interessa aqui focar no contexto da saúde indígena oficial a partir da década de 1990.

O atual sistema da Saúde Indígena tem como principais marcos temporais: i) o ano de 1999, com a implantação da política de descentralização do atendimento, que por meio de convênios entre a União, prefeituras e instituições da sociedade civil, implantou 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs). A gestão do subsistema de saúde indígena do Sistema Único de Saúde era então gerido pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) ; ii) o ano de 2010 com a criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) diretamente vinculada ao Ministério da Saúde fruto de demanda e luta do movimento indígena.

Os DSEIs, sob a responsabilidade da SESAI, devem possuir equipe e equipamentos que permitam a realização de atendimentos baixa complexidade, ficando as ocorrências de alta complexidade a cargo de hospitais regionais. Os Conselhos Indígenas de Saúde (Condisi), exercem o papel de controle social do sub-sistema e devem garantir a participação dos índios na gestão. No Ceará existem atualmente 9 pólos base de atendimento de saúde indígena conforme tabela abaixo.

Tabela - DSEI Ceará – Número de Índigenas atendidos por Polo Base

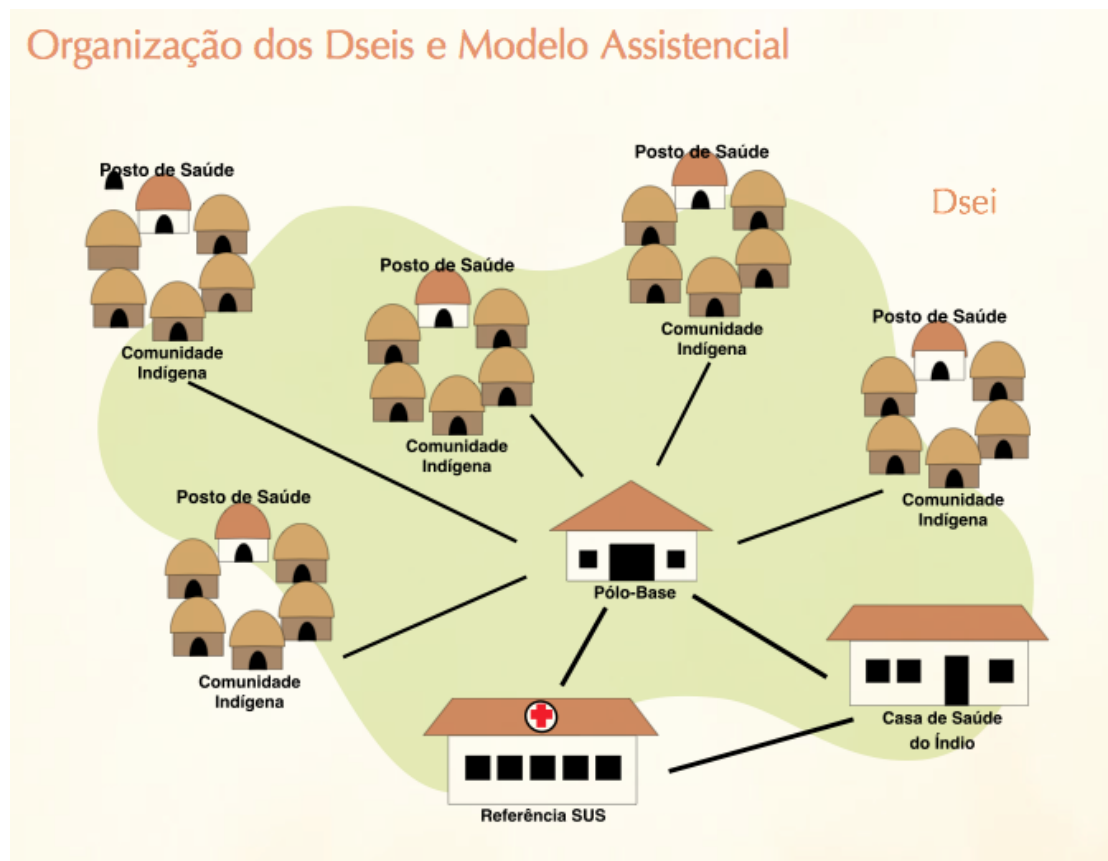
Polo Base	Total Geral
CAUCAIA	11101
MONSENHOR TABOSA	4737
MARACANAÚ	4686
CRATEÚS	4157
ITAREMA	3888
PORANGA	1528
ARATUBA	1184
SÃO BENEDITO	744
AQUIRAZ	409
Total	32434

Fonte: Siasi-Local, Dsei-Ce/SESAI/MS 2016

Os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (Dseis), reúnem Polos-Base que representam primeira instância de atendimento aos índios e referência para os Agentes Indígenas de Saúde (AISs) que atuam nas aldeias, tanto na atenção primária como nos serviços de referência.

Cada Polo-Base cobre um conjunto de aldeias e devem estar estruturados como Unidades Básicas de Saúde, contando com a atuação das Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSIs). A Portaria Nº 1.088/2005 define em seu Art. 2º que as EMSIs terão a seguinte composição mínima: Médico, Enfermeiro, Odontólogo, Auxiliar de Enfermagem, Auxiliar de Consultório Dentário, Agente Indígena de Saúde – AIS, Agente Indígena de Saneamento – AISAN (SILVA, 2008, p. 546).

Figura – Modelo de Atenção à Saúde Indígena



Fonte: FUNASA, 2009

Foram identificados dificuldades e conflitos no relacionamento dos índios com a gestão da SESAI e equipes e saúde. Uma série de problemas relacionados à saúde indígena foi apontada pelos índios nas oficinas territoriais. Na tabela a seguir, é

apresentada a situação do atendimento à saúde diferenciada, apontando a equipe e estrutura disponível e os problemas existentes conforme as informações obtidas junto aos índios nas oficinas territoriais.

Encontramos alguns problemas na oferta da saúde indígena. A maioria deles diz respeito à precarização do serviço. Essa situação dificulta a garantia do direito dos indígenas à saúde diferenciada:

- Falta de postos de saúde nas aldeias e atendimentos em espaços improvisados;
- Falta de medicamentos, insumos e equipamentos para os atendimentos médicos e odontológicos;
- Fornecimento de medicamentos vencidos;
- Atendimento em postos de saúde municipais para indígenas e não indígenas no mesmo espaço;
- Transportes inadequados e motoristas sem capacitação;
- Problemas de comunicação para atendimentos de urgência;
- Dificuldades em realizar exames e agendar procedimentos complexos.

Tabela – Situação da Saúde por Povo Indígena e Terra Indígena (I)

Região	Agrupamento	Povo	TI	Município	Equipe de Saúde	Problemas
Sertão	Tabajara	Tabajara	Serra das Matas	Monsenhor Tabosa	Equipe com 1 médico, 1 enfermeiro, 2 técnicos de enfermagem. Médico mensalmente nas aldeias.	Falta de medicamentos. Atendimento de aldeados e não aldeados.
	Potiguar-Tapuia	Potyguara	Serra das Matas			
		Gavião				
		Tubiba Tapuya				
		Tabajara				
	Potyjara	Potyguara	Serra das Matas			
		Potyguara	Fora da TI			
		Tabajara				
		Potyguara				
	Tapuya Kariri	Tapuya Kariri	Gameleira			
Potyguara do Novo Oriente	Potyguara	Lagoinha		Equipe com médico, enfermeiro, dentista, técnico de enfermagem, técnico bucal e 2 agentes de saúde, 2 agentes de endemias. Não possuem posto de saúde, atendimentos acontecem na escola, Dentista atende no posto de saúde do distrito. Revezam a equipe semanalmente com Quiterianópolis.	Não possuem posto de saúde, atendimentos acontecem na escola.	

Tabela – Situação da Saúde por Povo Indígena e Terra Indígena (II)

Região	Agrupamento	Povo	TI	Município	Equipe de Saúde	Problemas
Sertão	Tabajara do Nazário	Tabajara	Nazário-Mambira	Crateús	Não possuem posto de saúde. Possuem 1 agente de saúde e 1 carro para deslocar pacientes. Médico faz visita semanal.	Dificuldade de comunicação é um problema. Como não tem sinal de celular, o AIS tem que se deslocar para a cidade para chamar o carro
	Potyguara de Mambira	Potyguara				
	Tabajara de Quiterianópolis	Tabajara	Não Há		Equipe de Saúde Indígena completa e dois veículos. Há uma casa de saúde improvisada na Aldeia Fidélis e um posto de saúde municipal.	Não possui posto de saúde próprio. O povo improvisou uma casa de saúde na Aldeia Fidélis
	Povos Indígenas da Zona Urbana de Crateús	Tabajara	Áreas Urbanas Ocupadas/Doadas pela Prefeitura Municipal		Há uma equipe de Saúde com Médico, Enfermeiro, Dentista, Auxiliar de Enfermagem, Auxiliar de Saúde Bucal, agente indígena de saúde (AIS) e o agente indígena de saneamento (AISAN) que atende em 2 Postos de saúde municipais no bairro Maratoan e Fátima I. Há disponível atendimento médico, dentista, carro para transporte de pacientes e outro carro para o transporte da equipe. Há um projeto de construção de um Polo Base de Saúde Indígena na Vila Nova.	Uma demanda consenso entre os indígenas Potyguara, tabajara, Kariri e Kalabaça, é a urgência de a SESAI atender aos indígenas cadastrados que não estão nas aldeias, os identificados como “desaldeados”.
		Potyguara				
		Kariri				
Kalabaça						
Tupinambá						
Tabajara e Kalabaça de Poranga	Tabajara	Umburana	Poranga	Há 6 anos dispõem de uma equipe multidisciplinar com 2 técnicas de enfermagem; 1 dentista, mais auxiliar recepcionista; uma enfermeira, 1 médico cubano, 5 agentes de saúde indígena; 1 AISAN indígena (não funciona fim de semana). Têm dois carros com 4 motoristas. Têm dois carros com 4 motoristas.	Não têm Posto de Saúde; dividem o espaço com a equipe do município. O governo não manda medicamento suficiente para os indígenas nem material descartável. Às vezes recebem remédio “vencido” do município.	
	Kalabaça	Cajueiro				

Tabela – Situação da Saúde por Povo Indígena e Terra Indígena (III)

Região	Povo	TI	Município	Equipe de Saúde	Problemas
RMF	Pitaguary	Pitaguary	Maracanaú Pacatuba	Há 2 postos de saúde em Olho d' água e Monguba e um polo de saúde em Santo Antônio. Contam 3 equipes interdisciplinares completas. Há Projeto de Saúde Tradicional para resgate e valorização do conhecimento de rezadeiras e parteiras.	Problemas relacionados à atrasos de cirurgia e exames e falta de remédios. Não há Oftalmologista.
	Tapeba	Tapeba	Caucaia	Polo Base em fase de construção. Posto: 06. Ponto de Apoio: 02. Equipes: 05. Há projeto em andamento de Medicina tradicional: SESAI, Seminário do Centro de defesa, farmácia viva.	Necessidade de capacitação dos motoristas. Transporte inadequado. Profissional odontológico atua com dificuldade por falta de material. Necessidade de Formação continuada para os profissionais trabalhadores da saúde, pois hoje as formações não são reconhecidas pelo MEC. Falta formação para os agentes de saúde e agentes de saneamento.
	Anacé	Taba dos Anacés	Caucaia São G do Amarante	Não tem posto de saúde, apenas pontos de apoio. Há somente uma equipe para atender todo o povo Anacé. Foi feito um cronograma do atendimento. Os carros de urgência e emergência atendem a etnia.	Não possuem acesso a dentista. O local que ofertava o serviço foi fechado.
		Anacé	Caucaia		
	Jenipapo Kanindé	Lagoa Encantada	Aquiraz	Têm uma equipe de Saúde multidisciplinar.	O posto de saúde está precisando de reforma desde 200, os índios são atendidos no posto de saúde do município. O médico só trabalha 3 dias na semana. Falta remédio de vários tipos no posto. Há problemas no abastecimento de água.
	Kanindé	Sítio Fernandes	Aratuba	Há Equipe de Saúde Indígena de 2ª a 6ª.	Não tem posto de saúde indígena; é usado o do município, com problemas de lotação de indígena e não indígena. Há problema de abastecimento de água.
Gameleira		Canindé			

Tabela – Situação da Saúde por Povo Indígena e Terra Indígena (IV)

Litoral	Tremembé	Barra do Mundaú	Itapipoca	Equipe médica com 2 AISAN, 2 AIS, 1 técnico em enfermagem, 1 enfermeiro, 1 médico e 1 cirurgião dentista, carro de emergência com 4 motoristas e carro da equipe de saúde. atendimentos básicos na casa de apoio, não há posto de saúde. atendimentos complexos são levados ao hospital de Itapipoca.	Não há posto de saúde. Não há oftalmologista. Faltam medicamentos. Dificuldade na realização de exames.
		Almofala	Itarema	Há uma equipe de saúde indígena com médico, dentista, auxiliar de dentista, enfermeira, técnico em enfermagem, que atende numa casa de apoio na aldeia do Panã que não proporciona o atendimento adequado. Há disponível dois carros para a equipe de saúde e outros dois para os pacientes com quatro motoristas cada um. Um Polo Base está em construção na Varjota.	Não há posto de Saúde. Faltam materiais para as consultas. Dificuldades na relação com o DSEI.
		Córrego do João Pereira	Itarema Acaraú	Há uma equipe interdisciplinar de saúde indígena com com médico, enfermeiro, técnico em enfermagem, quatro AIS, três AISAN, que atende quinzenalmente em uma casa de apoio, não há postos de Saúde. Há planos para construção de dois Postos de Saúde em São José e Queimadas. Há um dentista disponível para Acaraú e Itarema. Há um carro disponível. Há falta de material. A comunicação é falha e impacta no serviço de saúde no que tange ao acionamento da equipe ou ambulância.	Não há posto de Saúde. Há falta de material. A comunicação é falha e impacta no serviço de saúde no que tange ao acionamento da equipe ou ambulância.
		Queimadas	Acaraú		

3.3.2 Política Cultural

Com relação às políticas culturais, destacam-se entre os povos indígenas do Ceará o acesso à Política de Pontos de Cultura promovida pelo Ministério da Cultura (Minc) e as iniciativas de museus indígenas articuladas pela Rede Indígena de Memória e Museologia Social no Brasil em parceria com a Rede Cearense de Museus Comunitários.

Pontos de Cultura são entidades culturais ou coletivos culturais certificados pelo Ministério da Cultura e que podem beneficiar-se de fomento público para a realização de atividades culturais. O apoio aos Pontos de Cultura está previsto no Plano Nacional de Cultura - PNC (Lei 12.343/2010) que estabeleceu um Plano de Metas com previsão de fomento de 15 mil Pontos de Cultura até 2020. Nas oficinas territoriais foram identificados 03 Pontos de Cultura em aldeias indígenas dos povos Potyguara de Novo Oriente, Tabajara de Quiterianópolis, Tabajara e Kalabaça de Poranga.

Em 2015, o MINC lançou um edital específico para apoio a Pontos de Cultura Indígenas, destinado à valorização e estímulo a iniciativas culturais de povos indígenas e suas comunidades, certificando-as como Pontos de Cultura, caso desejem. Foram premiados dois projetos de povos indígenas do Ceará: Aldeia Cajueiro (Poranga) e Associação das Mulheres Indígenas Jenipapo Kanindé – AMIJK (Aquiraz) e classificados 8 projetos: Aldeia Viração (Tamboril), Aldeia Fernandes (Aratuba), Povo Pitaguary (Maracanaú), Povo Potyguara (Crateús), Aldeia Vila Nova (Monsenhor Tabosa), Aldeia Santo Antônio Pitaguary (Maracanaú).

No que diz respeito às iniciativas de museus indígenas, é importante destacar que o Ceará é pioneiro na prática de salvaguardar o patrimônio cultural dos povos indígenas através de ações museológicas. No estado a Comissão Estadual da Rede Indígena de Memória e Museologia Social no Brasil, a Rede Cearense de Museus Comunitários e a Rede de Museus Indígenas reúnem indígenas, pesquisadores, estudantes e gestores culturais com o objetivo de compartilhar experiências sobre os museus indígenas (acervos, processos museológicos e qualificação técnica), tendo como uma das finalidades a promoção da autogestão dos museus. Em Dezembro de 2016 realizou-se o II Fórum de Museus Indígenas na Terra Indígena Lagoa Encantada do Povo Jenipapo-Kanindé, reunido 10 povos indígenas do Ceará.

Nas oficinas territoriais foram identificados 9 museus indígenas em funcionamento, sendo: 5 museus em aldeias do movimento Potygatapuia na Terra Indígena Serra das Matas, 1 museu na aldeia de Jucás na cidade de Monsenhor Tabosa, 1 museu do Povo Kariri na cidade de Crateús, 1 museu do Povo Kanindé em Aratuba, e 1 museu Jenipapo Kanindé na Terra Indígena Lagoa Encantada. Há também um museu na Terra Indígena Tapeba, o Cacique Perna de Pau, que encontra-se fechado e um museu em fase de implantação e finalização na Terra Indígena Pitaguary. Foram identificados ainda povos com planos de realização de 3 novos museus ainda não

implantados: Povo Tapuya Kariri, Povo Tremembé de Almofala e Povo Tremembé de Queimadas.

Importante destacar que os Museus indígenas não têm financiamento público, e não há políticas públicas estadual/municipal nessa área para os povos indígenas.

Finalmente, fruto de uma política estadual que titula Mestres da Cultura Popular, há três mestres da cultura indígena no Ceará: Cacique João Venâncio, Pajé Luis Caboclo e Cacique Pequena.

Recomendação:

- Estimular as iniciativas existentes de pontos de cultura, projetos culturais e museus indígenas, promovendo formações, encontros e apoio a pequenos projetos.
- Realizar incidência sobre a Secretaria de Cultura do Estado do Ceará para a elaboração de políticas e ações de apoio à cultura indígena.

3.3.3 Previdência Social

Este relatório não tratou da pesquisa sobre questões previdenciárias. Sobre isso, ver ADELCO, 2017.

3.4 Principais problemas encontrados pelas mulheres indígenas na relação com a comunidade, com a população do município e com os órgãos públicos;

Nas oficinas territoriais e em entrevistas com lideranças do movimento indígena foi possível identificar os seguintes problemas que afetam a vida das mulheres indígenas:

- Preconceito institucional contra as mulheres indígenas, por parte órgãos públicos locais e especialmente por profissionais da saúde indígena. Os depoimentos revelam que as mulheres não tem recebido atenção diferenciada às suas demandas nem tratamento digno, sendo submetidas a situações de discriminação e preconceito.
- Situações de machismo e autoritarismo por parte dos homens dentro das aldeias, com dificuldade de compreender as mulheres enquanto lideranças dentro e fora da aldeia, bem como de valorizar a agenda das mulheres. Por outro lado as mulheres também apresentam dificuldade de impor sua liderança e pautas na aldeia e movimento.
- Ausência de Educação em saúde reprodutiva nas aldeias, e casos reportados de gravidez precoce entre as jovens índias.

3.5 Atores que interferem na comunidade;

Ver Produto 1 – itens 1.3 Conflitos Territoriais e 1.4 Grandes Empreendimentos

Ver Produto 2 – item 2.5 parcerias

3.6 Situação social e política local. Relação das Comunidades Indígenas com o Poder Público local;

Ver Produto 3 – Item 3.1

3.7 Atuação do poder público Municipal, Estadual e Federal nas áreas das etnias.

Ver Produto 3 – itens 3.1, 3.2 e 3.3

3.8 Principais demandas de cada articulação (COPICE, AMICE, COJICE) aos poderes públicos;

Ver Produto 2 – item 2.2

3.9 Conquistas já efetivadas em relação a direitos para os povos em geral, para as mulheres e para a juventude.

Ver produtos 2 e 3.

Produto 4 - Prover valores de base para os indicadores dos objetivos gerais e específico previstos no Quadro Lógico da Ação.

4 – Valores de Base do Marco Lógico do Projeto

	Cadeia de resultados	Indicadores	Cenário de base (incluindo o ano de referência)
Objetivo geral: Impacto	1 - Evidenciar, reconhecer e debater publicamente as violações dos direitos dos povos indígenas no Estado do Ceará; 2 - Melhorar o acesso aos direitos territoriais e demais direitos sociais específicos dos povos indígenas do Ceará, assim como o acesso a políticas indigenistas.	IOG1 - Dossiê sobre as violações dos direitos povos indígenas publicado e divulgado; IOG2 - Mapear as políticas de saúde, educação e cultura para empoderar os povos indígenas sobre os seus direitos;	IOG1 - Principais violações identificadas no Estudo de Linha de Base (ELB) são a demora e não efetivação dos processos de demarcação de terras indígenas e óbices no acesso aos direitos de educação e saúde diferenciada. IOG2 - Levantamento preliminar realizado no ELB, identificou dificuldade no acesso à políticas de seguridade social e agricultura familiar. Principais políticas acessadas: Educação, Saúde, Cultura e Bolsa Família.
Objetivo(s) específico(s): Realização(ões)	OE : Fortalecer as capacidades das organizações representativas dos Povos Indígenas do Ceará no âmbito institucional e no que se refere à promoção e defesa dos seus direitos e efetivação das políticas indigenistas.	IOE1 - Número de projetos elaborados e gerenciados por organizações indígenas que foquem a promoção, defesa, ou proteção dos direitos políticos e civis dos Povos Indígenas. IOE2 - Número de casos de violações aos Direitos Indígenas e de Conflitos Territoriais visibilizados e debatidos publicamente IOE3 - Número e tipo de eventos realizados pelos povos indígenas de promoção e defesa dos seus direitos e efetivação das políticas indigenistas ou com temáticas e participação dos povos indígenas	IOE1 - Há poucas iniciativas de gerenciamento de projetos na defesa de direitos. Há um projeto financiado pela UE junto ao Povo Tremembé de Itapipoca. Organizações indígenas estaduais fragilizadas e sem projetos. Pequenos projetos produtivos e culturais gerenciados por organizações indígenas locais. IOE2 – a) Lentidão dos processos de demarcação: 14 Terras Indígenas com processos em andamento. b) 04 Terras Indígenas sem providências. c) precariedade da educação e saúde diferenciada; d) dificuldades no acesso à políticas públicas de seguridade social e agricultura familiar. IOE3 – Principais eventos são: assembleias e encontros do movimento, mulheres, jovens e professores; realização de atos políticos como ocupação de prédios públicos e rodovias. Há baixa articulação com outros movimentos.

Produtos	<p>Pro 1.1 – Associações indígenas e suas redes representativas em nível estadual possuem capacidades de gestão e de intervenção social e política reforçadas, são informadas sobre as políticas indigenistas, praticam o controle social e implementam processos articulados de exigibilidade e reparação de direitos.</p>	1.1 Centro Virtual de Documentação sobre temática indígena criado e sendo acessado no final do projeto	Foram identificados 10 museus indígenas e 7 pontos de cultura em diferentes estágios de funcionamento.
		1.2. Organizações indígenas capacitadas para elaborar e executar projetos no segundo e terceiro ano do projeto	Foram identificadas 47 organizações locais e 4 organizações estaduais. Organizações tem baixa capacidade de gestão. Há histórico de problemas de gestão na organização estadual. Organizações estaduais atualmente sem projetos. Algumas organizações locais gerenciam pequenos projetos.
		1.3. Indígenas formados e conhecedores das políticas indigenistas e das políticas públicas de um modo geral a partir do segundo ano do projeto	Identificou-se conhecimento dos indígenas sobre as políticas de educação e saúde. Conhecimento limitado sobre processos de demarcação e políticas de etno-desenvolvimento.
		1.4. Livro paradidático produzido e exemplares distribuídos nas escolas indígenas no terceiro ano do projeto	Identificou-se que escolas indígenas não trabalham com material pedagógico diferenciado e há grande demanda por este tipo de conteúdo.
		1.5. Número de matérias nas mídias, locais e estaduais, sobre a questão indígena (imprensa escrita, rádios, TV, mídias sociais) durante o período do projeto	O levantamento de informações na mídia não foi objeto do Estudo de Linha de Base.
		1.6. Elaboração e produção de um Dossiê sobre a violação dos direitos dos povos indígenas no terceiro ano do projeto	Identificaram-se violações mencionadas no IOE2.
	<p>Prod 2.1 – Mulheres indígenas formadas, participando de sua associação política estadual (AMICE), com processos de gestão, de organização política e de intervenção fortalecidos, com maior presença em espaços políticos e usando instrumentos de proteção contra a violência.</p>	2.1. Encontros da AMICE com outros movimentos de mulheres e realizando atividades conjuntas	AMICE encontrava-se esvaziada e com atraso na sucessão da diretoria. Em Novembro de 2016 realizou assembleia em que houve renovação da diretoria.
		2.2. Mulheres indígenas formadas e conhecedoras de seus direitos e das diversas formas de violência as quais estão submetidas no ano 2 do projeto	O conhecimento das mulheres sobre seus direitos é limitado. Há casos de violência contra a mulher relatados.
		2.3. Mulheres indígenas apropriadas dos instrumentos de proteção contra a violência no 3º ano do projeto	Há pouco conhecimento e apropriação das mulheres sobre instrumentos de proteção de direitos.

		2.4. A AMICE construindo grupos de apoio as mulheres vítimas de violência	Identificou-se junto aos povos indígenas a existência de 11 grupos de mulheres ativos e 2 grupos de mulheres desarticulados.
		2.5. Número e tipo de Projeto de Lei propondo mudanças no atendimento do sistema de proteção a mulher que considere as especificidades das mulheres indígenas	Atualmente o sistema de proteção a mulher não considera as especificidades das mulheres indígenas. As Leis de proteção foram criadas para o contexto urbano. No Ceará não há iniciativas de projetos de lei neste campo.
		2.6. Número de reuniões periódicas da AMICE para tratar temáticas relacionadas à mulher indígena	Após um período sem atividade AMICE realizou assembleia em Novembro de 2016.
	Prod 3.1 – Juventude indígena mobilizada e articulada em torno da garantia de seus direitos e da preservação de sua cultura.	3.1. Encontros realizados entre a COJICE e outros movimentos de jovens durante os dois últimos anos do projeto	COJICE fragilizada e com dificuldades de articulação da juventude no estado. Encontro da Juventude Indígena do Sertão realizado em Outubro de 2016.
		3.2. Jovens formados e conhecedores das políticas indigenistas e das políticas públicas para a juventude a partir do segundo ano do projeto	Jovens com conhecimento limitado sobre as políticas indigenistas e políticas públicas.
		3.2. Vídeo documentário sobre “Conflitos Territoriais e Violação de Direitos” produzido pela COJICE no terceiro ano do projeto	COJICE tem pouca produção de conteúdo e material áudio visual na internet e baixa visibilidade fora do movimento indígena.
		3.3. Número de atividades político-culturais de resgate e afirmação da cultura indígena promovidas pela COJICE durante o período do projeto	Foram identificados junto aos povos indígenas 2 associações de jovens indígenas locais, 8 grupos de jovens indígenas em atividade e 2 grupos de jovens indígenas desarticulados. Estes grupos podem ser articulados pela COJICE para ampliar sua atuação no estado.
		3.4. Número de reuniões periódicas da COJICE para tratar temáticas de interesse da juventude indígena	COJICE fragilizada e sem reuniões periódicas.

5. Recomendações

5.1 Fortalecer o Movimento Indígena e suas organizações:

- Contribuir com o movimento indígena conferindo maior visibilidade as suas ações e lutas, bem como estimulando e apoiando o estabelecimento de alianças com outros movimentos sociais.
- Sugerir à COPICE a realização de levantamento detalhado da situação de inadimplência, se possível com apoio de assessoria contábil e jurídica especializadas em convênios públicos, visando identificar: i) a fase processual que se encontram os convênios, se administrativa (prestação de contas, tomada de contas especial, TCU) ou jurídica; ii) as razões alegadas pelo órgão e os montantes glosados; iii) as ações de defesa já realizadas pela COPICE, a documentação histórica e comprobatória existente e de posse da organização; iv) estratégia de defesa administrativa e/ou jurídica a ser tomada pela COPICE.
- Apoiar o Movimento Indígena na identificação de cenários para a questão da representação política no Ceará: i) Fortalecimento da COPICE como órgão representativo do movimento a partir de um novo modelo de gestão com foco na representação política e ativismo; ii) Criação de uma nova organização para a representação política e organizativa do movimento indígena no Ceará; iii) revisão dos objetivos e papéis das organizações AMICE, COJICE e OPRINCE para configurar como organização representativa do movimento.
- Fortalecer as capacidades das representantes da AMICE para a elaboração e gestão de projetos;
- Estimular a AMICE a ter protagonismo na articulação dos grupos de mulheres indígenas dos povos indígenas do Ceará, promovendo a discussão das pautas políticas das mulheres indígenas, dos direitos humanos das mulheres indígenas e dos mecanismos de proteção contra a violência e violação de direitos das mulheres indígenas;
- Buscar articulação com o projeto voz das mulheres da ONU Mulher, para a promoção de ações em parceria como seminários, publicações, encaminhamento de denúncias e ações de incidência política.
- Apoiar a COJICE no processo de formalização da organização;
- Fortalecer as capacidades da COJICE para elaboração e gestão de projetos e incidência política junto a Coordenação Estadual de Juventude, Secretarias e Coordenações municipais de juventude e Conselhos Municipais de

Juventude;

- Estimular a COJICE a ter protagonismo na articulação dos grupos de jovens indígenas, promovendo a discussão das pautas políticas da juventude indígena;
- Apoiar a OPRINCE a estruturar uma pauta estratégica de incidência política sobre a SEDUC que priorize o tema da qualidade da educação diferenciada, que inclua as pautas corporativas dos professores e escolas, mas que tenha como norte a construção de um sistema para a educação diferenciada, que inclua a produção de materiais pedagógicos, a incorporação

5.2 Encaminhar denúncias de violações de direitos humanos na área da educação indígena:

- Não adoção de materiais pedagógicos e conteúdos diferenciados fundamentais para o exercício da educação indígena assegurados pelo art.26 da LDB (Os professores e alunos indígenas, em distintas aldeias, fazem pesquisa com lideranças, troncos velho e diferentes indivíduos cujo notório saber sobre modos de saber e de fazer são relevantes para uma dada etnia. Por outro lado, esse tipo de material não é institucionalizado, não sendo obrigado o professor usá-lo em sala de aula, mas sim os designados pela SEDUC).
- Não incorporação da língua Tupi como disciplina no currículo da educação diferenciada indígena, o que é assegurado pelo inciso terceiro do artigo 32 da LDB;
- Não oferta de um curso permanente de magistério indígena para a formação de professores indígenas em desacato à recomendação do Ministério Público Federal enviada à SEDUC em abril de 2014;
- Seleção de professores não indígenas para exercer o magistério nas escolas indígenas, em desacordo com o parecer 14/99 do Conselho Nacional de Educação.
- Não realização de um concurso público efetivo, específico e diferenciado para Professores Indígenas.

5.3 Encaminhar denúncias de violações de direitos humanos na área da saúde indígena:

- Falta de postos de saúde nas aldeias e atendimentos em espaços improvisados;

- Falta de medicamentos, insumos e equipamentos para os atendimentos médicos e odontológicos;
- Fornecimento de medicamentos vencidos;
- Atendimento em postos de saúdes municipais para indígenas e não indígenas no mesmo espaço;
- Transportes inadequados e motoristas sem capacitação;
- Problemas de comunicação para atendimentos de urgência;
- Dificuldades em realizar exames e agendar procedimentos complexos.

5.4 Promover o Acesso dos Povos Indígenas às Políticas Públicas

- Estimular as iniciativas existentes de pontos de cultura, projetos culturais e museus indígenas, promovendo formações, encontros e apoio a pequenos projetos.
- Realizar incidência sobre a Secretaria de Cultura do Estado do Ceará para a elaboração de políticas e ações de apoio à cultura indígena.
- Realizar incidência sobre a Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará para identificar os gargalos existentes e promover um maior acesso dos povos indígenas às políticas de desenvolvimento agrário e agricultura familiar;
- Promover debate sobre o acesso dos povos indígenas a seguridade social com especialistas e autoridades públicas para identificação dos gargalos e proposição de soluções para o problema do acesso;
- Identificar municípios cujas prefeituras sejam politicamente favoráveis aos povos indígenas para o desenvolvimento de parcerias e implementação de políticas públicas municipais;
- Promover debates sobre políticas estratégicas para os povos indígenas como a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e o Plano Nacional para a Promoção dos Produtos da Sociobiodiversidade, com a participação de especialistas para ampliar os conhecimentos dos povos indígenas sobre as mesmas.

5.5 Apoiar a Defesa dos Povos Indígenas contra ameaças de Agentes Externos:

- Dar visibilidade aos casos de conflitos com agentes externos e estabelecer rede de proteção aos direitos dos povos indígenas com órgãos do sistema de justiça, organizações da sociedade civil e movimentos sociais parceiros.

ANEXO 1 – Levantamento das Organizações Indígenas existentes

	Nome	Sigla	Inclusão	Questionário	CNPJ	Situação cadastral	Etnia	Endereço	Representação	Representante	Telefone	Email
1	Associação das Comunidades dos Índios Tapeba de Caucaia	ACITA	Prévia	Sim	07.794.225/0001-06	Ativa	Tapeba	Rua do Trilho, 515 Capuan – Caucaia/CE	Todas as comunidades Tapeba	Ricardo Weibe Nascimento Costa (85) 998098500 (85) 988193062	acitace@gmail.com	
2	Conselho do Povo Indígena Potiguara da Comunidade de Jacinto	NA	Questionário	Sim	07.511.368/0001-63	Ativa em funcionamento regular	Potyguara	Aldeia Jacinto - Jacinto dos Bentos S/N Monsenhor Tabosa Zona Rural	Uma aldeia de um povo/etnia	Francisco Dias dos Santos	(88) 998586277	
3	Associação Indígena da Aldeia Jucás	NA	Questionário	Sim	17.792.363/0001-00	Ativa em funcionamento regular	Potyguara	Aldeia Jucás - Rua Santo Antonio, 1468 Monsenhor Tabosa, Ceará, Brasil	Uma aldeia de um povo/etnia	Rosa Veras de souza	(88) 99111185 (88) 996963520	rosinhapotyguara@roto@mail.com
4	Mulheres em Atividades de Beneficência	NA	Questionário	Sim	Informal	Grupo Informal	Potyguara	Viração Aldeia Viração S/N Tamboril Zona Rural	As mulheres de um povo/etnia	Maria Cleonice Pereira dos Santos	88 992864493	elizaps07@yahoo.com.br

	mento											
5	Povo caceteiro	NA	Questionário	Sim	18.158.117/0001-63	Ativa em funcionamento regular	Potyguara	Aldeia Pitombeira S/n Monsenhor Ttabosa Ceará	Todo o povo/etnia	Teresa Pereira da Silva	(88)992699784 (88)993437970	Anaalvespotyguara@gmail.com
6	Associação Indígena dos povos Potiguara de Passagem	NA	Questionário	Sim	14.161.001/0001-22	Ativa em funcionamento regular	Potyguara	Passagem Monsenhor Tabosa Zona rural	Uma aldeia de um povo/etnia	Thais Elane Soares Bento	(88)994297087 (88)994456985	amandagell7@gmail.com
7	Conselho dos professores e lideranças da escola povo caceteiro	NA	Questionário	Sim	10.453.659/0001-57	Ativa em funcionamento regular	Gavião, Poyiguara, Tabajara, Tubiba Tapuia	Mundo Novo Monsenhor Tabosa Zona Rural	Educação Indígena	Marinete Maciel da Luz	(88)36961126 (88)994542209	marinetemaciel56@gmail.com
8	Conselho indígena do povo potyguara de espírito santo	NA	Questionário	Sim	07.898.878/0001-35	Ativa em funcionamento regular	Potyguara	Aldeia Espírito Santo 237 Monsenhor Tabosa Zona rural	Uma aldeia de um povo/etnia	Marinete Maciel da Luz	(88)36961126 (88)994542209 (88)992058155	rocheliapotiguara@hotmail.com

9	Associação do Conselho do povo indígena Potiguara da Aldeia Queimadas	NA	Questionário	Sim	08.952.710.0001-23	Ativa em funcionamento regular	Potiguara	Queimadas 4951 Monsenhor Tabosa Zona Rural	Uma aldeia de um povo/etnia	Francisco Ribeiro do Nascimento Souza	(88) 999967257 (88) 997633906	lucileide3696@Gmail.com
10	Museu Ponto de Memória Sebastiana Rodrigues de Pinho	NA	Questionário	Sim		Ativa em funcionamento regular	Gavião, Potiguara, Tabajara, Tubiba Tapuia	Trav .N.S de Fátima,06-Centro-Monsenhor Tabosa	Todo o povo/etnia	Maria Arli Correia Do Nascimento	(88) 997115352	sibacorreira@hotmail.com
11	Associação de Pais e Mestres dos Potiguara de Viração	NA	Questionário	Sim	076.259.170.0001-20	Ativa em funcionamento regular	Potiguara	Viração Aldeia Viração S/N Tamboril Zona Rural	Educação Indígena	José Firmino dos Santos	(88) 992864493	elizaps07@yahoo.com.br
12	Associação das Mulheres Indígenas Jenipapokanindé	AMIJK	Prévia	Sim	05324592/0001-10	Ativa em funcionamento regular	Jenipapokanindé	Lagoa da Encantada, S/N, Zona Rural – Aquiraz/CE	Mulheres	Eliane Alves	(85) 98632141	ealves94@gmail.com

13	Associação Indígena Kanindé de Aratuba	AIKA	Prévia	Sim	02795893/0001-34	Ativa em funcionamento regular	Kanindé	Sítio Fernandes, S/N, Zona Rural – Aratuba/CE	Kanindé da Balança e Fernandes de Aratuba	José Constantino dos Santos (85)91307595 Elenilson Gomes escola (85) 89565347 – 91917047/91736659	(85) 999553691 (85) 997301232	caikakaninde@gmail.com
14	Associação Renascer dos povos Indígenas Potiguara, Tabajara, Gavião e Tubiba-Tapuia da Vila Nova e Jucas.	Potigatapuia	Prévia	Sim	18.598.365/0001-25	Ativa com Pendências	Potiguara, Tabajara, Gavião e Tubiba Tapuia	Rua Vila Nova, S/N, Alto da Boa Vista-Monsenhor Tabosa/CE	Potiguara, Tabajara, Gavião e Tubiba-Tapuia	Francisca Ângela Pereira	(88)997861758 (88) 999103616	
15	Conselho do Povo Indígena Tabajara de Quiterianópolis	CITAQ	Prévia	Sim	06.882.242/0001-32	Inativa	Tabajara	Loc. Fidélis, S/N Baixo, Quiterianópolis/CE	Tabajara de Quiterianópolis	Iraneide Gomes Soares Costa (Iraneide Tabajara)	(88)996525430	tabajarace@hotmail

16	Organização dos troncos velhos de JAPIMAN	NA	Prévia	Sim	26.049.844/0001-10	Ativa em funcionamento regular	Anacé	São Gonçalo do Amarante	Japoara, Pindoba, Mangabeira, Pajuçara, Salgada, Serra, Pau Branco, Garrote e Lagoa do Barro.	Roberto Antônio Marques	(85) 986530811 (85) 997984952	robertomarquesdasilva38@gmail.com
17	Associação Indígena Conselho dos Povos Tabajara de Grota Verde	Conselho dos Tabajara	Prévia	Sim	20.036.001/0001-01	Ativa em funcionamento regular	Tabajara	Monsenhor Tabosa	Tabajara de Grota Verde	Moizeis dos Santos Feitosa	(88) 99453-7991 (88) 99687-1154	danyteodozio2014@yahoo.com.br
18	Associação do Conselho Indígena Tabajara de Rajado	COPOI NTARA	Prévia	Sim	09.332.814/0001-06	Ativa em funcionamento regular	Tabajara	Sítio Rajado, S/N Zona Rural – Monsenhor Tabosa-CE	Tabajara de Rajado	Márcia Holanda Rodrigues	(88) 996846299 (88) 997201039	marimarciamarcia@gmail.com
19	Associação da Aldeia Vila Vitória-FAVELA	AVFVLA	Prévia	Sim	09.318.343/001-73	Ativa com Pendências	Tabajara	Fav Sede Raízes Indígenas Vila Vitória, S/N, Fátima I- Crateús/CE	Tabajara da Vila Vitória	Francisco das Chagas da Silva	(88) 992000778 (88) 992587693	geannezinha@outlook.com

20	Associação do Conselho do Povo Indígena Gavião Da Boa Vista de Monsenhor Tabosa - CE	NA	Prévia	Sim	07.257.790/0001-34	Ativa em funcionamento regular	Gavião	Boa Vista, S/N Boa Vista, Monsenhor Tabosa	Gavião da Boa Vista	Francisco Maciel da Silva	(88) 998384468	jamillasousa123@gmail.com
21	Conselho do Povo Indígena Potiguara da Serra das Matas	NA	Prévia	Sim	01.918.725/0001-26	Ativa em funcionamento regular	Potyguara	Sítio Mundo Novo, S/N, Zona Rural, Monsenhor Tabosa-CE	Potiguara da Serra das Matas	Maria Arli Correia do Nascimento	(88)96871179 (88) 96871179	tekapotyguara@hotmail.com
22	Associação dos Pequenos Produtores de Sítio	APROS	Prévia	Sim	00.550.571/0001-08	Ativa em funcionamento regular	Potyguara	Sit Curatis, S/N, Zona Rural, Tamboril, CE, CEP 63750-000, Brasil Aldeia Sítio	Produtores Rurais		(88) 994606142 (88) 992641457	
23	Conselho Indígena Jenipapo-Kanindé	NA	Prévia	Não	não		Jenipapo-Kanindé	Aquiraz	Representa todos os Jenipapo-Kanindé			

24	Associação Indígena Kariri de Crateús	A-I-K-Acra	Prévia	Não	08.883.040/0001-30	Ativa	Kariri	R Juvenal Galeno, 1328, Maratôa, Crateús/CE	Representa os Kariri, Tabajara, Potiguara e Tupinambá	Raimundo Nonato Alves	Rep.Jovem :Thiago da Conceição (88) 93017423 Representante das mulheres: Diana Kariri (88) 994270665
25	Conselho Indígena Mãe Terra Pitaguary	NA	Prévia	Não	17.086.001/0001-01		Pitaguary	Maracanaú/Pacatuba	Pitaguary de Pacatuba e Maracanaú	MARIA MADALENA BRAGA DA SILVA (85) 8633 3411 (85) 8668 2787 maeterrapitaguary@yahoo.com.br	
26	Associação do Povo Potiguara da Comunidade de Lagoa dos Neres e Lagoinha	APPOC LAN-LAGOINHA	Prévia	Não	06.958781/0001-08	Ativa	Potiguara	Lagoinha, SN, Zona Rural – Novo Oriente -CE	Potiguara de Lagoa dos Neres e Lagoinha		rita.psilva22@gmail.com
27	Associação Raízes Indígenas dos	ARINPOC	Prévia	Não	08. 836. 537/0001-06	Ativa	Potyguara	Rua Dezenove de Março, 44, Campo	Representa os Potyguaras de	Pres. Renato Gomes da Costa	(88) 998122086

	Potyguara em Crateús							Velho – Crateús/CE	Crateús			
28	ARTICULAÇÃO DOS JOVENS INDÍGENA DE QUITERIANÓPOLIS - AJIQ	AJIQ	Prévia	Não	NÃO		Tabajara	Quiterianópolis	Juventude	Ana Fabrícia Lira de Araújo contatos	E-mail: faferrer22@gmail.com telefone (88) 9-99216516	
29	Articulação das Mulheres Indígenas Tabajara e Kalabaça (AMITK)	AMITK	Prévia	Não			Tabajara e Kalabaça	Poranga	Mulheres			
30	Associação dos Professores Indígenas Tapeba	APROINT	Prévia	Não	06.555.669/0001-26		Tapeba	Caucaia	Professores			
31	Associação Indígena Tapeba de Cultura e Esporte	AINTACE	Prévia	Não	não		Tapeba	Caucaia	Cultura, esporte			
32	Articulação dos Jovens Indígenas Tapeba	AJITE	Prévia	Não	não		Tapeba	Caucaia	Juventude	JOAO KENNEDY DE LIMA OLIVEIRIA		

33	Articulação das Mulheres Indígenas Tapeba	AMITA	Prévia	Não	não		Tapeba	Caucaia	Mulheres	Kilvia Maria		
34	Associação Indígena Tapuya-Kariri	NA	Prévia	Não	10.188.666/0001-79	Ativa	Tapuya Kariri	Sítio Carnaúba II, S/N Zona Rural, São Benedito/CE	Tapuya-Kariri	Luiz Marcos Gomes do nascimento	8836262040	
35	Conselho dos Índios Tremembé do Córrego das Telhas – CITCT	NA	Prévia	Não	10.892.725/0001-95		Tremembé			Isabel Elisete do Nascimento Sousa (88) 9679-7855		
36	Articulação das Mulheres Indígenas da Aldeia Cajueiro	AMICA	Prévia	Não			Tabajara	Poranga	Mulheres	Maria Eliane da Silva Gomes		
37	Comissão de Juventude Indígena Anacé	COJIA	Prévia	Não	não		Anacé	Japuara, St. Rosa e Tabuleiro	Juventude	Climério		
38	Conselho Indígena do Povo Anacé de	CONSELHO INDIGENA DO ANACÉ	Prévia	Não	17.093.421/0001-07		Anacé	Av. Antônio Brasileiro, S/N, Aldeia Matões,				

	São Gonçalo do Amarante e Caucaia – CIPASAC	POVO ANACE - CIPASAC						Matões, Caucaia/CE				
39	Associação Indígena do Povo Anacé de Caucaia	Aipac	Prévia	Não	97.528.761/0001-52		Anacé	R. Jaco Gomes De Matos, 17, Casa A G 5, Japoara, Caucaia/CE				
40	Povos Tubiba Tapuias de Pau Ferro	NA	Prévia	Não	07.899.316/0001-06		Tubiba Tapuia	Sit. Pau Ferro, S/N, Zona Rural, Monsenhor Tabosa/CE	Tubiba Tapuia de Pau Ferro	Anita Morais		anitamorais10@outlook.com
41	Mulheres Potyguarana Revitalização da Cultura local	NA	Prévia	Não			Potyguara, Tabajara, Gavião e Tubiba-Tapuia		Mulheres	Maria Arli Correia Nascimento		sibacorreia@hotmail.com
42	Associação dos Povos Indígenas Tabajara	Apitc	Prévia	Não	09.186.581/0001-72	Ativa	Tabajara	Rua Dr Júlio Lima, 1993, Nova Terra – Crateús/CE	Tabajara da Nova Terra			

43	Associação Indígena Calabaça de Crateús (AICC)	NA	Prévia	Não			Kalabaça		Kalabaça-Jandaíra			
44	Associação Indígena Guerreiro Kalabaça	ASING UKACA	Prévia	Não	12.986.828/0001-40	Ativa	Kalabaça	Rua João Ribeiro Lima, 63, Fátima I, Crateús/CE	Kalabaça		(88) 3691-2623 / (88) 9256-1792	
45	Conselho dos Povos Indígenas: Tabajara, Calabaça e outros de Poranga e Região Cipó	NA	Prévia	Não	04.668.834/0001-20		Tabajara, Calabaça	TR RAIMUNDO BEZERRA DE MENESES, S/N Jardim das Oliveiras, Poranga/CE	Tabajara e Kalabaça de Poranga			
46	Associação Kanindé Gameleira	NA	Prévia	Não			Kanindé	Aldeia Gameleira		Carmelita Silva Rocha	991587392 ou 986759236	carmelitaindia@hotmail.com.
47	Associação Indígena dos Apicultores e Caçadores de Mel (Antiga	NA	Prévia	Não				Rodovia CE 265 S/N Aldeia Marruá – ZN – Monsenhor Tabosa	Produtores e caçadores de mel	José Antônio Rodrigues Freire		

Associação Comunitária (Ingazeira)													
------------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

-

- Fonte: Compilação do Autor

Anexo 2 - Sistematização Diagnóstico Povos Indígenas do Ceará

Sistematização Diagnóstico Povos Indígenas do Ceará – Organizações, Estruturas e Demandas por Região, Agrupamentos, Povos, Tis e Aldeias (1)

Região	Agrupamento	Povo	TI	Municípios	Aldeias	Situação	Cacique	Pajé	Organizações	Grupos de Mulheres	Grupos de Jovens	Estruturas Produtivas	Principais Demandas
Sertão	Tabajara	Tabajara	Serra das Matas	Monsenhor Tabosa	Olho d'água dos Canutos	rural	Chico Canuto	Francisca	Conselho de Política Indígena Tabajara da Serra das Matas e Associações Comunitárias de Cada Aldeia.	Não Identificados	Não identificados	Projetos Produtivos de Caprinocultura com apoio do IDEF.	Demarcação da Terra Indígena
					Olho d'água	rural							
					Malhada da Onça	rural							
					Baixa Fria	rural							
					Lagoa dos Santos	rural							
					Belmonte	rural							

					Serra Branca	rural							
					Sítio do Souza	rural							
					Taboa	rural							
Potiguar-Tapuia	Potyguara	Serra das Matas	Monsenor Tabosa	Mundo Novo	rural	Arnaldo Gavião (cacique geral) e Marinete Potiguar (Vice-Cacique)	Pajés e rezadores nas aldeias	Conselho do Povo Indígena Potyguara da Serra das Matas, Conselho dos Professores, Conselho das Mulheres, Conselho dos Museus	Conselho de Mulheres	Não Identificados	Tanque de Leite na comunidade Jacinto, Mini-Fábrica de derivados do leite de cabra no Tourão	Demarcação da Terra Indígena, Implantação do Tupi no Curriculum Escolar, abastecimento de água.	
				Jacinto	rural								
				Tourão	rural								
				Mertijo	rural								
				Queimada	rural								
				Pelada	rural								
				Salgado	rural								
				Espírito Santo	rural								
				Chupador	rural								
				Várzea	rural								
				Pitombeira	rural								
				Passarinho	rural								
				Vila Nova	rural								
				Quixaba	rural								
				Passagem	rural								
			Boa Viagem	Longá	rural								

		Gavião		Monsenhor Tabosa	Boa Vista	rural							
		Tubiba Tapuya		Monsenhor Tabosa	Pau Ferro	rural							
			Boa Viagem		Pitombeira do Benedito	rural							
					Gameleira	rural							
					Arara dos Franco	rural							
					Arara dos Mariano	rural							
		Tabajara		Monsenhor Tabosa	Rajado	rural							
					Tamboril	Grota Verde	rural						

Sistematização Diagnóstico Povos Indígenas do Ceará – Organizações, Estruturas e Demandas por Região, Agrupamentos, Povos, Tis e Aldeias (2)

Região	Agrupamento	Povo	TI	Municípios	Aldeias	Situação	Cacique	Pajé	Organizações	Grupos de Mulheres	Grupos de Jovens	Estruturas Produtivas	Principais Demandas
Sertão	Potyjara	Potyguara	Serra das Matas	Tamboril	Viração	rural	Liderança Elisa		Associação dos Feirantes da	Grupo de Mulheres da Viração	Grupo de Jovens da Viração	Unidade de Beneficiamento	Demarcação da TI



FORTALECENDO A AUTONOMIA
POLÍTICO-ORGANIZATIVA DOS
POVOS INDÍGENAS DO CEARÁ

					Sítio	rural			Agricultura Familiar de Tamboril, Associação dos Pequenos Produtores da Região de Viração, Associação de Pais e Mestres				
	Potyguara	Fora da TI	Monsenhor Tabosa	Jucás	urbana	Cacique: Fátima Pau Ferro. Lideranças: Rosa Potyguara (Jucás) José Antônio (Marruá) Nete (Lagos dos Santos)	Não Identificado	Associação Indígena da Aldeia Jucás	Não Identificado	Não Identificado	Casa de Mel na Aldeia Marruás	Demarcação da TI. INEP definitivo para escola. Melhoria da infraestrutura dos prédios escolares.	
	Tabajara			Marruás	rural								
	Potyguara			Lagoa dos Santos	urbana								
	Tapuya Kariri	Tapuya Kariri	Gameleira	São Benedito	Gameleira	rural	Andrea	Tio Sé (Sebastião)	Associação Indígena	Grupo de Mulheres	Grupo de Jovens	Não Identificadas	Demarcação da Terra

				Carnaubal				o)	Tapuia Kariri.	ativo com projeto de criação de porcos.	Raízes Tapuias ativo com projeto apoiado pela Caritas e Grupo de Capoeira.		Indígena
Potyguara do Novo Oriente	Potyguara	Lagoinha	Novo Oriente	Lagoinha	rural	Neto	Não Possui	Associação Indígena APOCLAN Lagoinha Lagoa dos Neve	Grupo de Mulheres da Lagoinha	Grupo de Jovens está desarticulado (jovens com vergonha de assumir a identidade indígena).	Não Identificadas	Demarcação da Terra Indígena	
				Açude dos Carvalhos									
Tabajara do Nazário	Tabajara	Nazário-Mambirã	Crateús	Nazário	rural	Cacique: Chagas (vive na cidade de Crateús) Liderança: Zé Almeida	Pajé: Mazé (vive na cidade de Crateús)	Associação Gameleira do Povo Tabajara do Nazário (encontra-se com pendências).	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificadas	Escola, Posto de saúde e mais habitações.	
Tabajara de Quiterianópolis	Tabajara	Não Há	Quiterianópolis	Fidélis	rural	Cacique: Não há. Lideranças: Eleniza (Liderança	Francisca Lira	Conselho Indígena do Povo Tabajara de Quiterianópolis (CITAQ)	Grupo de mulheres está desarticulado.	Associação da Juventude Indígena de Quiterianópolis (AJIQ)	Unidade de Beneficiamento de Frutas paralisada por falta de	Elaborar projetos para dar continuidade às ações	
				Croatá	rural								
				Vila Nova	rural								



FORTALECENDO A AUTONOMIA
POLÍTICO ORGANIZATIVA DOS
POVOS INDÍGENAS DO CEARÁ

							a), Ireneide (Presiden te CITAQ); Maria Lira (AJIQ).		em situação regular.			orientação e água.	conquistad as. Cisternas de calçadão e enxurrada.
--	--	--	--	--	--	--	---	--	-------------------------	--	--	-----------------------	--

Sistematização Diagnóstico Povos Indígenas do Ceará – Organizações, Estruturas e Demandas por Região, Agrupamentos, Povos, Tis e Aldeias (3)

Região	Agrupamento	Povo	TI	Municípios	Aldeias	Situação	Cacique	Pajé	Organizações	Grupos de Mulheres	Grupos de Jovens	Estruturas Produtivas	Principais Demandas		
Sertão	Povos Indígenas da Zona Urbana de Crateús	Tabajara	Áreas Urbanas Ocupadas/Doadas pela Prefeitura Municipal	Crateús	Vila Nova	urbana	Chagas	Mazé	Associação Aldeia Vila Vitória Favela (AVFVLA).	Não Identificado	Grupo de Jovens Tabajara	Não há estruturas produtivas	Área de plantio coletivo e ponto de artesanato “crochê”.		
					Cacheado	urbana									
					São Bento	urbana									
					Vila Vitória	urbana									
					Terra Prometida	urbana									
					Nova Terra	urbana									
		Potyguara			São José	urbana	Renato	Cião Pontes	Associação Raízes Indígenas Potyguara de Crateús (ARIPOC).	Não Identificado	Grupo Indígena de Jovens Potyguara		Atendimento pela Saúde Indígena a todos os indígenas desaldeados.		
														Terra Livre	urbana
														Planaltina	urbana
														Nova Terra	urbana
														Altamira	urbana
														Campo Verde	urbana
														Realejo	urbana
														Domingos Pereira	urbana

		Kariri			Maratoan	urbana	Raimunda	Tereza	Associação Indígena Kalabaça.	Não Identificado	Não Identificado		Não Identificado
		São José			urbana								
		Santa Luzia			urbana								
		Kalabaça			Vila Nova	urbana	Edmilson	Zé Messias	Associação Indígena Kariri de Crateús (AIKACRA).	Não Identificado	Grupo de Jovens Indígenas Turma da Gazela		Ações de fortalecimento da cultura através da construção de equipamentos culturais, tais como Museu, produção de artesanato
		Planaltina			urbana								
		São José			urbana								
	Tupinambá	Não Identificada	urbana	Não Identificado	Não Identificado	Não Possui	Não Identificado	Não Identificado	Constituir Associação				
	Tabajara e Kalabaça de Poranga	Tabajara	Umburana	Poranga	Umburana	urbana	Cacique: Jorge. Liderança: Eliane.	Não Identificado	Conselho Indígena de Poranga - CIPO	Havia um grupo com 50 mulheres,	Não Identificado	Possuem Mandala voltada para	Demarcação da Terra Indígena. Projeto que

		Kalabaça	Cajueiro		Cajueiro	rural					envolvend o Kalabaça e Tabajaras. Faziam sabão, sabonete, produziam artesanato , dentre outros produtos. Fizeram estudo sobre a Lei Maria da Penha. Mas o grupo se desarticul ou.		produçã o para o consumo .	trabalhe a auto- sustentação e a Igualdade entre as raças. Melhorias na infraestrutu ra da Escola e nos processos educacionai s (estabilidad e para os professores)
--	--	----------	----------	--	----------	-------	--	--	--	--	---	--	-------------------------------------	--

Sistematização Diagnóstico Povos Indígenas do Ceará – Organizações, Estruturas e Demandas por Região, Agrupamentos, Povos, Tis e Aldeias (4)

Região	Agrupamento	Povo	TI	Municípios	Aldeias	Situação	Cacique	Pajé	Organizações	Grupos de Mulheres	Grupos de Jovens	Estruturas Produtivas	Principais Demandas
--------	-------------	------	----	------------	---------	----------	---------	------	--------------	--------------------	------------------	-----------------------	---------------------

												s	
RMF	Pitaguary	Pitaguary	Pitaguary	Maracanaú	Santo Antônio	rural	Caciques: João Paulo, Madalena, Cláudia, Maurício	Raimundo Carlos (Barbosa)	Associação Mãe terra (atualmente e sob controle de Emanuel mudou de nome para Povo Unificado), Conselho Indígena Pitaguary de Monguba - COIPIM, Conselho Indígena Pitaguary de Olho d'Água - COIPOD, Grupo de seguidores do Pajé, Organizações de Produtores	Há Grupo de Mulheres ativo e Grupo de espiritualidade feminina.	Associação da Juventude Indígena Pitaguary - AJIP e grupo IBIPORAM (Crianças).	Não Identificado.	Demarcação da Terra Indígena. Resolução dos Conflitos internos. Espaço para Terapia Indígenas. Espaço de Atividades culturais e esportivas para crianças e jovens (CUCA Indígena, Olimpíada Indígena).
					Aldeia Central								
					Aldeia Nova	rural							
					Horto Olho D'água	rural							
				Pacatuba	Monguba	rural							



FORTALECENDO A AUTONOMIA
POLÍTICO-ORGANIZATIVA NOS
POVOS INDÍGENAS DO CEARÁ

	Tapeba	Tapeba	Tapeba	Caucaia	Trilho	urbana	Fco Alves Teixeira	Raimund a Rodrigue s Teixeira, Zé Tatu	ACITA, Prointe, Aintaci, Amita, CONLOSI, AJIT	AMITA	Não Identificad o.	Casa de Farinha, trator, caminhão , barcos de pesca e cinco botes.	Demarcação da Terra Indígena. PNGATI: Gestão Territorial. Fomento de projetos de etnodesenvolve mento. Melhorias nas políticas de educação e saúde Indígena.
					Lagoa dos Tapeba	urbana							
					Lagoa dos Porcos	urbana							
					Lameirão	urbana							
					Sobradin ho	urbana							
					Ponte	urbana							
					Capoeira s	urbana							
					Jardim do Amor	urbana							
					Vila dos Cacos	urbana							
					Lagoa 1	urbana							
					Lagoa das Bestas	urbana							
					Capoan	urbana							
					Itambé	urbana							

Anacé	Anacé	Taba dos Anacé	São Gonçalo do Amarante	Bolso	rural	Antônio Ferreira (Japuaara) e Jonas Gomes (Santa Rosa)	Maria (Japuaara). Valdelice (Matões)	Japimam, CIPASAC, COJIA, Associação Anacé de Santa Rosa	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Demarcação da Terra Indígena. Escola diferenciada. Fortalecimento Cultural e da Produção.
			Caucaia	Matões	rural							
		Anacé	Caucaia	Japuaara	rural							
			Caucaia	Santa Rosa	rural							
Jenipapo Kanindé	Jenipapo Kanindé	Lagoa Encantada	Aquiraz	Lagoa da Encantada	rural	Caciques: Pequena, Bida, Juliana	João	Conselho Indígena, Conselho de saúde, Conselho de pais e mestre. Conselhos tem problemas de gestão e dificuldades de prestação de contas.	Associação das mulheres indígenas é bastante ativa.	Tem grupo de juventude, mas só se reúne quando tem alguma atividade	Não Identificado	Desintrusão da terra. Abastecimento de água (têm 4 poços profundos mas nenhum funciona). Trabalho social com os jovens.
Kanindé	Kanindé	Sítio Fernandes	Aratuba	Sítio Fernandes	rural	Não Identificado	Não Identificado	AIKA, Conselho de saúde indígena	Não Identificado	Grupo de jovens – NEPIK, se reúne regularmente	Não Identificado	Demarcação da terra indígena. Políticas para a juventude. Abastecimento d'água em Balança e
			Aratuba	Balança	rural							
		Gameleira	Canindé	Gameleira	rural							

									Queimadas, CIT de Telhas e			bolo. São José tem cisternas de alvenaria. No Capim Açú a água não chega no alto, necessita de equipamento de propulsão.	o investimento na cultura. Água potável. Conservação dos serrotes sagrados e do meio ambiente disponível aos indígenas.
--	--	--	--	--	--	--	--	--	----------------------------	--	--	--	---

Sistematização Diagnóstico Povos Indígenas do Ceará – Processo de Demarcação e Conflitos por Região, Agrupamentos, Povos, Tis e Aldeias (1)

Região	Agrupamento	Povo	TI	Municípios	Aldeias	Situação	Cacique	Pajé	Processo de Demarcação	Conflitos Internos	Conflitos Externos
Sertão	Tabajara	Tabajara	Serra das Matas	Monsenhor Tabosa	Olho d'água dos Canutos	rural	Chico Canuto	Francisca	De acordo com o MPF/CE (NT 02/2015) o ano de início da demanda foi 2003. O Relatório de Identificação e Delimitação foi entregue em 2012 à Funai pela antropóloga coordenadora do GT e até o presente se	Conflitos com Povo Potyguara por discordância sobre a metodologia de demarcação da terra indígena e reconhecimento de outros povos motivados por benefícios.	Conflitos com posseiros na TI, há cobrança de renda fundiária na TI. Conflitos com empresa em Lagoa dos Santos por desmatando
					Olho d'água	rural					
					Malhada da Onça	rural					
					Baixa Fria	rural					
					Lagoa dos Santos	rural					
					Belmonte	rural					

					Serra Branca	rural			encontra em análise na CGID. Divergências entre as etnias adiaram a publicação, mas já foram ultrapassadas. O procurador da		para fazer pastos. Conflitos políticos com a Prefeitura Municipal.
					Sítio do Souza	rural					
					Taboa	rural					
Potiguar-Tapuia	Potyguara	Serra das Matas	Monsenhor Tabosa	Mundo Novo	rural	Arnaldo Gavião (cacique geral) e Marinete Potiguara (Vice-Cacique)	Pajés e rezadores nas aldeias	República Dr. Patrício Noé da Fonseca, quando na PRM Crateús/Tauá, colheu depoimento de liderança atestando a superação de tais dificuldades. Um diálogo entre o MPF e a Diretoria de Proteção Territorial da Funai poderia ter como foco a publicação do resumo do referido relatório. A próxima fase do processo é a Publicação no DOU do resumo do Relatório de Identificação e Delimitação. De acordo com a FUNAI (entrevista Nov/2016) há previsão de publicação do resumo do relatório em 2017. De acordo com os	Conflito com Potyguara do bairro Jucás, disputa por centro construído no bairro e desentendimentos na política municipal.	Houve conflitos no Espírito Santo e quando FUNAI colocou placas. Atualmente não há conflitos fundiários, maioria das comunidades tem títulos antigos de suas terras. Há alguns conflitos na relação com o CREDE, relacionados a metodologia de ensino.	
			Jacinto	rural							
			Tourão	rural							
			Mertijo	rural							
			Queimada	rural							
			Pelada	rural							
			Salgado	rural							
			Espírito Santo	rural							
			Chupador	rural							
			Várzea	rural							
			Pitombeira	rural							
			Passarinho	rural							
			Vila Nova	rural							
			Quixaba	rural							
			Passagem	rural							
			Boa Viagem	Longá	rural						
	Gavião		Monsenhor Tabosa	Boa Vista	rural						
	Tubiba		Monsenhor	Pau Ferro	rural						

		Tapuya		Tabosa						<p>Índios Tabajaras (oficina Dez/2016) eles concordariam com a TI com várias etnias desde que averbada a área referente ao Povo Tabajara, realizaram uma reunião com o Procurador da República e estariam aguardando a realização de uma audiência pública.</p>	
				Boa Viagem	Pitombeira do Benedito	rural					
					Gameleira	rural					
					Arara dos Franco	rural					
					Arara dos Mariano	rural					
				Tabajara		Monsenhor Tabosa	Rajado	rural			
				Tamboril	Grota Verde	rural					

Sistematização Diagnóstico Povos Indígenas do Ceará – Processo de Demarcação e Conflitos por Região, Agrupamentos, Povos, Tis e Aldeias (2)

Região	Agrupamento	Povo	TI	Municípios	Aldeias	Situação	Cacique	Pajé	Processo de Demarcação	Conflitos Internos	Conflitos Externos
Sertão	Potyjara	Potyguara	Serra das Matas	Tamboril	Viração	rural	Liderança Elisa		Vide anterior (TI Serra das Matas)	Apesar de terem iniciado o reconhecimento a partir do trabalho de Têca Potyguara, saíram do movimento Potyguara-Tapuia e firmaram uma aliança com o grupo de Jucás	Grupo que ganhou eleição em Tamboril é oposição à Aldeia Viração, embora o vice seja do PT. Vão tentar uma
					Sítio	rural					

										para o acesso à saúde, constituindo o movimento Potyjara.	composição. Estão ocorrendo conflitos na Câmara Municipal.
		Potyguara	Fora da TI	Monsenhor Tabosa	Jucás	urbana	Cacique: Fátima Pau Ferro. Lideranças: Rosa Potyguara (Jucás) José Antônio (Marruá) Nete (Lagos dos Santos)	Não Identificado	A demanda destas aldeias ainda não foi identificada e qualificada pelos Órgãos Públicos.	Disputa pelo espaço comunitário e desentendimentos na política municipal com Têca Potyguara. Não são reconhecidos como indígenas pelos Tabajara nem pelos Potyguara-Tapuias. Conflitos relacionados a Escola Indígena com a liderança Nosa.	Pressão da expansão urbana sobre as aldeias Jucás, Marruás e Lagoa dos Santos. Conflitos fundiários na aldeia Marruá.
	Tabajara			Marruás	rural						
	Potyguara			Lagoa dos Santos	urbana						
	Tapuya Kariri	Tapuya Kariri	Gameleira	São Benedito	Gameleira	rural	Andrea	Tio Sé (Sebastião)	<u>De acordo com a NT 02/2015 do MPF/CE</u> a demanda teve início em 2007.	índios que trabalham como diaristas são influenciados por posseiros para	Conflitos constantes com posseiros, se recusam



FORTALECENDO A AUTONOMIA
POLÍTICO-ORGANIZATIVA DOS
POVOS INDÍGENAS DO CEARÁ

				Carnaubal					Nota Técnica 05/13 do Analista de Antropologia do MPF, expôs a reivindicação territorial dos Tapuya-Kariri e os conflitos com a Associação dos Remanescentes de Quilombo do Sítio Carnaúba. Foi realizada Audiência Pública presidida pelo procurador da República Dr. Ricardo Magalhães em 30 de maio de 2014 (Relatório Técnico 01/14). A Qualificação da demanda foi realizada por servidor da Coordenação Regional da Funai. A próxima etapa é a nomeação do GT. <u>De acordo com a FUNAI (entrevista</u>	saírem do movimento.	a pagar renda. Conflito com projeto de energia eólica. Há conflito com Associação Quilombola formada com apoio de posseiros. Os índios vêm realizando retomadas.
--	--	--	--	-----------	--	--	--	--	--	----------------------	--



FORTALECENDO A AUTONOMIA
POLÍTICO ORGANIZATIVA DOS
POVOS INDÍGENAS DO CEARÁ

									<p>Nov/2016), o órgão estaria buscando nomes para formar o GT. De acordo com os Índios Tapuya Kariri (oficina Nov/2016) O povo vem realizando várias retomadas para pressionar a demarcação da terra. O MP entrou com Ação Civil Pública em 31.07.2016 exigindo providências da FUNAI para constituição de GT. Juiz acatou a ação e deu liminar para que em 90 dias a FUNAI constitua o GT. Estão aguardando.</p>		
--	--	--	--	--	--	--	--	--	---	--	--

Sistematização Diagnóstico Povos Indígenas do Ceará – Processo de Demarcação e Conflitos por Região, Agrupamentos, Povos, Tis e Aldeias
(3)

Região	Agrupamento	Povo	TI	Municípios	Aldeias	Situação	Cacique	Pajé	Processo de Demarcação	Conflitos Internos	Conflitos Externos
Sertão	Potyguara do Novo Oriente	Potyguara	Lagoinha	Novo Oriente	Lagoinha	rural	Neto	Não Possui	De acordo com o MPF/CE (NT 02/2015) o ano de início da demanda foi 2003 e não há providências em andamento. A próxima etapa é a qualificação da demanda. De acordo com a FUNAI (entrevista Nov/2016) a demanda foi identificada mas ainda não foi qualificada, pode vir a ser realizada juntamente com o estudo de Crateús. De acordo com os Índios Potyguara (oficina Nov/2016). Não há processo de	Alguns índios tem receio e vergonha em se reconhecer como indígenas.	Conflitos com posseiros, discriminação e preconceito. Conflito no acesso à água. Submissão ao pagamento de renda. Impactos ambientais de pedreira.
					Açude dos Carvalhos						



FORTALECENDO A AUTONOMIA
POLÍTICO-ORGANIZATIVA DOS
POVOS INDÍGENAS DO CEARÁ

									retomada, pois o povo tem medo das ameaças dos posseiros principalmente em Açude dos Carvalhos. Estão aguardando uma ação da FUNAI.		
	Tabajara do Nazário	Tabajara	Nazário-Mambira	Crateús	Nazário	rural	Cacique: Chagas (vive na cidade de Crateús) Liderança: Zé Almeida	Pajé: Mazé (vive na cidade de Crateús)	De acordo com o MPF/CE (NT 02/2015) o ano de início da demanda foi 2003. Terra de 5.892 ha, anteriormente PA do Incra, antigo imóvel Fazenda Nazário (Processo Incra nº 1452/88). Em reunião na PR/CE, em 13/06/2003, o Superintendente Regional do Incra, Eduardo Barbosa, "se manifestou no sentido de não obstaculizar a regularização fundiária em favor	Os conflitos relacionam-se a extrema dificuldade de manter a ocupação no Nazário em virtude da dificuldade de acesso, transporte e meios de vida.	Não identificados.



FORTALECENDO A AUTONOMIA
POLÍTICO-ORGANIZATIVA DOS
POVOS INDÍGENAS DO CEARÁ

									da comunidade indígena". A próxima etapa é a efetivação da transferência do INCRA para a FUNAI. <u>De acordo com a FUNAI</u> (entrevista Nov/2016) há uma pendência judicial, a área não foi desapropriada totalmente. <u>De acordo com os índios Tabajaras</u> (Oficina Nov/2016) a área foi retomada pelas cinco etnias e posteriormente negociado com INCRA e FUNAI, hoje moram 12 famílias na área, aguardando a regularização.		
	Tabajara de Quiterianópolis	Tabajara	Não Há	Quiterianópolis	Fidélis	rural	Cacique: Não há. Lideranças:	Francisca Lira	<u>De acordo com o MPF/CE</u> (NT 02/2015) o ano de	Não Identificados.	Informam que não há conflitos pela



FORTALECENDO A AUTONOMIA
POLÍTICO ORGANIZATIVA DOS
POVOS INDÍGENAS DO CEARÁ

					Croata	rural	Eleniza (Liderança), Iraneide (Presidente CITAQ); Maria Lira (AJIQ).		início da demanda foi 2003 e não há providências em andamento. A próxima etapa é a qualificação da demanda. <u>De acordo com a FUNAI</u> (entrevista Nov/2016) a demanda foi identificada mas ainda não foi qualificada, pode vir a ser realizada juntamente com o estudo de Crateús. <u>De acordo com os índios Tabajaras</u> (oficina Nov/2016) não há conflitos na terra, entretanto se sujeitam ao pagamento de renda e estariam aguardando uma ação da FUNAI.		terra mas pagam renda aos posseiros e sofrem preconceito.
					Vila Nova	rural					

**Sistematização Diagnóstico Povos Indígenas do Ceará – Processo de Demarcação e Conflitos por Região,
Agrupamentos, Povos, Tis e Aldeias (4)**

Região	Agrupamento	Povo	TI	Municípios	Aldeias	Situação	Cacique	Pajé	Processo de Demarcação	Conflitos Internos	Conflitos Externos
	Povos Indígenas da Zona Urbana de Crateús	Tabajara	Áreas Urbanas Ocupadas/Doadas pela Prefeitura Municipal	Crateús	Vila Nova	urbana	Chagas	Mazé	De acordo com o MPF/CE (NT 02/2015) o ano de início da demanda foi 2003. Houve doação de área realizada pela Prefeitura de Crateús, para a moradia de indígenas na cidade. A próxima etapa seria a regularização das demais áreas de moradia de indígenas na cidade. De acordo com a FUNAI	Há potencial para o surgimento de conflitos internos na divisão da TI Mambira-Nazário entre as cinco etnias, atualmente apenas Tabajaras e Potyguaras ocupam a terra.	Preconceito institucional por parte de agentes do Estado que têm como consequência a negação de direitos (benefícios do INSS, saúde e educação) e preconceito por parte da população do município.
					Cacheado	urbana					
					São Bento	urbana					
					Vila Vitória	urbana					
					Terra Prometida	urbana					
		Nova Terra			urbana	Renato	Ciço Pontes				
		São José			urbana						
		Terra Livre			urbana						
		Planaltina			urbana						
		Nova Terra			urbana						
		Altamira			urbana	Raimunda	Tereza				
		Campo Verde			urbana						
		Realejo			urbana						
		Domingos Pereira			urbana						
		Maratoan			urbana						
		São José			urbana	Edmilson	Zé Messias				
Santa Luzia	urbana										
Vila Nova	urbana										
Planaltina	urbana										
Potyguara	Kariri	Kalabaça									



FORTALECENDO A AUTONOMIA
POLÍTICO-ORGANIZATIVA DOS
POVOS INDÍGENAS DO CEARÁ

					São José	urbana			(entrevista Nov/2016) há pouco conhecimento da situação e pretende-se realizar um estudo em Crateús. <u>Na oficina realizada em Crateús</u> não foi possível detalhar a situação de cada aldeia, sabe-se que houve vários processos de ocupação e que no caso de Vila Nova houve doação da prefeitura, mas é necessário um estudo mais aprofundado.		
		Tupinambá			Não Identificada	urbana	Não Identificado	Não Identificado			

	Tabajara e Kalabaça de Poranga	Tabajara	Umburana	Poranga	Umburana	urbana	Cacique: Jorge. Liderança: Eliane.	Não Identificado	A demanda desta aldeia ainda não foi identificada e qualificada pelos Órgãos Públicos.	Não Identificados.	Há conflitos com posseiros em Umburana e Cajueiro, chegando a ameaças de morte. Em Umburana fizeram a retomada em 2005 e em Cajueiro em 2007. A relação com a política local está ruim. O Prefeito foi reeleito (PDT). Na primeira gestão teve apoio das aldeias, mas nesta, não. Eliane, de Cajueiro, foi candidata a Vereadora pelo PC do B. Nessa aldeia
		Kalabaça	Cajueiro		Cajueiro	rural			<u>De acordo com o MPF/CE</u> (NT 02/2015) o ano de início da demanda foi 2007. Por se tratar de terra da União, com um reduzido número de ocupantes não-indígenas, avalia que é factível, mesmo no atual contexto político desfavorável, a nomeação de GT de Identificação e Delimitação.		



FORTALECENDO A AUTONOMIA
POLÍTICO-ORGANIZATIVA DOS
POVOS INDÍGENAS DO CEARÁ

									<p>Já foi proposta ACP com esse objetivo pela Dra. Sara Moreira de Sousa Leite.</p> <p><u>De acordo com a FUNAI</u> (entrevista Nov/2016) a qualificação já foi realizada e pelo fato de haver a ACP está mais avançado o processo. <u>De acordo com os índios Kalabaça</u> (oficina Nov/2016) em fevereiro de 2016, o MP deu prazo de 190 dias para a constituição do GT.</p>		<p>tem um Vereador que articula os posseiros contra os índios (Tica).</p>
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	---

**Sistematização Diagnóstico Povos Indígenas do Ceará – Processo de Demarcação e Conflitos por Região,
 Agrupamentos, Povos, Tis e Aldeias (5)**

Região	Agrupamento	Povo	TI	Municípios	Aldeias	Situação	Cacique	Pajé	Processo de Demarcação	Conflitos Internos	Conflitos Externos
RMF	Pitaguary	Pitaguary	Pitaguary	Maracanaú	Santo Antônio	rural	Caciques: João Paulo, Madalena, Cláudia, Maurício	Raimundo Carlos (Barbosa)	<u>De acordo com o MPF/CE</u> (NT 02/2015) o ano de início da demanda foi 1993. Há uma Portaria Declaratória n° 2366 de 15/12/2006 (área da T.I: 1.735 ha), publicada no DOU em 18/12/2006. Sentença no processo n° 0001593-67.2002.4.05.8100, transitado em julgado em 28/03/2014, excluiu 336 ha da área total da T.I. Próximas fases são o pagamento das benfeitorias de boa-fé e desintrusão dos ocupantes não-indígenas e homologação da TI.	Conflitos internos com criminalidade, posseiros, Assembleia de Deus e disputa entre lideranças. Cacique Daniel suicidou-se após discussões com seu enteado Emanuel e Igrejas. Emanuel auto proclamou-se cacique sem respeitar o luto e as tradições e assumiu o controle da Associação Mãe Terra. Índios ligados	Há muitos Conflitos com Posseiros. Até hoje foram realizadas 10 retomadas, que abrangem toda área delimitada na TI. Há conflitos com a Pedreira Britaboa, que ficou fora da área delimitada, segundo a Antropóloga, para "facilitar" a demarcação. Índios demandam a área da pedreira e já fizeram movimentos de ocupação. Há impactos ambientais, sanitários e físicos decorrentes da atividade da pedreira. Índios já fizeram denúncias.
					Aldeia Central						
					Aldeia Nova	rural					
					Horto	rural					
				Olho D'água	rural						
Pacatuba	Monguba	rural									



FORTALECENDO A AUTONOMIA
POLÍTICO-ORGANIZATIVA DOS
POVOS INDÍGENAS DO CEARÁ

									Reais, que encontra-se em uma conta da FUNAI. De acordo com os Índios Pitaguary (oficina Jan/2017) o conflito interno persiste e não se vislumbra uma solução no curto prazo.		
	Tapeba	Tapeba	Tapeba	Caucaia	Trilho	urbana	Francisco Alves Teixeira	Raimunda Rodrigues Teixeira, Zé Tatu	De acordo com o MPF/CE (NT 02/2015) o ano de início da demanda foi 1985. O Relatório de Identificação e Delimitação foi publicado no DOU em 27/08/2013 (área da T.I: 4.767 ha). Processo em andamento na 3a Vara Federal, em Fortaleza, com restrições ao procedimento demarcatório a partir de decisão do TRF-5a Região em 2014. De acordo com a FUNAI	Venda e consumo de drogas. Violência doméstica (mulher e crianças). Violência por abuso de poder (Policiais). Conflitos ambientais: criminalização das lideranças	Discriminação pela condição étnica. Conflitos fundiários. Conflitos ambientais e criminalização das lideranças. Intervenção de empreendimentos. Até hoje ocorreram 29 retomadas dentro da Terra Tapeba.
				Lagoa dos Tapeba	urbana						
				Lagoa dos Porcos	urbana						
				Lameirão	urbana						
				Sobradinho	urbana						
				Ponte	urbana						
				Capoeiras	urbana						
				Jardim do Amor	urbana						
				Vila dos Cacos	urbana						
				Lagoa 1	urbana						
				Lagoa das Bestas	urbana						



FORTALECENDO A AUTONOMIA
POLÍTICO ORGANIZATIVA DOS
POVOS INDÍGENAS DO CEARÁ

					Capoan	urbana			(entrevista Nov/2016) a Após o relatório circunstanciado publicado em 2013 46 contestações foram recebidas. Em 2014 Governo do Estado tomou iniciativa de articular um acordo entre os Tapeba, Família Arruda, Município e FUNAI. Ministro assinou o acordo. As contestações foram analisadas e o processo foi encaminhado em Nov. de 2016 para o Ministério da Justiça. <u>De acordo com os Índios Tapeba</u> (oficina Jan/2017) estão mantendo retomadas e há ordem de reintegração de posse na comunidade do			
					Itambé	urbana						

Sistematização Diagnóstico Povos Indígenas do Ceará – Processo de Demarcação e Conflitos por Região, Agrupamentos, Povos, Tis e Aldeias (6)

Região	Agrupamento	Povo	TI	Municípios	Aldeias	Situação	Cacique	Pajé	Processo de Demarcação	Conflitos Internos	Conflitos Externos
RMF	Anacé	Anacé	Taba dos Anacés	São Gonçalo do Amarante	Bolso	rural	Antônio Ferreira (Japuara) e Jonas Gomes (Santa Rosa)	Maria (Japuara). Valdelice (Matões)	De acordo com o MPF/CE (NT 02/2015) o ano de início da demanda foi 2003. O Termo de Compromisso para a criação da Reserva foi assinado em 22/11/2013, pelo governador do Ceará, pela presidente da Petrobras, pela presidente da Funai e pelo procurador representante da 6a. CCR no Ceará. A Seinfra está realizando a construção das unidades habitacionais e obras de infraestrutura na Reserva. O próximo passo é a conclusão das obras e entrega da reserva aos Anacé. De acordo com a FUNAI (entrevista Nov/2016) ainda haveria pendências para a instalação e um termo de acordo foi assinado com o Governo do Estado. De	Há conflitos internos relacionados ao acordo de remoção firmado com o Governo do Estado que não foi aprovado por todos. Há conflitos relacionados à escola indígena que abre vagas para alunos não indígenas deixando alunos indígenas sem vagas e obrigados a procurar a rede municipal.	Matões e Bolso sofrem com a poluição causada pelo CIPP, desmatamentos por conta das empresas nas proximidades da área e aumento de doenças de pele causadas pelo carvão mineral do complexo que contamina a água, o ar e a terra.
				Caucaia	Matões	rural					



FORTALECENDO A AUTONOMIA
POLÍTICO-ORGANIZATIVA DOS
POVOS INDÍGENAS DO CEARÁ

									ocupada, a antropóloga precisaria retornar a campo e colher mais dados, mas ela se aposentou do órgão e ainda não há indicação se será constituído um novo GT. <u>De acordo com os Índios Anacé</u> (oficina Nov/2016) o Estudo já estaria concluído aguardando apenas a publicação.		
--	--	--	--	--	--	--	--	--	---	--	--

**Sistematização Diagnóstico Povos Indígenas do Ceará – Processo de Demarcação e Conflitos por Região,
Agrupamentos, Povos, Tis e Aldeias (7)**

Região	Agrupamento	Povo	TI	Municípios	Aldeias	Situação	Cacique	Pajé	Processo de Demarcação	Conflitos Internos	Conflitos Externos
RMF	Jenipapo Kanindé	Jenipapo Kanindé	Lagoa Encantada	Aquiraz	Lagoa da Encantada	rural	Caciques: Pequena, Bida, Juliana	João	De acordo com o MPF/CE (NT 02/2015) o ano de início da demanda foi 1995. A Portaria Declaratória nº184 de 23/02/2011 (área da T.I: 1.731 ha), foi publicada no DOU em 24/02/2011, e seus efeitos foram suspensos por decisão do STJ no MS nº 16702/DF. De acordo com a FUNAI (entrevista Nov/2016) FUNAI reverteu a decisão judicial no STJ (movida por interesse da Ypioca) e a portaria está em vigor. Esperam que as próximas etapas (desintrusão e homologação) ocorram em 2017. De	Ociosidade dos jovens, alcoolismo, uso e tráfico de drogas na aldeia, violência contra a mulher.	Conflitos fundiários com a empresa Ypioca.



FORTALECENDO A AUTONOMIA
POLÍTICO-ORGANIZATIVA DOS
POVOS INDÍGENAS DO CEARÁ

										acordo com os Jenipapo Kanindé (oficina Jan/2017) ganharam a causa na justiça e aguardam o processo de desintrusão e homologação.		
	Kanindé	Kanindé	Sítio Fernandes	Aratuba	Sítio Fernandes	rural	Não Identificado	Não Identificado	De acordo com o MPF/CE (NT 02/2015) o ano de início da demanda foi 2001. A qualificação da demanda foi realizada em 2011 pelo antropólogo Alexandre Gomes. Próxima etapa seria a nomeação do GT. De acordo com a FUNAI (entrevista Nov/2016) Já enviaram nomes para a composição de um GT. Mas pelos índios já possuem	Alcoolismo e consumo de drogas	Não Identificado	
				Aratuba	Balança	rural						

									fundiários.		
--	--	--	--	--	--	--	--	--	-------------	--	--

Sistematização Diagnóstico Povos Indígenas do Ceará – Processo de Demarcação e Conflitos por Região, Agrupamentos, Povos, Tis e Aldeias
(8)

Região	Agrupamento	Povo	TI	Municípios	Aldeias	Situação	Cacique	Pajé	Processo de Demarcação	Conflitos Internos	Conflitos Externos
Litoral	Tremembé	Tremembé	Barra do Mundaú	Itapipoca	São José	rural	Lideranças: Herbenia e Adriana	Não Identificado	De acordo com o MPF/CE (NT 02/2015) o ano de início da demanda foi 2003. Resumo do Relatório de Identificação e Delimitação publicados no DOU	Conflitos entre índios e parentes não-índios na terra, com episódios violentos (destruição de cercas, queima	Conflitos com Empresa Nova Atlântida que pretendia instalar um resort na terra indígena mas
					Buriti de Baixo	rural					



FORTALECENDO A AUTONOMIA
POLÍTICO-ORGANIZATIVA DOS
POVOS INDÍGENAS DO CEARÁ

					Buriti do Meio	rural			em 06/02/2012 (área da T.I: 3.580 ha). De acordo com a FUNAI (entrevista Nov/2016) a Portaria Declaratória 1318 foi publicada no DOU em 07 de Agosto de 2015. Em 2016 o MPF/CE ganhou ACP que determinou que a empresa Nova Atlântida não realize intervenções na TI e declarou nula a licença ambiental expedida pela SEMACE. Foi firmado um convênio com a SDA-CE para agilizar a demarcação física da área que iniciaria em Novembro de 2016. De acordo com os Índios Tremembé (oficina Fev/2017) a demarcação física	de roçados e barracas) e ameaças de morte.	teve licença caçada. Conflitos com o atual prefeito João Barroso (PSDB) que possui terras no limite da TI e defende a permanência dos não-índios na área.	
					Munguba	rural						



FORTALECENDO A AUTONOMIA
POLÍTICO ORGANIZATIVA DOS
POVOS INDÍGENAS DO CEARÁ

									está concluída e eles aguardam agora a desintrusão dos posseiros e parentes que não se identificam como índios. Há muitos conflitos internos na área que podem ser agravados pelo novo prefeito que é favorável aos posseiros.		
			Almofala	Itarema	Varjota	rural	João Venâncio	Luís Caboclo	<p><u>De acordo com o MPF/CE</u> (NT 02/2015) o ano de início da demanda foi 1986. Despacho, Parecer e Memorial Descritivo foram publicados no DOU em 27/07/1993 (área da T.I: 4.900 ha). O processo administrativo está suspenso judicialmente desde 1996 com processo em andamento na 27a. Vara Federal,</p>	Violência relacionada ao tráfico de drogas e atuação da polícia militar afetando à juventude.	Conflitos com posseiros. Conflitos com empresa Ducôco.
				Córrego Preto	rural						
				Amaro	rural						
				Tapera	rural						
				Caboré	rural						
				Batedeira I	rural						
				Batedeira II	rural						
				Praia	rural						
				Saquinho	rural						
				Lameirão	rural						

										Isabelle Braz que foi acatado pelo juiz, a Ducôco pediu vistas e em um mês retornou um contra-lauda que agora está com a perita.	
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Sistematização Diagnóstico Povos Indígenas do Ceará – Processo de Demarcação e Conflitos por Região, Agrupamentos, Povos, Tis e Aldeias
(9)

Região	Agrupamento	Povo	TI	Municípios	Aldeias	Situação	Cacique	Pajé	Processo de Demarcação	Conflitos Internos	Conflitos Externos
Litoral	Tremembé	Tremembé	Córrego do João Pereira	Itarema	Cajazeiras	rural	João Venâncio	Luís Caboclo	De acordo com o MPF/CE (NT 02/2015) o ano de início da demanda foi 1992. O Decreto Homologatório de 05/05/2003 (área da T.I: 3.140 há), publicado no DOU em 06/05/2003. A terra encontra-se regularizada, única TI nessa situação no Ceará.	Situação de insegurança e ocorrência de roubos inclusive nas escolas.	Queimadas tem problema com proprietários de lotes que suprimem a mata da aldeia, bem como barra o córrego do amargoso e poluem as terras
					Capim Açú	rural					
					São José	rural					
				Acaraú	Telhas	rural					



FORTALECENDO A AUTONOMIA
POLÍTICO-ORGANIZATIVA DOS
POVOS INDÍGENAS DO CEARÁ

			Queimadas		Queimadas	rural			<p><u>De acordo com o MPF/CE</u> (NT 02/2015) o ano de início da demanda foi 2003. A Portaria Declaratória nº1.702 de 19/04/2013 (área da T.I: 767 ha), foi publicada no DOU em 22/04/2013. Próxima etapa é o Decreto Homologatório. <u>De acordo com a FUNAI</u> (entrevista Nov/2016) A fase atual é a de avaliação de benfeitorias, não há mais moradores não índios na área e o cenário é tranquilo. A avaliação deve ocorrer em 2017. <u>De acordo com os Índios Tremembé</u> (oficina Fev/2017) eles estão aguardando a demarcação física e desintrusão, e ainda há problemas com posseiros na área.</p>		fronteiriças com o uso de agrotóxicos.
--	--	--	-----------	--	-----------	-------	--	--	---	--	--

Sistematização Diagnóstico Povos Indígenas do Ceará – Políticas Públicas por Região, Agrupamentos, Povos, Tis e Aldeias (1)

Região	Agrupamento	Povo	TI	Municípios	Aldeias	Situação	Cacique	Pajé	Educação	Saúde	Cultura	Outras PPs
Sertão	Tabajara	Tabajara	Serra das Matas	Monsenhor Tabosa	Olho d'água dos Canutos	rural	Chico Canuto	Francisca	Escola Sede em Olho d'água dos Canutos e anexos nas outras aldeias. Ensino Fundamental e Ensino Médio (1 turma).	Equipe com 1 médico, 1 enfermeiro, 2 técnicos de enfermagem. Médico cubano mensalmente nas aldeias.	Casa de Cultura funcionando na Casa de Luíza Canuto.	Beneficiados com Projetos Produtivos pela Política Territorial. Comitê Setorial Indígena do Território do Sertão do Caratiús que envolve 13 municípios.
					Olho d'água	rural						
					Malhada da Onça	rural						
					Baixa Fria	rural						
					Lagoa dos Santos	rural						
					Belmonte	rural						
					Serra Branca	rural						
					Sítio do Souza	rural						
	Taboa	rural										
	Potiguar-Tapuia	Potyguara	Serra das Matas	Monsenhor Tabosa	Mundo Novo	rural	Arnaldo Gavião (cacique geral) e Marinete Potiguara (Vice-Cacique)	Pajés e rezadores nas aldeias	Escola Matriz na comunidade do Mundo Novo (Povo Caceteiro), Escola Matriz no Jacinto, 4 Novas escolas matriz em	1 equipe de saúde completa, 2 carros e casa de apoio nas aldeias. Polo Base em construção atenderá a todos os municípios.	5 museus nas aldeias, Projeto de Revitalização da Língua Tupi, Projeto de Resgate de Plantas Medicinais, Territórios	Comitê Setorial Indígena do Território Sertão do Caratiús, Projetos de construção de Centro Comunitário, Projetos com
					Jacinto	rural						
					Tourão	rural						
					Mertijo	rural						
					Queimada	rural						
					Pelada	rural						
Salgado					rural							
Espírito	rural											

				Santo				construção, 16 anexos nas aldeias em 3 municípios.	sagrados no Mundo Novo	Caprinos e Palma Forrageira, Projeto Cabra Leiteira, Projeto Dom Helder Câmara, ATER do IDEF, Feira Agroecológica em Monsenhor Tabosa.	
				Chupador	rural						
				Várzea	rural						
				Pitombeira	rural						
				Passarinho	rural						
				Vila Nova	rural						
				Quixaba	rural						
				Passagem	rural						
			Boa Viagem	Longá	rural						
		Gavião	Monsenhor Tabosa	Boa Vista	rural						
		Tubiba Tapuya	Monsenhor Tabosa	Pau Ferro	rural						
			Boa Viagem	Pitombeira do Benedito	Gameleira	rural					
					Arara dos Franco	rural					
					Arara dos Mariano	rural					
		Tabajara	Monsenhor Tabosa	Rajado	rural						
			Tamboril	Grota Verde	rural						

Sistematização Diagnóstico Povos Indígenas do Ceará – Políticas Públicas por Região, Agrupamentos, Povos, Tis e Aldeias (2)

Região	Agrupamento	Povo	TI	Municípios	Aldeias	Situação	Cacique	Pajé	Educação	Saúde	Cultura	Outras PPs	
Sertão	Potyjara	Potyguara	Serra das Matas	Tamboril	Viração	rural	Liderança Elisa		Escola Indígena Matriz Alto da Catingueira	Equipe de Saúde Completa	Local sagrado onde faleceu uma menina	Projetos de convivência com o semiárido e agricultura familiar apoiados pela Caritas, Esplar e IDEF.	
					Sítio	rural							
		Potyguara		Fora da TI	Monsenhor Tabosa	Jucás	urbana	Cacique: Fátima Pau Ferro. Lideranças: Rosa Potyguara (Jucás) José Antônio (Marruá) Nete (Lagos dos Santos)	Não Identificado	Escola Matriz Raiz Indígena (Aldeia Jucás). Escola Aldeia Marruá (Anexo Aldeia Jucás)	Equipe de Saúde Completa	Museu Indígena na Aldeia Jucás.	Construção de Casas pelo Programa Minhas Casa, Minha Vida. Apoio do CRASS e CREASS.
		Tabajara				Marruás	rural						
	Potyguara		Lagoa dos Santos		urbana								
Tapuya Kariri	Tapuya Kariri	Gameleira	São Benedito	Gameleira	rural	Andrea	Tio Sé (Sebastião)	Educação diferenciada iniciou em 2008. Em	Equipe de saúde completa, sem AISAN.	Terreiro sagrado nas Cafurnas com sítios	Quintais Produtivos, CRASS, Cisternas de		



FORTALECENDO A AUTONOMIA
POLÍTICO-ORGANIZATIVA DOS
POVOS INDÍGENAS DO CEARÁ

				Carnaubal					2010 construíram uma escola indígena com recursos próprios. A Seduc está construindo a Escola Francisco Gonçalves de Souza. Atualmente só atende ensino fundamental.	Atendimentos no posto de saúde do município funciona com duas equipes (normal e indígena). Estão com área em regularização para implantação do Posto de Saúde Indígena.	arqueológico s. Centro cultural. Planos de fazer um museu na casa de taipa onde hoje funciona a escola.	Placas e Calçada, Ligação de água doméstica, Projeto de Padaria Comunitária, Apoio Jurídico da Caritas, Apoio da Prefeitura Municipal, Vereador e Deputada.
	Potyguara do Novo Oriente	Potyguara	Lagoinha	Novo Oriente	Lagoinha	rural	Neto	Não Possui	Educação diferenciada iniciou em 2003. Escola Indígena Antônio Gomes (2012) na aldeia Lagoinha oferece ensino fundamental	Equipe completa. Não possuem posto de saúde, atendimentos acontecem na escola. Revezam a equipe semanalmente com Quiterianópolis	Tem um Ponto de Cultura. Há um sítio arqueológico (Pilões dos Moraes).	Projeto São José (Abastecimento de água), Cisterna de Placas, Cisternas de Enxurrada, Quintais Produtivos, Carteira Indígena.
					Açude dos Carvalhos							

									l e médio.	is.		
	Tabajara do Nazário	Tabajara	Nazário-Mambira	Crateús	Nazário	rural	Cacique: Chagas (vive na cidade de Crateús) Liderança: Zé Almeida	Pajé: Mazé(vive na cidade de Crateús)	Não possui escola na área. Estudantes se deslocam para o município Buriti dos Montes (PI).	Não possuem posto de saúde. Possuem 1 agente de saúde e 1 carro para deslocar pacientes. Médico faz visita semanal. Dificuldade de comunicação é um problema.	Não há equipamentos. Dançam o toré nas reuniões.	Não tem nenhum projeto sendo desenvolvido na comunidade. Já fizeram pareceria com a Associação Caatinga e foram beneficiados com algumas cisternas e fogões ecológicos.
	Tabajara de Quiterianópolis	Tabajara	Não Há	Quiterianópolis	Fidélis	rural	Cacique: Não há. Lideranças: Eleniza (Liderança), Iraneide (President e CITAQ); Maria Lira (AJIQ).	Francisca Lira	Educação diferenciada iniciou em 2003. O prédio da escola foi construído em 2007. Tem apenas duas salas de aula, insuficientes para as necessidades	Equipe de Saúde Indígena completa e dois veículos. Há uma a casa de saúde improvisada na Aldeia Fidélis e um posto de saúde municipal.	Salão de cura funciona na casa da Pajé. Promovem danças, artesanato indígena e o Toré. Ponto de Cultura em andamento.	Projeto Cisternas; Projeto Mata Branca promoveu reflorestamento e construção de casa de beneficiamento de fruta;. ATER do projeto Paulo Freire em
Croatá					rural							
Vila Nova					rural							



FORTALECENDO A AUTONOMIA
POLÍTICO ORGANIZATIVA DOS
POVOS INDÍGENAS DO CEARÁ

									s. Ensino Infantil, Fundamental I e II, e EJA.			andamento.
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	------------

Sistematização Diagnóstico Povos Indígenas do Ceará – Políticas Públicas por Região, Agrupamentos, Povos, Tis e Aldeias (3)

Região	Agrupamento	Povo	TI	Municípios	Aldeias	Situação	Cacique	Pajé	Educação	Saúde	Cultura	Outras PPs
Sertão	Povos Indígenas da Zona Urbana de Crateús	Tabajara	Áreas Urbanas Ocupadas/Doadas pela Prefeitura Municipal	Crateús	Vila Nova	urbana	Chagas	Mazé	Escola Matriz Indígena Raízes de Crateús (pré-escolar ao 8º ano), é a referência na educação indígena no município, e sede para encontros regionais do movimento indígena. Há escolas anexas na Vila Vitória, Altamira, Potioca e Realejo. Estas escolas	Há uma equipe de Saúde Indígena Completa que atende em 2 Postos de saúde municipais no bairro Maratoan e Fátima I. Há disponível atendimento médico, dentista, carro para transporte de pacientes e outro carro para o transporte da equipe. Cada um dos postos dispõe de um dia na semana	Escola Indígena Raízes de Crateús também funciona como espaço de manifestações culturais.	Minha casa minha vida, luz para todos, bolsa família, salário maternidade, aposentadoria (INSS)
					Cacheado	urbana						
					São Bento	urbana						
					Vila Vitória	urbana						
					Terra Prometida	urbana						
					Nova Terra	urbana						
		Potyguara			São José	urbana	Renato	Ciço Pontes				
					Terra Livre	urbana						
					Planaltina	urbana						
					Nova Terra	urbana						
					Altamira	urbana						
					Campo Verde	urbana						
		Kariri			Realejo	urbana	Raimunda	Tereza				
					Domingos Pereira	urbana						
					Maratoan	urbana						
					São José	urbana						

					Santa Luzia	urbana			atendem todas os povos, recentemente o Povo Kariri abriu sua própria escola matriz.	para que a mesma equipe efetue os atendimentos.					
		Kalabaça			Vila Nova	urbana	Edmilson	Zé Messias	Escola Indígena Kariri Tabajara		Museu dos Kariri (com problemas de infraestrutura)				
				Planaltina	urbana										
				São José	urbana										
		Tupinambá			Não Identificada	urbana	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado		Não Identificado				
	Tabajara e Kalabaça de Poranga	Tabajara	Umburana	Poranga	Umburana	urbana	Cacique: Jorge. Liderança: Eliane.	Não Identificado	Em Umburana há a Escola Diferenciada de Ensino Fundamental e Médio Jardim das Oliveiras, inaugurada em 2006, com 22 professores	Há 6 anos dispõem de uma equipe multidisciplinar. Têm dois carros com 4 motoristas. Não têm Posto de Saúde; dividem o espaço com a equipe do	Há um Ponto de Cultura. Tem oficinas de dança, artesanato, plantas medicinais, informática e sala de vídeo. Desenvolve o projeto:	Não Identificado.			
		Kalabaça	Cajueiro		Cajueiro	rural									

									indígenas e mais de 500 alunos indígenas. Receberam o prêmio da “Escola Nota 10”. Em Cajueiro, há um anexo da escola que funciona numa sala de uma casa de família	município	Fome de leitura, (cozinha equipada com livros) e o projeto Família da Leitura, para incentivar a aproximação de mães, pais e filhos pela via da leitura em casa.	
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------	--	--

Sistematização Diagnóstico Povos Indígenas do Ceará – Políticas Públicas por Região, Agrupamentos, Povos, Tis e Aldeias (4)

Região	Agrupamento	Povo	TI	Municípios	Aldeias	Situação	Cacique	Pajé	Educação	Saúde	Cultura	Outras PPs
RMF	Pitaguary	Pitaguary	Pitaguary	Maracanaú	Santo Antônio	rural	Caciques: João Paulo,	Raimundo Carlos (Barbosa)	Vítimas de preconceito, começaram	Há 2 postos de saúde em Olho d' água e	Há um museu em preparação	Há projetos em andamento de



FORTALECENDO A AUTONOMIA
POLÍTICO-ORGANIZATIVA DOS
POVOS INDÍGENAS DO CEARÁ

					Aldeia Central	rural	Madalena , Cláudia, Maurício		a dar aulas na sombra das árvores na década 1980, depois em salas cedidas e casa de apoio. Em 2007 conquistaram a construção de 3 escolas indígenas: Itá-Ara, Chuí e Povo Pitaguary. Atualmente há conflitos com o CREDE que não aceita a língua Tupi nem a realização de atividades ligadas ao movimento indígena. 50% dos alunos são	Monguba e um polo de saúde em Santo Antônio. Contam 3 equipes interdisciplinares completas. Problemas relacionados à atrasos de cirurgia e exames e falta de remédios. Não há Oftalmologista. Há Projeto de Saúde Tradicional para resgate e valorização do conhecimento de rezadeiras e parteiras.	o em casa já existente na pedreira. Há terreiros sagrados na Linha da Serra (acesso restrito), Pedreira, Pedra da Torre e Mangueira Sagrada e Terreiros de Cura do Pajé. Realizam a Festa do Coco, Festa do Milho, Festa da Mangueira , Festa da Cabocla e Festa dos Caiporas.	agroecologia e agrofloresta, preservação do meio ambiente e trilhas ecológicas. Contam com apoio da Secretaria de Direitos Humanos da Prefeitura Municipal de Pacatuba, ADELCO, CDDH, UFC, UECE e UNILAB.
				Aldeia Nova	rural							
				Horto	rural							
				Olho D'água	rural							
			Pacatuba	Monguba	rural							

									não indígenas.			
	Tapeba	Tapeba	Tapeba	Caucaia	Trilho	urbana	Fco Alves Teixeira	Raimunda Rodrigues Teixeira, Zé Tatu	Escolas estaduais: 10. Escolas municipais: 05. Desrespeito da SEDUC com a educação diferenciada e a categoria de professores indígenas; O sistema educacional não atende a realidade da educação indígena;	Polo Base em fase de construção. Posto: 06. Ponto de Apoio: 02. Equipes: 05. Há projeto em andamento de Medicina tradicional: SESAI, Seminário do Centro de defesa, farmácia viva.	Museu Cacique Perna de Pau. Centro Cultural precisando de apoio financeiro para funcionar com 2 vigilantes. Feira Cultural, Festa da Carnaúba, Batizado, Toré.	Dificuldades no acesso ao seguro SAFRA (PAA, DAP) e políticas da SDA, serviço previdenciário, bolsa família, Minha casa, minha vida, políticas de acesso a água. Não tem CRAS (dificuldade documento básico).
					Lagoa dos Tapeba	urbana						
					Lagoa dos Porcos	urbana						
					Lameirão	urbana						
					Sobradinho	urbana						
					Ponte	urbana						
					Capoeiras	urbana						
					Jardim do Amor	urbana						
					Vila dos Cacos	urbana						
					Lagoa 1	urbana						
					Lagoa das Bestas	urbana						
					Capoan	urbana						
					Itambé	urbana						

Sistematização Diagnóstico Povos Indígenas do Ceará – Políticas Públicas por Região, Agrupamentos, Povos, Tis e Aldeias (5)

Região	Agrupamento	Povo	TI	Municípios	Aldeias	Situação	Cacique	Pajé	Educação	Saúde	Cultura	Outras PPs
--------	-------------	------	----	------------	---------	----------	---------	------	----------	-------	---------	------------

RMF	Anacé	Anacé	Taba dos Anacés	São Gonçalo do Amarante	Bolso	rural	Antônio Ferreira (Japuara) e Jonas Gomes (Santa Rosa)	Maria (Japuara). Valdelice (Matões)	01 Escola Indígena em Matões. Na reserva, também haverá uma escola indígena.	Não tem posto de saúde, apenas pontos de apoio. Há somente uma equipe para atender todo o povo Anacé. Foi feito um cronograma do atendimento. Os carros de urgência e emergência atendem a etnia. Não possuem acesso a dentista. O local que ofertava o serviço foi fechado.	Não Identificado	Não Identificado
				Caucaia	Matões	rural						
			Anacé	Caucaia	Japuara	rural						
				Caucaia	Santa Rosa	rural						

Jenipapo Kanindé	Jenipapo Kanindé	Lagoa Encantada	Aquiraz	Lagoa da Encantada	rural	Caciques: Pequena, Bida, Juliana	João	Escola indígena inaugurada em 2009, Ensino Fundamental e Médio.	Têm uma equipe de Saúde multidisciplinar. O posto de saúde está precisando de reforma desde 200, os índios são atendidos no posto de saúde do município. O médico só trabalha 3 dias na semana. Falta remédio de vários tipos no posto. Há problemas no abastecimento de água.	Museu indígena e Tapera das Artes. Realizam a Festa da farinha, Feira cultural e noites culturais. Vai ser iniciado um projeto de Escola de Música para a juventude. A Cacique Pequena foi ungida como mestre da cultura.	Projeto de turismo comunitário
Kanindé	Kanindé	Sítio Fernandes	Aratuba	Sítio Fernandes	rural	Não Identificado	Não Identificado	Há uma Escola Indígena de Ensino Fundamental e Médio. Os professores não são índios e os da	Há Equipe de Saúde Indígena de 2ª a 6ª. Não tem posto de saúde indígena; é usado o do município, com problemas de lotação de	Têm o projeto do museu. Campeonato de futsal para jovens e adultos, promovido pelos professores;	Não Identificado
			Aratuba	Balança	rural						
		Gameleira	Canindé	Gameleira	rural						

									comunidade não têm qualificação em química, física e biologia.	indígena e não indígena. Há problema de abastecimento de água.	Festa do Milho em julho; Feira cultural e científica.	
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	---	--

Sistematização Diagnóstico Povos Indígenas do Ceará – Políticas Públicas por Região, Agrupamentos, Povos, Tis e Aldeias (6)

Região	Agrupamento	Povo	TI	Municípios	Aldeias	Situação	Cacique	Pajé	Educação	Saúde	Cultura	Outras PPs
Litoral	Tremembé	Tremembé	Barra do Mundaú	Itapipoca	São José	rural	Lideranças : Herbeni e Adriana	Não Identificado	Escola Indígena Estadual Brolhos da Terra em boas condições. Há um professor não indígena, demais professores indígenas.	Equipe médica interdisciplinar, carro de emergência com 4 motoristas e carro da equipe de saúde. Atendimentos básicos na casa de apoio, não há posto de saúde.	Terreiro Sagrado. Festa do murici e do Batiputá. Renda de Bilro e artesanato indígena. Pinturas Indígenas com Urucum. Farinhada	Dificuldades de obtenção do benefício da previdência social, INSS não reconhece carta da FUNAI.
					Buriti de Baixo	rural						
					Buriti do Meio	rural						
					Munguba	rural						



FORTALECENDO A AUTONOMIA
POLÍTICO-ORGANIZATIVA DOS
POVOS INDÍGENAS DO CEARÁ

								Ensino Fundamenta I e médio. Há creche municipal, prédio ainda inacabado. Dificuldades com a merenda e material escolar.	Atendimentos complexos são levados ao hospital de Itapipoca.	e Mocororó. Torem e Reisado, trabalho com os encantados e rituais sagrados.		
			Almofala	Itarema	Varjota	rural	João Venâncio	Luís Caboclo	Escolas indígenas na área da praia: Escola Matriz Maria Venancia; Saquim e Mangue Alto (anexos), Passagem Rasa. Na área da Mata: Varjota e Tapera. Há também duas escolas municipais na	Há uma equipe de saúde interdisciplinar indígena que atende numa casa de apoio na aldeia do Panã que não proporciona o atendimento adequado. Há disponível dois carros para a equipe de saúde e outros dois para os pacientes com quatro motoristas	Projeto de Museu em andamento. Marcha do povo Tremembé no dia 7 de setembro e Dia do Índio, medicina tradicional, Mocororó e Torem.	Cortes no Bolsa Família. Famílias inscritas no Minha Casa Minha Vida mas ainda não beneficiadas.
				Córrego Preto	rural							
				Amaro	rural							
				Tapera	rural							
				Caboré	rural							
				Batedeira I	rural							
				Batedeira II	rural							
				Praia	rural							
				Saquinho	rural							
				Lameirão	rural							
				Paná	rural							
				Mangue Alto	rural							
				Sítio Urubu	rural							
				Curral do Peixe	rural							



FORTALECENDO A AUTONOMIA
POLÍTICO-ORGANIZATIVA DOS
POVOS INDÍGENAS DO CEARÁ

				Passagem Rasa	rural			batedeira. A Escola Maria Venância tem experiência de educação indígena bastante promissora em reproduzir a cultura indígena do povo Tremembé. Há conflitos com CREDE pela inadequação ao sistema convencional imposto.	cada um. Um Polo Base está em construção na Varjota.		
			Fora da TI Almofala	Santo Antônio	rural						
				Camundongo	rural						
				Lagoa Seca	rural						
			Córrego do João Pereira	Itarema	Cajazeiras	rural		Aldeia São José - Escola Rosa Susana. Atende às 3 aldeias. Há 17 professores indígenas. Fundamenta	Há uma equipe interdisciplinar de saúde indígena, que atende quinzenalmente e em uma casa de apoio, não há postos de	Reiso, Centro de Cura Torem, Casa do Pajé Zé Tonheza (futuro museu	Cortes no Bolsa Família. Famílias inscritas no Minha Casa Minha Vida mas ainda não
					Capim Açú	rural					
					São José	rural					
		Acaraú		Telhas	rural						



FORTALECENDO A AUTONOMIA
POLÍTICO-ORGANIZATIVA DOS
POVOS INDÍGENAS DO CEARÁ

									educação infantil e fundamental (110 alunos).			
--	--	--	--	--	--	--	--	--	---	--	--	--

Referências Bibliográficas

ABREU, C.de. Capítulos de história colonial: 1500 a 1800. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

ADELCO. LIMA, R.Q; VASCONCELOS, A.A. (Org). Negação de benefícios previdenciários indígenas no Ceará: análise sobre os dados da Defensoria Pública da União. Fortaleza: 2017 (no prelo).

BARRETO FILHO, H. T. Invenção ou renascimento: gênese de uma sociedade indígena contemporânea no Nordeste. In: OLIVEIRA, João Pacheco (Org.). A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. 2. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa / LACED, 2004.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>>. Acessado em: 19 maio 2017.

____. Parecer 14/99 do Conselho Nacional de Educação. 1999. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/leis2.pdf>>. Acessado em: 29 maio 2017.

____. Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_12.pdf>. Acesso em: 29 maio 2017.

DÁRIO DO NORDESTE. Índios protestam contra a reativação de pedreira. 23 março 2013. Disponível em: <diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/-1.234959>. Acessado em: 30 maio 2017.

FARIAS, J.A.de. História da sociedade cearense. Fortaleza: Livro Técnico, 2004.

HAGUETTE, T.M.F. Metodologias Qualitativas na Sociologia. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

LIMA, Eliomar de. STJ Decidirá nessa quarta feira se a área da cachacaria da Ypioca é terra indígena. 26 abril 2016. Disponível em: <blogdoeliomar.com.br/stj-decidira-nesta-quarta-feira-se-area-da-cachacaria-da-ypioca-e-terra-indigena>. Acesso em: 30 maio 2017.

LUDKE M.; ANDRE M. Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MESSEDER, M.L.L. Etnicidade e Diálogo Político: A emergência dos Tremembé. (Dissertação) Mestrado em Sociologia e Antropologia, Salvador, Universidade Federal da Bahia, 1995.

NETO, J.L. Índios e Terras – Ceará: 1850-1880. (Dissertação) Mestrado em História. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 2006.

NÓBREGA, Luciana Nogueira; DANTAS, Gina Oliveira. Conflitos em evidência. In: SILVA, Isabelle Braz Peixoto da; AIRES, Max Maranhão Piorsky (Org.). Direitos Humanos e a questão indígena no Ceará: relatório do Observatório Indígena biênio 2007-2008.

OBSERVATÓRIO SOCIOAMBIENTAL. Professores e professoras indígenas do Ceará realizam protesto na SEDUC. 12 jan 2016. Disponível em: <<http://planetamovimentojanetemelo.blogspot.com.br/2016/01/professores-e-professoras-indigenas-do.html>>. Acessado em: 30 maio 2017.

OLIVEIRA, J.P. Uma etnologia dos índios misturados – Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. 2. ed. Rio de Janeiro: LACED, 2004.

OLIVEIRA, João Pacheco de; RIBEIRO, Carlos Augusto da Rocha. A presença Indígena na Formação do Brasil. Brasília: Museu Nacional, 2006.

POMPEU SOBRINHO, T. Pré-história cearense. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1995.

PORTAL R7. Tribo indígena vence disputa por terra contra fábrica de cachaça. 04 maio 2016. Disponível em: <noticias.r7.com/brasil/tribo-indigena-vence-disputa-por-terra-contra-fabrica-de-cachaca-04052016>. Acesso em: 30 maio 2017.

PORTO ALEGRE, M.S. De Ignorados a Reconhecidos: a 'virada' dos povos indígenas no Ceará. In: PINHEIRO, Joceny (Org.). Ceará terra da luz, terra dos índios: história, presença, perspectiva. Fortaleza: Ministério Público Federal, 2002.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO CEARÁ. MPF recomenda que Seduc institua magistério indígena no Ceará. 07 abril 2014. Disponível em: <http://www.prce.mpf.mp.br/conteudo/noticias/exibe_noticia?idNoti=47697&idPubl=5975>. Acessado em: 31 maio 2017.

SILVA, Isabelle Braz Peixoto da; AIRES, Max Maranhão Piorsky (Org.). Direitos Humanos e a questão indígena no Ceará: relatório do Observatório Indígena biênio 2007-2008. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2009.

SILVA, Luiz Fernando Villares e. (Org.). Coletânea da Legislação indigenista brasileira. Brasília: CGDTI/FUNAI, 2008. Disponível em: <<https://funaiatopurus.files.wordpress.com/2013/04/coletc3a2nea-da>>

[legislac3a7c3a3o-indigenista-brasileira.pdf](#)>. Acessado em: 31 maio 2017.

TAPEBA, N F; TAPEBA R. W. Histórico do Movimento Indígena no Ceará. Conselho Distrital de Saúde Indígena do Ceará – CONDISI-CE

TRIVINOS, A.N.S. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.